



03/05/2024

Número: **0808806-65.2023.4.05.8000**

Classe: **HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	JOÃO LUÍS LÔBO SILVA
ADVOGADO	CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR
ADVOGADO	WILSON FERNANDES PIMENTEL
ADVOGADO	PAULO EDUARDO LEITE MARINO
ADVOGADO	ADILSON VIEIRA MACABU FILHO
REQUERENTE	MUNICIPIO DE MACEIO
REQUERIDO	BRASKEM S/A

Documentos			
Id.	Data/Hora	Documento	Tipo
4058000.13317080	20/07/2023 20:02	PetI - MACEIO - BRASKEM - HOMOLOGACAO DE ACORDO	Petição Inicial
4058000.13317470	20/07/2023 20:02	PetI - MCZ - BRASKEM - PEDIDO DE HOMOLOGACAO DE ACORDO	Documento de Identificação
4058000.13317093	20/07/2023 20:02	1 - DOCS - QUALIFICACAO DAS PARTES	Documento de Identificação
4058000.13317472	20/07/2023 20:02	1.2 - BRASKEM - DOCS CONSTITUTIVOS - PROCURACAO E SUBS compressed-1-30	Documento de Comprovação
4058000.13317473	20/07/2023 20:02	1.2 - BRASKEM - DOCS CONSTITUTIVOS - PROCURACAO E SUBS compressed-31-66	Documento de Comprovação
4058000.13317360	20/07/2023 20:02	2 - TERMO DE ACORDO GLOBAL A SER HOMOLOGADO	Documento de Comprovação
4058000.13317361	20/07/2023 20:02	3 - TERMO DE ADESAO SOCIOAMBIENTAL	Documento de Comprovação
4058000.13317325	20/07/2023 20:02	4 - ATA DE REUNIAO CONJUNTA	Documento de Comprovação
4058000.13317110	20/07/2023 20:02	5 - LEI-DELEGADA-002-2014 compressed-1-15	Documento de Comprovação
4058000.13317111	20/07/2023 20:02	5 - LEI-DELEGADA-002-2014 compressed-16-30	Documento de Comprovação
4058000.13317120	20/07/2023 20:02	5 - LEI-DELEGADA-002-2014 compressed-31-45	Documento de Comprovação
4058000.13317097	20/07/2023 20:02	6 - AUTORIZACAO DE CELEBRACAO DE ACORDO - PREFEITO - PROCURADOR	Documento de Comprovação
4058000.13317500	20/07/2023 20:04	Certidão de Distribuição	Certidão
4058000.13317581	20/07/2023 21:24	PetI - MACEIO - BRASKEM - HOMOLOGACAO DE ACORDO	Petição (outras)
4058000.13317583	20/07/2023 21:24	PetI - MCZ - BRASKEM - PEDIDO DE HOMOLOGACAO DE ACORDO	Documento de Comprovação
4058000.13319960	21/07/2023 09:45	Decisão	Decisão
4058000.13321201	21/07/2023 09:55	Certidão de Redistribuição	Certidão
4058000.13322292	21/07/2023 15:30	Sentença	Sentença
4058000.13324239	21/07/2023 15:30	Intimação	Expediente

4058000.1332424 8	21/07/2023 15:32	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058000.1332434 1	21/07/2023 15:42	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058000.1332493 7	21/07/2023 16:16	Req - MCZ - RENUNCIA AO PRAZO RECURSAL	Petição (outras)
4058000.1332495 1	21/07/2023 16:16	Req - MCZ - CIENCIA DE SENTENCA - RENUNCIA AO PRAZO RECURSAL - 0808806-65.2023.4.05	Documento de Comprovação
4058000.1332593 8	21/07/2023 17:47	Petição - Braskem	Petição (outras)
4058000.1332593 9	21/07/2023 17:47	braskem-sentença-homologatoria-21jul23-1715 (1) - Assinado	Documento de Comprovação
4058000.1332606 4	21/07/2023 17:57	CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO	Certidão Trânsito em Julgado
4058000.1332750 7	22/07/2023 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação
4058000.1361817 0	13/09/2023 13:12	Vista às partes	Ato Ordinatório
4058000.1361817 5	13/09/2023 13:13	Intimação	Expediente
4058000.1362416 0	14/09/2023 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação
4058000.1363369 5	15/09/2023 12:16	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058000.1368532 7	24/09/2023 00:07	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058000.1377612 2	10/10/2023 00:05	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058000.1380741 2	17/10/2023 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação

Petição e documentos, anexos.



Processo: **0808806-65.2023.4.05.8000**

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔBO SILVA - Advogado

Data e hora da assinatura: 20/07/2023 20:02:28

Identificador: 4058000.13317080

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072018054111400000013404713

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE ALAGOAS.

Distribuição por dependência ao
Processo nº 0806577-74.2019.4.05.8000

O **MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº. 12.200.135/0001-80, por seu Procurador-Geral infra-assinado (*representação decorrente de investidura legal*), com endereço para intimações e comunicações processuais/extraprocessuais de praxe na sede da Procuradoria-Geral do Município, localizada na Rua Dr. Pedro Monteiro, 291, nesta capital, e **BRASKEM S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.150.391/0001-70, com matriz na Rua Eteno, nº 1561, Polo Petroquímico de Camaçari, Camaçari/BA, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE AUTOCOMPOSIÇÃO EXTRAJUDICIAL**, com fulcro nos arts. 3º, 719 e seguintes do Código de Processo Civil, na Lei delegada municipal 02/2014, e pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir esposados.

Cuida-se o presente de pedido de homologação de autocomposição extrajudicial celebrada entre o município de Maceió e a Braskem S/A, no qual esta empresa se compromete a compensar a municipalidade pelos danos patrimoniais e extrapatrimoniais sofridos em decorrência da extração de sal-gema e da subsidência dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e trechos do Farol.

Saliente-se, por necessário e em princípio, que a composição celebrada pelos requerentes seguiu, estritamente, a linha de **consensualidade** traçada pelo Ministério Público Federal no bojo da Ação Civil Pública nº 0803836-61.2019.4.05.8000 ("ACP dos Moradores"), que tramitou perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Alagoas e no bojo da qual foi celebrado termo de acordo para que a Braskem empregasse os melhores esforços para apoiar a desocupação dos imóveis da área afetada pela subsidência e realocação dos seus moradores, com a consequente indenização destes moradores, proprietários ou possuidores, instituindo o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação ("PCF").

O mesmo procedimento foi adotado pelo *parquet* federal nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.4.05.8000 ("Acordo Socioambiental"), em tramitação também nesta 3ª Vara Federal, na qual foi celebrado acordo para que a Braskem repare, mitigue e

compense os danos socioambientais decorrentes da extração de sal-gema no município de Maceió, com a previsão de adesão do município ao referido acordo socioambiental.

Nesse entremeio, e a partir do cenário institucional de **consensualidade** inaugurado pelo Ministério Público Federal, o Município de Maceió formalizou, em 20/04/2021, com a Braskem, protocolo de intenções objetivando a abertura de negociação para adesão total ou parcial do Município de Maceió ao Acordo Socioambiental capitaneado pelo MPF nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.4.05.8000, bem como para discussão de outras reparações eventualmente devidas ao município.

Após dois anos de inúmeras reuniões, estudos e discussões, chegou-se, enfim, a um termo definitivo de acordo que tem como escopo a reparação integral ao município de Maceió pelos danos patrimoniais e extrapatrimoniais causados pela exploração de sal-gema, assim como se chegou ao termo final de adesão ao Acordo Socioambiental celebrado na ACP nº 0806577-74.4.05.8000 por parte do município, cuja homologação também se requer, nesta data, incidentalmente naquele feito.

Dessa forma, pois, considerando a estrita conexão deste feito com as duas ações civis retromencionadas, a necessidade coordenação e coerência na execução das medidas — inclusive é condição precedente ao cumprimento de obrigação prevista neste acordo a homologação da adesão integral do Município aos termos do Acordo Socioambiental — é que se busca, também perante esta r. 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas, a homologação desta avença, em processo de jurisdição voluntária, de natureza autônoma, conforme rito estabelecido no art. 719 e seguintes do Código de Processo Civil brasileiro.

Como se sabe, a solução consensual de litígios foi erigida à categoria de princípio fundamental do Código de Processo Civil de 2015, o qual estabelece que é dever do Estado, das partes e do juiz a promoção e o estímulo à autocomposição, seja no curso de processo judicial ou fora dele. Nesse sentido, confira-se:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

§ 2º **O Estado promoverá**, sempre que possível, **a solução consensual dos conflitos.**

§ 3º **A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público**, inclusive no curso do processo judicial.

De forma mais concreta e específica, no capítulo destinado à jurisdição voluntária, como forma de conceder mais segurança jurídica aos acordos celebrados extrajudicialmente – *força de título executivo judicial, coisa julgada material, entre outros*

efeitos jurídicos de relevo –, se estabeleceu rito específico para a sua homologação, conforme abaixo transcrito:

Art. 719. Quando este Código não estabelecer procedimento especial, regem os procedimentos de jurisdição voluntária as disposições constantes desta Seção.

Art. 720. O procedimento terá início por provocação do interessado, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, cabendo-lhes formular o pedido devidamente instruído com os documentos necessários e com a indicação da providência judicial.

Art. 721. Serão citados todos os interessados, bem como intimado o Ministério Público, nos casos do art. 178, para que se manifestem, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 722. A Fazenda Pública será sempre ouvida nos casos em que tiver interesse.

Art. 723. O juiz decidirá o pedido no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.

Art. 725. Processar-se-á na forma estabelecida nesta Seção o pedido de:

[...]

VIII - homologação de autocomposição extrajudicial, de qualquer natureza ou valor.

Com efeito, perfeitamente legal o pedido em baliza, eis que os autos se encontram instruídos com o termo de acordo assinado pelos Requerentes, com a documentação necessária para a providência judicial requestada, as partes são capazes e possuem poderes para transigir¹, estão representadas adequadamente e se trata de direito disponível (quantificável financeiramente e de natureza indenizatória), bem como há ciência e concordância do Ministério Público Federal, uma vez que, como fruto deste acordo, o município de Maceió está, mediante instrumento jurídico próprio, aderindo integralmente ao acordo socioambiental firmado pelo MPF na Ação Civil Pública nº 0806577-74.4.05.8000, que guarda com este conexão, sendo a assinatura de ambos os acordos firmados no mesmo momento na presença dos representantes do Ministério Público Estadual e Federal e das partes Requerentes, conforme ata em anexo.

POR TODO O EXPOSTO, nos termos das cláusulas 3.2.1, 3.2.2, 3.2.3 e 9.7, requer-se, em conjunto, o recebimento deste pedido, com a prolação de sentença homologatória, bem

¹ Vide art. 22, I, da Lei Delegada Municipal nº 02/2014 (Lei Orgânica da Procuradoria do Município de Maceió).

como, por se tratar de pedido de homologação de autocomposição extrajudicial, a imediata determinação de certificação do trânsito em julgado, tendo em vista que as partes renunciaram ao prazo recursal, como previsto na cláusula 3.2.3.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), meramente para efeitos fiscais, informando, ainda, que não há custas a recolher, pois se trata de procedimento de homologação de transação extrajudicial.

Requer, por fim, que todas as intimações e publicações sejam feitas exclusivamente em nome dos subscritores desta inicial, sob pena de nulidade.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Maceió/AL, 20 de julho de 2023

JOÃO LÔBO
Procurador-Geral do Município
Matrícula nº 954271-0 | OAB/AL 5.032

WILSON PIMENTEL
OAB/RJ 122.685

Documentos anexados:

1. Documentos de qualificação das partes.
2. Termo de acordo global.
3. Termo de adesão ao Acordo Socioambiental.
4. Ata da reunião conjunta de assinatura.
5. Lei delegada municipal 02/2014.
6. Despacho de autorização do Chefe do Poder Executivo.



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔBO SILVA - Advogado

Data e hora da assinatura: 20/07/2023 20:02:28

Identificador: 4058000.13317470

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072019431085900000013405102

TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às 16:00hs (dezesseis horas), no plenário de prédio sede da Câmara Municipal de Maceió, Cidade de Maceió, Estado de Alagoas, compareceu à Sessão Solene de posse do prefeito e do vice-prefeito, diplomados pela Justiça Eleitoral da 2ª Zona Eleitoral o senhor **João Henrique Holanda Caldas**, prefeito, para tomar assento na Prefeitura Municipal de Maceió, no mandato que se inicia em 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, proferindo o seguinte juramento de pé e em voz alta: **"PROMETO MANTER, CUMPRIR E FAZER CUMPRIR AS CONSTITUIÇÕES DA REPÚBLICA E DO ESTADO DE ALAGOAS, ESTA LEI ORGÂNICA E AS LEIS EM GERAL, BEM ASSIM DE PROMETER O BEM GERAL DA COMUNIDADE DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ"**. Prestando o compromisso, o senhor Presidente declarou o senhor **João Henrique Holanda Caldas**, empossado no cargo de prefeito do município de Maceió e para constar lavrou-se o presente termo, que vai assinado pelos empossados e pelo Presidente.

Maceió, 01 de janeiro de 2021

6º OFÍCIO

João Henrique Holanda Caldas

1º OFÍCIO

Presidente



Tabelionato de Notas do 6º Ofício - R. Pedro Monteiro 255 - Centro - Fone: 32 3221-9061
Assinatura: [assinatura]
Selo Digital de Autenticação, reconhecimento de firma e distribuição/Azul, reconfeio a firma por por autenticidade de :
João Henrique Holanda Caldas
Dou Fa. Maceió, 12 de Jan de 2021, em testemunho da verdade
Tabelião José Roberto Martins Barbosa, Escrevente Autorizada
Maria de Fátima Vieira dos Anjos



1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE MACEIÓ
CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA

REC. DE FIRMA Nº 2021-003305

Reconheço por semelhança a firma de:

KELMANN VIEIRA DE OLIVEIRA

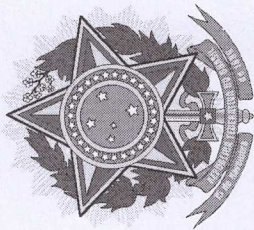
Em Testemunho da verdade. MACEIÓ - AL - 11/01/2021 12:14:53

SELO DIGITAL: ABH63989 - H9BF

Confira os dados do ato em <http://selodigital.tdf.jus.br/> Total: R\$ 4,30

CELSO SARMENTO PONTES DE MIRANDA - TITULAR





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

DIPLOMA

O Presidente da Junta Eleitoral da 2ª Zona Eleitoral - Maceió, no uso das atribuições que lhe confere o art. 215 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965), tendo em vista a proclamação do resultado das Eleições de 2020 no município de Maceió, expede o presente DIPLOMA DE PREFEITO para

JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS

por ter obtido, sob a legenda Partido Socialista Brasileiro (ALIANÇA COM O POVO), 222147 (duzentos e vinte e dois mil e cento e quarenta e sete) votos, conforme Ata Geral das Eleições.

Maceió, 1 de Janeiro de 2021

Pedro Ivens Simões de França
Presidente da Junta Eleitoral

Registro de Autenticidade do CAND: 7ca472e25942767bba5d64538bf34384

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

22/02/2011

2.452.354

JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS

JOÃO CALDAS DA SILVA
EUOLÚCIA MARIA HOLANDA DE ARAÚJO CALDAS
MACEIÓ / AL

22/07/1987

CMASC. Nº 60.284, FOLHA 69, LIVRO A-54, REGISTRO CIVIL (05/08/1987)

011.176.901-99

MACEIÓ - AL

73485079

Carlos César de Sousa-Silva

NH 01

EL Nº 7.116 DE 29/08/83

Recomenda-se não plastificar

Oficina: 255-Centro - Fone: 82 3221-9061

Poder Judiciário - Estado de Alagoas

Escopo Digital de Autenticação, reconhecimento de firma e

distribuição/azul

CERTIFICADO haver conferido autenticado a presente fotocópia em o original que me foi apresentado. Dou fé. Macelo, 12 de Jan de 2021- em testemunho da verdade. Tábilio José Roberto Martins Barbosa, Abrevante Autorizada Maria de Fatima Vieira dos Anjos ABH93657-ELFS Confirma em: <https://selo.tj.al.jus.br>

9. Escreva o nome do autor e o ano de publicação da obra citada no texto. Confirme em: <https://selo.tjaj.jus.br>



JHC

Prefeito de Maceió

***Reproduzida por Incorreção**

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:E1AB360B

GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA Nº. 0918 MACEIÓ/AL, 28 DE ABRIL DE 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **THALES NOVAES DE CASTRO**, para o cargo em comissão de **Secretário**, Símbolo **CNP**, CPF nº. **055.212.524-52**, do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE - SEMESP**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JHC

Prefeito de Maceió

***Reproduzida por Incorreção**

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:86950A3D

GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA Nº. 0919 MACEIÓ/AL, 28 DE ABRIL DE 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **DAVID RICARDO DE LUNA GOMES**, para o cargo em comissão de **Secretário**, Símbolo **CNP**, CPF nº. **082.199.494-81**, do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E INTEGRAÇÃO METROPOLITANA - SEMAEMI**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JHC

Prefeito de Maceió

***Reproduzida por Incorreção**

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:4FD2F60C

GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA Nº. 0920 MACEIÓ/AL, 28 DE ABRIL DE 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **CLAUDIO PEREIRA DE ANDRADE NETO**, para o cargo em comissão de **Secretário**, Símbolo **CNP**, CPF nº. **058.929.694-95**, do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL - SEMHAB**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JHC

Prefeito de Maceió

***Reproduzida por Incorreção**

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:6978172C

GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA Nº. 0921 MACEIÓ/AL, 28 DE ABRIL DE 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **CLEBER COSTA DE OLIVEIRA**, para o cargo em comissão de **Secretário**, Símbolo **CNP**, CPF nº. **154.006.544-87**, do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SEMCE**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JHC

Prefeito de Maceió

***Reproduzida por Incorreção**

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:9BE6D2D0

GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA Nº. 0922 MACEIÓ/AL, 28 DE ABRIL DE 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **JOÃO LUIS LOBO SILVA**, para o cargo em comissão de **Procurador-Geral**, Símbolo **CNP**, CPF nº. **724.751.374-87**, do(a) **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JHC

Prefeito de Maceió

***Reproduzida por Incorreção**

Publicado por:
Evandro José Cordeiro
Código Identificador:42E96671

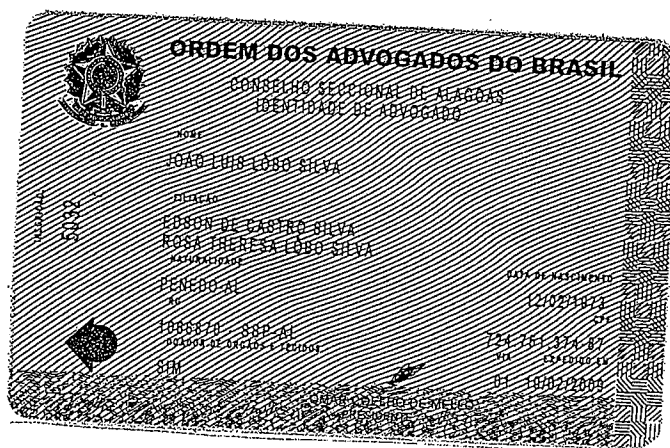
GABINETE DO PREFEITO - GP
PORTARIA Nº. 0923 MACEIÓ/AL, 28 DE ABRIL DE 2023.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR **JOSE DE BARROS LIMA NETO**, para o cargo em comissão de **Controlador-Geral**, Símbolo **CNP**, CPF nº. **039.849.424-00**, do(a) **CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO - CGM**, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔBO SILVA - Advogado

Data e hora da assinatura: 20/07/2023 20:02:28

Identificador: 4058000.13317093

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>




23072018064447900000013404725

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato e na melhor forma de direito, **BRASKEM S.A.**, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, neste ato representada por seus Diretores ao final assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores **ELIANE CRISTINA CARVALHO**, brasileira, divorciada, inscrita na OAB/SP sob o nº 163.004 e no CPF/ME sob o nº 138.123.388-07; **LUCAS DE MORAES CASSIANO SANT'ANNA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 234.707 e no CPF/ME sob o nº 288.652-218-01; e **PAULO EDUARDO LEITE MARINO**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/SP sob o nº 276.599 e no CPF/ME sob o nº 312.133.108-65, todos advogados e integrantes do escritório **MACHADO, MEYER, SENDACZ E OPICE ADVOGADOS**, com endereço na Capital do Estado de São Paulo, na Rua José Gonçalves de Oliveira, 116, 7º andar, Ed. Seculum II, Itaim Bibi, a quem confere poderes para, agindo em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, **representar a Outorgante na assinatura de Acordo Global, seus anexos e do Termo de Adesão ao Acordo Socioambiental, a serem firmados entre a Outorgante e o Município de Maceió/AL, no âmbito da negociação com o Município em decorrência do fenômeno geológico que atingiu a cidade de Maceió, podendo, para esse fim, discutir cláusulas, condições, valores e prazos, transigir, desistir, renunciar a direitos. O presente instrumento terá validade até o dia 31 (trinta e um) de julho de 2023 (dois mil e vinte e três) e não poderá ser substabelecido.**

Os Outorgados devem executar os poderes aqui conferidos, de forma ética e de acordo com as leis aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, as leis que proíbem o suborno comercial, pagamentos indevidos a funcionários públicos e lavagem de dinheiro, notadamente legislação anticorrupção, cientes das responsabilidades decorrentes do descumprimento.

Camaçari/BA, 19 de julho de 2023



BRASKEM S.A.
Marcelo de Oliveira Louqueira Edison Terra Filho
Diretor Diretor



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva de iguais, os seguintes poderes que me foram conferidos por **BRASKEM S.A.**, com sede na Rua Eteno, 1.561 - Polo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, aos Drs. **SERGIO BERMUDES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 17.587; **MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 59.384; **FABIANO ROBALINHO CAVALCANTI**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 95.237; **CAETANO BERENGUER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 135.124; **WILSON PIMENTEL**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 122.685; **ADILSON VIEIRA MACABU**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 135.678; **SERGIO NASCIMENTO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 305.211; **FERNANDO NOVIS**, inscrito na OAB/RJ sob o nº 172.155; todos integrantes da sociedade de advogados **SERGIO BERMUDES ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ nº 35.789.304/0001-64 e na OAB/RJ sob o nº 98.438/89, com escritório localizado na Praça VX de Novembro, 20, 7º e 8º andares, Centro, Rio de Janeiro/Rj, CEP 20010-010, e no SHIS QL 14, Conjunto 05, Casa 01, Lago Sul, inscrita na OAB/DF sob o nº 753/01, e com o seguinte endereço eletrônico, rjintimacoes@sbadv.com.br, exclusivamente para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, defender os direitos e interesses da BRASKEM S.A. para o fim específico de ajuizar ação perante a Seção Judiciária Federal em Alagoas, com o propósito de obter a homologação de autocomposição envolvendo o TERMO DE ACORDO GLOBAL celebrado entre a BRASKEM S.A. e o MUNICÍPIO DE MACEIÓ, conferindo-lhes os poderes da cláusula "AD JUDICIA" para o foro em geral, em qualquer instância ou tribunal, podendo propor e acompanhar a respectiva ação contestar, impugnar, interpor recursos, concordar, discordar, receber notificações e intimações, sendo expressamente vedado receber citação em nome da BRASKEM e o substabelecimento a terceiros, exceto os poderes para obtenção de vistas e cópias reprográficas.

Os Outorgados devem executar os poderes aqui conferidos, de forma ética e de acordo com as leis aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, as leis que proíbem o suborno comercial, pagamentos indevidos a funcionários públicos e lavagem de dinheiro, notadamente legislação anticorrupção, cientes das responsabilidades decorrentes do descumprimento.

Camaçari/BA, 20 de julho de 2023.



MARCELA LADEIRA NARDELLI,
brasileira, divorciada, advogada,
OAB/SP nº254.988 - CPF/ME nº717.518.071-34



C.N.P.J nº 42.150.391/0001-70 - NIRE 29300006939
Companhia Aberta

D4Sign 5191bc92-5238-45ad-ac69-05e8abf3127c - Para confirmar as assinaturas acesse <https://seccom.mec.gov.br/validar/5191bc92-5238-45ad-ac69-05e8abf3127c>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Jornal Correlio em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste
documento pode ser conferida através do QR Code ao lado
ou pelo link <https://publicacoesjornalcorrelio.com.br/verificar>

-☆- continuação

no artigo 37, inciso II da Lei nº 8.934/94, com a redação dada pelo artigo 4º da Lei nº 10.194/01, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto na Resolução CVM nº 44, declarações por escrito, de acordo com os termos da referida instrução, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Em função das eleições ou reeleições, conforme o caso, deliberadas neste item 9.1.7, o Conselho Fiscal da Companhia passa a ter a seguinte composição: **EFETIVOS - RESPECTIVOS SUPLENTE:** ISMAEL CAMPOS DE ABREU - IVAN SILVA DUARTE; GILBERTO BRAGA - TATIANA MACEDO COSTA RIEGO; MARCILIO JOSE RIBEIRO JUNIOR - ALEXIS KNEIP WARD; CARLOS HENRIQUE VIEIRA GANDIOL DA SILVA CRISTIANO GADELHA VIDAL CAMPELLO; MARCOS AURELIO PAMPLONA DA SILVA - FABRICIO SANTOS DEBORTOLI.

9.1.8. Remuneração Anual Global dos Administradores e dos Membros do Conselho Fiscal: Aprovar, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, registradas as abstenções e votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, o montante total de até R\$ 84.396.600,31 (oitenta e quatro milhões, trezentos e noventa e seis mil, seiscentos reais e trinta e um centavos) referente à remuneração anual e global dos Administradores para o exercício social de 2022, incluindo os honorários fixo e variável, bem como os benefícios aplicáveis, líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador, conforme entendimento do Colegiado da CVM no Processo nº 19957.007457/2018-10, refletido nas orientações do Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP e que deverá ser individualizado pelo Conselho de Administração da Companhia, de acordo com o previsto nos artigos 25 e 26, inciso "viii" do Estatuto Social da Companhia. Adicionalmente, foi aprovado o montante de R\$ 1.115.100,00 (um milhão, cento e quinze mil e cem reais) referente à remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2022, observado o disposto no artigo 162, §3º da Lei das S.A., totalizando, portanto, uma remuneração anual e global dos Administradores e membros do Conselho Fiscal no montante de R\$ 85.511.700,31 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e onze mil, setecentos reais e trinta e um centavos).

9.2. Assembleia Geral Extraordinária:

9.2.1. Rerratificação da Remuneração Anual e Global dos Administradores da Companhia Referente ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2021: Aprovar, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, registradas as abstenções e votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a rerratificação do valor da remuneração global anual da Administração da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 13 de abril de 2021 ("AGO 2021"), que passará do valor total de R\$ 72.478.883,96 (setenta e dois milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos) para o valor total de R\$ 74.509.856,03 (setenta e quatro milhões, quinhentos e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e três centavos), conforme detalhado na Proposta da Administração para a Assembleia.

9.2.2. Alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia: Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, sem quaisquer reservas ou ressalvas, registradas as abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para atualização do capital social da Companhia, em decorrência da conversão voluntária de ações preferenciais classe "B" exercida por acionista nos termos do art. 6º, §3º do Estatuto Social da Companhia, sendo que foram convertidas 21.440 (vinte e uma mil,

quatrocentas e quarenta) ações preferenciais classe "B" em 10.720 (dez mil, setecentas e vinte) ações preferenciais classe "A".

9.2.2.1. Em decorrência dessa deliberação, o "caput" do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar a partir da presente data com a seguinte nova redação: "Artigo 4º - O capital social é de R\$ 8.043.222.080,50 (oito bilhões, quarenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta reais e cinquenta centavos), dividido em 797.207.834 (setecentos e noventa e sete milhões, duzentos e sete mil e oitocentas e trinta e quatro) ações, sendo 451.668.652 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, seiscentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, 345.060.392 (trezentos e quarenta e cinco milhões, sessenta mil e trezentas e noventa e duas) ações preferenciais classe "A" e 478.790 (quatrocentas e setenta e oito, setecentas e noventa) ações preferenciais classe "B".

9.2.3. Consolidação do Estatuto Social da Companhia: Aprovar, por unanimidade de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, sem quaisquer reservas ou ressalvas, registradas as abstenções, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência da aprovação da deliberação anterior. A versão consolidada do Estatuto Social da Companhia passa a integrar a presente ata como Anexo II.

10. Encerramento: Em cumprimento ao artigo 30, §4º da IN CVM 480, o total de aprovações, rejeições e abstenções computadas na votação de cada item da ordem do dia encontra-se indicado no Anexo I, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia e lavrada a presente ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada pelos membros da Mesa, sendo que os acionistas que participaram da Assembleia por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia tiveram sua presença registrada pelos membros da Mesa e serão considerados assinantes da presente ata, nos termos do artigo 21-V, §§1º e 2º da IN CVM 481, e do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Ainda, nos termos do artigo 130, §1º da Lei das S.A., a presente ata foi lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos. Por fim, restou autorizada, pela unanimidade dos acionistas, a publicação da presente ata com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §2º da Lei das S.A.

11. Assinaturas: Mesa: Presidente: Sra. Paula Cristina Penteado Magalhães Azevedo; e Secretária: Sra. Clarisse Mello Machado Schlieckmann. Acionistas Presentes: NSP INVESTIMENTOS S.A. - Em Recuperação Judicial - NOVONOR S.A. - Em Recuperação Judicial (p.p. Srs. Marcelo Guedes Nunes, João Eduardo Braz de Carvalho e Rodrigo Souza Mendes de Araújo) - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS (p.p. Srs. Felipe Câmara Moreira e Eduardo Belotti Paes de Figueiredo e Sra. Mariana Fernandes da Silva) ALASKA RANGE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - ALASKA POLAND FIA - BDR NIVEL 1 - ALASKA BLACK INSTITUCIONAL - FIA ALASKA BLACK MASTER FIA - BDR NIVEL 1 - ALASKA BLACK ADVISORY XP SEGUROS FIFE PREVIDÊNCIA FI - ALASKA PREVIDENCIA MASTER FIM - GERACAO FUTURO L.PAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES - AMUNDI INDEX SOLUTIONS - CPR INVEST - AMUNDI ESG GLOBAL LOW CARBON FUND- PREDIQUANT A3 - THE BANK OF NEW YORK (p.p. Sra. Michele da Silva Gonales) - MARCELO GASPARINO DA SILVA - RENATO CHAVES. CamagariBA, 19 de abril de 2022. Conferir com a ata original lavrada em livro próprio. Clarisse Mello Machado Schlieckmann - Secretária da Mesa, JUCEB - Certifico o Registro sob o nº 98185239 em 28/04/2022. Protocolo 2262230562 de 20/04/2022. Tiana Regila M. G. de Araújo - Secretária Geral.



aviso 3004 pdf

Código do documento 5191bc92-5238-45ad-ac69-05e8abf3127c



Assinaturas



EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A:14583041000162

Certificado Digital

opac-noticiario@redebahia.com.br

Assinou

Eventos do documento

29 Abr 2022, 19:14:36

Documento 5191bc92-5238-45ad-ac69-05e8abf3127c **criado** por KLEBER FIGUEIREDO SANTANA (5156dbdf-e77e-4de8-b930-eef77132bfa9). Email: KLEBER.SANTANA@REDEBAHIA.COM.BR. - DATE_ATOM: 2022-04-29T19:14:36-03:00

29 Abr 2022, 19:15:06

Assinaturas **iniciadas** por KLEBER FIGUEIREDO SANTANA (5156dbdf-e77e-4de8-b930-eef77132bfa9). Email: KLEBER.SANTANA@REDEBAHIA.COM.BR. - DATE_ATOM: 2022-04-29T19:15:06-03:00

29 Abr 2022, 19:18:54

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S

A:14583041000162 **Assinou** Email: opac-noticiario@redebahia.com.br. IP: 200.223.240.240 (200.223.240.240 porta: 47308). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC VALID RFB v5,OU=A1,CN=EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S A:14583041000162. - DATE_ATOM: 2022-04-29T19:18:54-03:00

Hash do documento original

(SHA256):dd378d869ba6fa4b588de0827f62d075ac6246461ef2e164e7707b74282b8196

(SHA512):4b2d83353146c52cefd36135e79139be4b3ec045b72fd23c78d07ef8ddf4765eccf097a2a857fa6cab16c13b0cfcfaddcd47078bd9018c9deef6039e8c04d4a

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022

ANEXO II

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I
NOME, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO

Artigo 1º

A **BRASKEM S.A.**, companhia aberta, com sede e foro no Município de Camaçari, Estado da Bahia, rege-se por este Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

Parágrafo 1º – Em razão da listagem da Companhia no segmento Nível 1 da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 da B3 (“Regulamento”).

Parágrafo 2º - A Companhia, mediante ato de sua Diretoria, pode abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior.

Artigo 2º

São objetivos da Companhia:

- a) fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos, e derivados de petroquímica;
- b) produção, distribuição e comercialização de utilidades tais como: vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, assim como a prestação de serviços industriais;
- c) produção, distribuição e comercialização de energia elétrica para seu consumo próprio e de outras empresas;
- d) participação em outras sociedades, nos termos da Lei nº. 6.404/76, na qualidade de sócia ou acionista;
- e) fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP) e outros derivados de petróleo;

21

Junta Comercial do Estado da Bahia

28/04/2022

Certifico o Registro sob o nº 98185239 em 28/04/2022

Protocolo 226230562 de 20/04/2022

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 190083445135314

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2022

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

- f) o transporte, a representação e a consignação de produtos petroquímicos e subprodutos, compostos e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietilenos, elastômeros e seus respectivos manufaturados;
- g) locação ou empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como atividade meio ao objeto social principal da Companhia; e
- h) a prestação de serviços relacionados às atividades acima.

Artigo 3º

O tempo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL E AÇÕES

Artigo 4º

O capital social é de R\$ 8.043.222.080,50 (oito bilhões, quarenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta reais e cinquenta centavos), dividido em 797.207.834 (setecentas e noventa e sete milhões, duzentas e sete mil e oitocentas e trinta e quatro) ações, sendo 451.668.652 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, seiscentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, 345.060.392 (trezentas e quarenta e cinco milhões, sessenta mil e trezentas e noventa e duas) ações preferenciais classe "A"; e 478.790 (quatrocentas e setenta e oito, setecentas e noventa) ações preferenciais classe "B".

Parágrafo 1º - A Companhia está autorizada, mediante deliberação do Conselho de Administração, a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social até que este atinja a quantidade total de 1.152.937.970 (um bilhão, cento e cinquenta e dois milhões, novecentas e trinta e sete mil, novecentas e setenta) em ações, sendo 535.661.731 (quinhentos e trinta e cinco milhões, seiscentas e sessenta e um mil, setecentas e trinta e uma) em ações ordinárias, 616.682.421 (seiscentos e dezesseis milhões, seiscentas e oitenta e duas mil, quatrocentas e vinte e uma) em ações preferenciais classe "A" e 593.818 (quinhentas e noventa e três mil, oitocentas e dezoito) em ações preferenciais classe "B", sendo certo que a quantidade de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito não poderá ultrapassar o limite 2/3 do capital total da Companhia ("Capital Autorizado").

21

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

Parágrafo 2º - Poderá ser modificada a proporção anteriormente verificada entre o número de ações das diversas classes de ações preferenciais da Companhia, sendo dispensada a formalidade prevista no Artigo 136, §1º da Lei nº 6.404/76.

Artigo 5º

As ações preferenciais classe "B" serão sempre integralizadas com recursos previstos na legislação de incentivos fiscais aos empreendimentos do Nordeste.

Parágrafo Único - As ações integralizadas com recursos provenientes do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, são obrigatoriamente nominativas e intransferíveis pelo prazo de 4 (quatro) anos, a partir da data em que forem permutadas por aquele Fundo com investidores, de acordo com o Artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.376/74, ressalvada a hipótese de sua permuta com as pessoas físicas a que se refere o parágrafo único do Artigo 3º do referido Decreto-Lei.

Artigo 6º

Todas as ações da Companhia são escriturais e, em nome de seus titulares, serão mantidas em conta de depósito em instituição financeira, sem emissão de certificados.

Parágrafo 1º - O custo do serviço de transferência de propriedade das ações, que for cobrado pela instituição financeira depositária, poderá vir a ser repassado ao acionista, conforme faculta o parágrafo 3º do Art. 35 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral poderá autorizar a conversão de ações preferenciais classe "A" em ações ordinárias, mediante deliberação da maioria do capital votante da Companhia, devendo, entretanto, fixar: a) o montante das ações a serem convertidas; b) a relação de troca a ser aplicada na conversão; e c) o momento em que se dará a conversão de ações.

Parágrafo 3º - As ações preferenciais classe "B", uma vez esgotado o prazo de intransferibilidade previsto na legislação especial, poderão ser convertidas em ações preferenciais classe "A" a qualquer tempo, mediante solicitação por escrito à Companhia, na razão de 2 (duas) ações preferenciais classe "B" para cada uma ação preferencial classe "A".

Parágrafo 4º - Todas as ações da Companhia farão jus ao direito de venda conjunta (tag along) no caso de alienação do controle da Companhia, pelo mesmo preço por ação pago ao(s) alienante(s), observado o disposto no Capítulo III deste Estatuto Social.



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

Artigo 7º

A subscrição e a integralização das ações obedecerão aos seguintes critérios:

- a) a emissão, a quantidade, preço, tipos ou espécies e classes de ações a serem emitidas pela Companhia serão, conforme o caso, estabelecidas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, sendo, nesta última hipótese, sempre observado o Capital Autorizado;
- b) a importância mínima de realização inicial das ações que forem subscritas será aquela estabelecida em Lei;
- c) o prazo para integralização das ações subscritas será fixado pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral, conforme o caso, por ocasião de cada chamada de capital;
- d) a integralização de ações com bens, que não sejam créditos em moeda corrente, dependerá de aprovação da Assembleia Geral;
- e) não haverá direito de preferência para a subscrição de ações emitidas nos termos da Lei especial sobre incentivos fiscais (Artigo 172, parágrafo único, da lei nº 6.404/76); também não terão direito de preferência à subscrição de quaisquer novas ações os titulares de ações subscritas com recursos oriundos de incentivos fiscais.
- f) sem prejuízo do disposto no parágrafo único abaixo, no exercício do direito de preferência à subscrição de novas ações e/ou dos demais valores mobiliários emitidos pela Companhia, fica assegurado aos acionistas o prazo de 30 (trinta) dias para efetuarem a subscrição, contado este prazo da data da publicação do respectivo aviso aos acionistas;
- g) poderão ser emitidos bônus de subscrição, por deliberação do Conselho de Administração no limite do Capital Autorizado.

Parágrafo Único - Excetuada a hipótese em que houver emissão de ações ordinárias, ou ainda de outros valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias, o Conselho de Administração ou a Assembleia Geral, conforme o caso, poderá excluir o direito de preferência para os antigos acionistas, ou reduzir o respectivo prazo, em quaisquer emissões de ações, debêntures e bônus de subscrição ou outros valores mobiliários, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, conforme previsto na lei.



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

Artigo 8º

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 9º

As ações preferenciais não terão direito a voto, gozando, porém, dos seguintes privilégios:

a) as ações preferenciais classes "A" e "B" terão igual prioridade na distribuição, em cada exercício, de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) sobre seu valor unitário, como definido na alínea "g" adiante, de acordo com os lucros disponíveis para distribuição aos acionistas. Esse dividendo deverá ser pago, salvo deliberação da Assembleia Geral, ou do Conselho de Administração, na hipótese de distribuição de dividendos intermediários (Art. 46, parágrafo 4º), no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social;

b) as ações ordinárias somente terão direito a dividendo depois do pagamento dos dividendos das ações preferenciais referido na alínea "a" deste artigo;

c) depois de cumprido o disposto na alínea "a" deste artigo e assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) incidente sobre seu valor unitário, conforme definido na alínea "g" adiante, as ações preferenciais classe "A" concorrerão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucro remanescente. As ações preferenciais classe "B" não participarão de lucros remanescentes após o recebimento, pelas mesmas, do dividendo mínimo referido na alínea "a" deste artigo;

d) somente as ações ordinárias e preferenciais classe "A" participarão na distribuição, pela Companhia, de ações resultantes de incorporação de reservas ao capital social;

e) às ações preferenciais classes "A" e "B" é assegurada a prioridade no reembolso do capital;

f) a integralização das ações subscritas pelo FINOR efetivar-se-á mediante depósito da quantia correspondente em conta vinculada ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., em nome da Companhia, procedendo-se à respectiva liberação imediatamente após a apresentação da publicação, no Diário Oficial, da Certidão de arquivamento da Junta Comercial, referente ao arquivamento da Ata de Reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a subscrição;



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

g) o valor unitário das ações será obtido através da divisão do capital social pelo total de ações em circulação.

Parágrafo Único - As ações preferenciais sem direito a voto com dividendos fixos ou mínimos, quando emitidas, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus durante três exercícios sociais consecutivos, direito esse que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso, tudo na forma do § 1º, do art. 111, da Lei nº 6.404/76.

CAPÍTULO III
DO DIREITO DE VENDA CONJUNTA.

Artigo 10

Caso o(s) controlador(es) da Companhia venha(m) a alienar o controle da Companhia a qualquer tempo, o(s) referido(s) alienante(s) fica(m) desde já obrigado(s) a inserir no instrumento que regule a referida alienação uma obrigação do(s) adquirente(s) de, no prazo de 30 (trinta) dias contados da formalização da transferência das ações representativas do controle junto à instituição financeira responsável pela custódia das ações da Companhia, formular oferta pública de compra de todas as ações de emissão da Companhia, independente do tipo ou classe, pelo mesmo preço por ação pago ao(s) alienante(s).

Artigo 11

Para os fins do previsto no artigo 10 acima, entende-se por transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações representativas do controle da Companhia, que retire do alienante a condição de controlador da Companhia, isoladamente ou em conjunto com terceiros, a qualquer sociedade que não (a) seja controladora, direta ou indireta, da alienante; (b) seja controlada diretamente ou através de participação em bloco de controle, pelas controladoras da alienante; ou (c) seja controlada, direta ou indiretamente, pela alienante.

Parágrafo Único – Não obstante o disposto no artigo 11 acima, não caracteriza transferência de controle a venda, cessão e/ou transferência de ações da Companhia entre acionistas integrantes do bloco de controle e/ou signatários de acordos de acionistas da Companhia regulando o exercício de direitos políticos associados às ações integrantes do bloco de controle.

Artigo 12





BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

O direito de venda conjunta previsto neste Capítulo III não se aplicará caso a transferência do controle da Companhia ocorra: (a) em função de decisão ou ato judicial, tal como penhora ou adjudicação em execução ou (b) em função de decisão final dos órgãos reguladores, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, obrigando o(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia a desfazer-se de parte ou da totalidade das ações da Companhia por ele(s) detidas.

CAPÍTULO IV
ÓRGÃOS PERMANENTES DA SOCIEDADE

Artigo 13

São Órgãos permanentes da Companhia:

- a) a Assembleia Geral;
- b) o Conselho de Administração;
- c) a Diretoria;
- d) o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO V
ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 14

A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente nos quatro primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social; e extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou na forma da lei.

Artigo 15

A convocação para a Assembleia Geral se fará pela imprensa, observadas as disposições legais.

Artigo 16

Só poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam mantidas em depósito na instituição financeira, indicada pela Companhia, até 8 (oito) dias antes da data de sua realização.

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

Parágrafo 1º - O acionista poderá fazer representar-se por procurador, respeitadas as disposições da lei e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo 2º – Para fins do exercício do direito previsto no parágrafo 4º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, os acionistas deverão comprovar à Assembleia a titularidade ininterrupta da participação acionária mínima exigida pelo referido dispositivo durante o período de 3 (três) meses imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral e estarão aptos a exercer o mencionado direito apenas com relação às ações que satisfizerem tal requisito.

Parágrafo 3º – Depois de assinarem o Livro de Presença, os acionistas escolherão o Presidente e o Secretário os quais dirigirão os trabalhos da Assembleia Geral.

Artigo 17

Compete à Assembleia Geral, além das outras atribuições que lhe são estabelecidas em lei, deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) alteração nas preferências, vantagens e/ou condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais em que se divide o capital social da Companhia;
- (ii) criação de classes de ações preferenciais mais favorecidas em relação às classes existentes;
- (iii) conversão de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia;
- (iv) participação em grupo de sociedades, conforme definição contida no Artigo 265 da Lei nº 6.404/76;
- (v) alterações do Estatuto Social;
- (vi) aumento ou redução do capital social da Companhia fora do limite do capital autorizado, bem como resgate ou amortização de suas ações;
- (vii) transformação, fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- (viii) aumento ou redução do número de membros do Conselho de Administração da Companhia;





BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022

- (ix) requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ou ainda, a dissolução, liquidação ou cessação do seu estado de liquidação;
- (x) alteração da política de dividendos ou do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia;
- (xi) emissão, pela Companhia de debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição de ações, observado o disposto no Artigo 26 (xxiv) abaixo;
- (xii) decisão quanto ao fechamento do capital ou, se fechado, a obtenção de eventual novo registro de companhia aberta da Companhia;
- (xiii) avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social;
- (xiv) eleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e
- (xv) fixação da remuneração anual dos administradores.

CAPÍTULO VI
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 18

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 11 (onze) membros e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser conselheiros independentes, de acordo com a definição contida nas políticas da Companhia.

Parágrafo 2º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no Parágrafo 1º acima, resultar número fracionado de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro subsequente.

Parágrafo 3º - Os conselheiros eleitos mediante votação em separado serão considerados independentes.

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

Artigo 19

A Assembleia Geral deverá definir, entre os membros do Conselho de Administração, o Presidente e o Vice-Presidente, podendo substituí-los a qualquer tempo, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo Único - O cargo de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração não poderão ser cumulados pela mesma pessoa, salvo nas hipóteses e nos termos previstos pelo Regulamento.

Artigo 20

Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento e às políticas em vigor na Companhia, permanecendo em seus cargos até a posse de seus sucessores.

Artigo 21

O prazo de gestão do Presidente e do Vice-Presidente será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Artigo 22

Em suas ausências ou impedimentos temporários, os membros do Conselho de Administração serão substituídos pelos seus respectivos suplentes. Na ausência ou impedimento temporário do Presidente, a presidência do Conselho de Administração será exercida pelo Vice-Presidente. Na ausência e/ou impedimento temporários e simultâneos do Presidente e do Vice-Presidente, o Presidente indicará, entre os demais membros do Conselho, quem o substituirá na presidência do Conselho de Administração.

Artigo 23

No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será automaticamente o seu respectivo suplente caso outro Conselheiro não seja nomeado pelos Conselheiros remanescentes dentre os Conselheiros suplentes, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, e servirá até a primeira Assembleia Geral, na qual o seu nome poderá ser ratificado ou substituído pelos acionistas. O substituto nomeado para



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

preencher o cargo vago deverá cumprir o restante do prazo de gestão do substituído.

Artigo 24

O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente cada 3 (três) meses e, extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente ou por quaisquer 2 (dois) de seus membros.

Parágrafo 1º - Entre o dia da convocação e o dia da realização da reunião do Conselho de Administração, mediarão, no mínimo, 10 (dez) dias, a menos que a maioria de seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas, devendo ser disponibilizada pauta devidamente instruída.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração somente deliberará com a presença da maioria de seus membros em exercício, admitida a representação de qualquer Conselheiro por qualquer membro titular ou suplente do Conselho por ele indicado, e as deliberações serão tomadas por maioria, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 25

A remuneração global anual dos administradores da Companhia será fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração a sua individualização.

Artigo 26

Compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) decidir sobre investimentos operacionais ou de expansão da Companhia e de suas controladas em montante superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
- (iii) decidir sobre Plano de Negócio da Companhia, que deve incluir, dentre outros itens, os objetivos empresariais e estratégicos de curto, médio e longo prazos e os orçamentos anual e plurianual, e acompanhar a sua execução;
- (iv) aprovar propostas de políticas de aplicação geral, inclusive contratação de seguros, da Companhia;





BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022

- (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, bem como sobre a proposta de distribuição do lucro líquido apurado e destinação das reservas;
- (vi) aprovar o Regimento de Funcionamento do Conselho, que disporá, entre outras matérias, sobre a criação de uma Secretaria e de comitês especializados para apoiar o Conselho no processo deliberativo, bem como aprovar os eventuais Regimentos Internos dos mencionados comitês;
- (vii) aprovar os critérios para atribuição de participação aos empregados nos resultados da Companhia;
- (viii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições e respectivas remunerações, observada a verba global estabelecida pela Assembleia Geral, o disposto neste Estatuto e em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia;
- (ix) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos;
- (x) escolher e substituir auditores independentes da Companhia e de suas controladas;
- (xi) convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;
- (xii) submeter à Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações envolvendo a Companhia ou sua dissolução e reforma estatutária, inclusive aumento do Capital Autorizado;
- (xiii) decidir sobre a participação da Companhia em sociedades, parcerias, associações com ou sem fins lucrativos, ou consórcios;
- (xiv) aprovar a aquisição de bens (excluídos aqueles que se enquadrem no item xv abaixo) e a contratação de serviços de qualquer natureza pela Companhia e qualquer de suas controladas em valores anuais superiores a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, desde que em conformidade com o Plano de Negócios da Companhia;





BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022

- (xv) aprovar a aquisição de bens para o ativo não circulante (registrados na rubrica "investimentos") da Companhia ou de suas controladas, em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 30% (trinta por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xvi) aprovar a celebração de comodato, alienação, cessão ou transferência de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 10% (dez por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado;
- (xvii) decidir sobre a oneração, alienação ou cessão fiduciária de bens do ativo não circulante da Companhia ou de suas controladas em operações que contemplem, por operação ou em conjunto por exercício anual, valores superiores a 20% (vinte por cento) do ativo não circulante da Companhia, conforme último balanço patrimonial anual divulgado, ou a R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), ressalvado que esses limites não se aplicam à oneração, cessão ou alienação fiduciária pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer bem do ativo não circulante efetuada para garantir (a) o financiamento da aquisição desse bem e (b) processos judiciais movidos por ou em face da Companhia ou das suas controladas;
- (xviii) decidir sobre a celebração de contratos entre a Companhia ou qualquer controlada da Companhia de um lado, e do outro lado, qualquer de suas partes relacionadas, conforme definido na política da Companhia que regule esta matéria, em valores superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por operação ou superiores, em conjunto, a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por exercício social;
- (xix) fixar, anualmente, limites, por operação dentro dos quais os Diretores, observado o disposto no art. 37, poderão, sem a prévia autorização do Conselho, contratar empréstimos, financiamentos, ou operações de mercado de capitais cuja legislação ou regulamentação aplicável não exija autorização do Conselho ou da Assembleia Geral, no País ou no exterior;
- (xx) aprovar a aquisição de matéria-prima, pela Companhia e qualquer de suas controladas, em valor anual superior ao valor equivalente em Reais a US\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares), por contrato ou sequência de contratos similares dentro de uma mesma operação, considerando-se o período de 12 (doze) meses a partir da

01



BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022

primeira contratação, observado que as aquisições de matéria-prima com partes relacionadas deverão seguir a regra prevista no item “xviii”;

- (xxi) decidir sobre a concessão de garantias pela Companhia ou pelas suas controladas de qualquer valor, com relação a obrigações assumidas por terceiros que não sejam empresas controladas da Companhia;
- (xxii) deliberar, dentro do limite do Capital Autorizado, sobre a emissão de ações e de bônus de subscrição, bem como sobre a emissão, pela Companhia, de notas promissórias para distribuição pública (“commercial paper”);
- (xxiii) aprovar programa de recompra de ações da Companhia ou de qualquer controlada da Companhia de capital aberto para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a posterior alienação ou cancelamento das respectivas ações, observadas as disposições legais e as normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- (xxiv) aprovar a emissão de debêntures conversíveis em ações dentro do limite do Capital Autorizado, e a emissão de debêntures não conversíveis em ações;
- (xxv) aprovar a outorga pela Companhia, dentro do limite do Capital Autorizado, e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, de opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle;
- (xxvi) aprovar criação ou outorga de opção de compra e de venda de ações pela Companhia e/ou pelas suas controladas, e no caso destas últimas, desde que tal criação ou outorga resulte na admissão de um novo acionista (que não um de suas controladas) na referida controlada da Companhia;
- (xxvii) aprovar a emissão pela Companhia e por suas controladas de notas promissórias reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- (xxviii) instruir os representantes da Companhia em suas controladas para o exercício do direito de voto, a respeito das matérias previstas (a) nos itens i; ii; iii; vi; vii; e xi; nestes casos, desde que presente a admissão de um outro sócio que não a Companhia e/ou outras controladas da Companhia; (b) no item v quando se tratar de alteração no objeto social; e (c) nos itens ix e xii, todas do artigo 17 deste Estatuto, sempre ressalvadas as

21



BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022

hipóteses de operações e transações já aprovadas pelo Conselho de Administração;

- (xxix) deliberar, no limite de sua competência, sobre os casos omissos neste estatuto; e
- (xxx) autorizar a renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas, desde que importe em perda de controle por parte da Companhia, ou de coligadas, desde que acarrete alteração superior a 5% da participação detida pela Companhia.

Artigo 27

Ao Presidente do Conselho de Administração, observado o disposto no Regimento de Funcionamento do Conselho, compete:

- a) convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração; e
- b) convocar a Assembleia Geral, desde que autorizado pelo Conselho de Administração.

Artigo 28

Ao Vice-Presidente ou, na sua ausência, a quem o Presidente indicar na forma do art. 22, compete substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e, ainda, em caso de vaga, ocupar o cargo de Presidente até a eleição de novo titular.

CAPÍTULO VII
CONFORMIDADE E AUDITORIA

Artigo 29

A Companhia terá um Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, composto por 5 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - O Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário deverá contar em sua composição com (i) 3 (três) membros independentes do seu Conselho de Administração nos termos de política própria da Companhia; e (ii) 2 (dois) membros que não sejam participantes do Conselho de Administração, escolhidos na forma do parágrafo 2º.

01



BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

Parágrafo 2º - Os 2 (dois) membros não participantes do Conselho de Administração deverão ser membros independentes, nos termos da Resolução CVM nº 23/21 ou qualquer outra que venha a substituí-la e serão escolhidos pelo referido órgão dentre os indicados em lista, a ser submetida pelo Presidente do Conselho de Administração, elaborada por empresa especializada e com experiência comprovada, não sendo permitida a indicação de nomes pelos acionistas.

Parágrafo 3º - Para fins de cumprimento da Resolução CVM nº 23/21, ao menos 1 (um) dos 3(três) membros do Conselho de Administração da Companhia integrantes do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário deverá atender simultaneamente aos critérios de independência previstos na política própria da Companhia e aos critérios de independência previstos na Resolução CVM nº 23/21 ou qualquer outra que venha a substituí-la.

Parágrafo 4º - Os membros do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário serão eleitos para um mandato de 02 (dois) anos e exercerão seus cargos por, no máximo, 10 (dez) anos.

Parágrafo 5º - Para os membros do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário que sejam membros do Conselho de Administração, a renúncia ou destituição do cargo de membro do Conselho de Administração acarretará automaticamente na renúncia ou destituição, conforme o caso, do cargo de membro do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário.

Parágrafo 6º - Pelo menos um dos membros do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário deverá ter reconhecidos conhecimentos nas áreas de contabilidade societária, de auditoria e financeira, que o caracterize como especialista financeiro, nos termos da Resolução CVM nº 23/21 ou qualquer outra que venha a substituí-la, das leis norte-americanas aplicáveis à Companhia e regras de listagem a que a Companhia esteja submetida, podendo o especialista financeiro ser membro do Conselho de Administração ou não.

Parágrafo 7º - É vedada a participação de Diretores e empregados da Companhia, suas controladas, controladora, coligadas ou sociedades sob controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário.

Parágrafo 8º - O Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário contará com um regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração que descreverá detalhadamente suas funções, bem como seus procedimentos operacionais e atribuições de seu Coordenador.

21

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022

Parágrafo 9º - O exercício das atividades dos membros do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, bem como seu regimento interno deverão observar as regras previstas na regulamentação brasileira, especialmente na Resolução CVM nº 23/21, e norte-americana, incluindo o disposto na *Sarbanes-Oxley Act* e nas regras emitidas pela *Securities and Exchange Commission - SEC*.

Parágrafo 10º - Serão aplicáveis aos membros do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário os mesmos deveres e responsabilidades impostos pela lei ou por este Estatuto aos administradores da Companhia.

Artigo 30

A Companhia deverá manter uma área dedicada às atividades de conformidade, que será liderada por um integrante de alta hierarquia. Referido integrante se reportará diretamente ao Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, não estando subordinado ou vinculado a qualquer outra área ou a qualquer Diretor da Companhia, e ao qual serão assegurados os poderes necessários para garantir o cumprimento de suas funções com independência.

CAPÍTULO VIII
DIRETORIA

Artigo 31

A Diretoria é composta de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 10 (dez) membros, sendo um Diretor Presidente, eleitos pelo Conselho de Administração, e por ele destituíveis a qualquer tempo, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 32

O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos.

Parágrafo Único - Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do Termo de Anuência dos Administradores, previsto no Regulamento e às políticas em vigor na Companhia, e permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos.

Artigo 33

Nas ausências e impedimentos de qualquer dos Diretores, caberá ao Diretor Presidente a indicação, dentre os demais Diretores, de seu substituto, que





BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

acumulará as funções observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo Único – Nas ausências temporárias e impedimentos do Diretor Presidente caberá ao Presidente do Conselho de Administração designar o seu substituto.

Artigo 34

Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, caberá ao Conselho de Administração, eleger o substituto que exercerá o cargo pelo período remanescente do mandato, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 35

Compete à Diretoria:

- a) a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por Lei ou por este Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos;
- b) elaborar o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação de resultado do exercício, a serem submetidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral;

Artigo 36

Compete ao Diretor Presidente:

- a) propor ao Conselho de Administração a macroestrutura organizacional da Companhia;
- b) definir o âmbito de responsabilidade e coordenar a atuação dos Diretores na execução do Plano de Negócio da Companhia;
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- d) submeter o Plano de Negócio à aprovação do Conselho de Administração; e
- e) propor ao Conselho de Administração políticas de aplicação geral na Companhia.

Artigo 37

Compete aos demais Diretores a prática dos atos e gestão das atribuições definidas na estrutura administrativa básica.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022

Parágrafo Único – Sem prejuízo do disposto no Artigo 39 deste Estatuto, compete a quaisquer 2 (dois) Diretores representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.

Artigo 38

É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por dois membros da Diretoria.

Parágrafo Único - As procurações deverão especificar os poderes conferidos e a duração do mandato, o qual deverá ser limitado a, no máximo, 1 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, ou que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou do processo.

Artigo 39

Com as exceções constantes neste Estatuto, a Companhia só será obrigada pela assinatura conjunta de:

- a) 2 (dois) Diretores; ou
- b) um Diretor e um Procurador ou dois Procuradores com poderes específicos conferidos na forma do Artigo 38 deste Estatuto.

Parágrafo 1º – Poderão ser assinados apenas por 1 (um) Diretor, ou por 1 (um) dos Procuradores nomeados na forma deste Estatuto Social, os seguintes atos:

- a) endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito bancário na conta da Companhia;
- b) autorização para movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- c) registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários e de certificação digital; e
- d) recebimento de quaisquer importâncias devidas, assinando os recibos e dando quitação.





BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

Parágrafo 2º - Em casos especiais poderão ser outorgados a um só Diretor ou Procurador, poderes expressos para a prática de atos especificados nos respectivos instrumentos, respeitada a regra do Artigo 38 deste Estatuto.

Artigo 40

A Diretoria se reunirá quando convocada pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá reunir-se com a presença de, no mínimo, a metade dos seus membros em exercício, sendo um deles o Diretor Presidente ou seu substituto, na forma do art. 33, parágrafo único.

Artigo 41

É vedado à Diretoria:

a) contrair empréstimos em instituições que não sejam bancos que integrem a rede bancária oficial ou privada, no País ou no Exterior, salvo mediante autorização expressa do Conselho de Administração;

b) a prática de atos de qualquer natureza relativa a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como a prestação de garantias a obrigações de terceiros, exceto às empresas controladas, ou se autorizado expressamente pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IX
CONSELHO FISCAL

Artigo 42

O Conselho Fiscal, composto de até 5 (cinco) membros e seus suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, observando-se o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, funcionará de forma permanente, na forma da lei.

Parágrafo Único - Os titulares de ações preferenciais sem direito a voto, ou com voto restrito, terão direito de eleger um membro e seu respectivo suplente. Igual direito ficará assegurado aos acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

Artigo 43

O mandato do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição deverá acontecer sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

9



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

Parágrafo 1º – Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termos de posse lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal, bem como dos demais documentos exigidos pela legislação aplicável e do termo de anuência e/ou adesão às políticas em vigor na Companhia, e permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos.

Parágrafo 2º – No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será automaticamente o seu respectivo suplente caso outro Conselheiro não seja nomeado pelos Conselheiros remanescentes dentre os Conselheiros suplentes, observando-se o disposto em Acordo de Acionistas arquivados na sede da Companhia, e servirá até a primeira Assembleia Geral, na qual o seu nome poderá ser ratificado ou substituído pelos acionistas. O substituto nomeado para preencher o cargo vago deverá cumprir o restante do prazo de gestão do substituído.

Parágrafo 3º – O Conselho Fiscal deverá adotar um Regimento próprio no qual serão estabelecidos procedimentos sobre suas atribuições.

Artigo 44

Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhe for estabelecida pela Assembleia que os eleger, observado, a respeito, o que dispuser a Lei.

CAPÍTULO X
EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 45

O exercício social se inicia em 1º (primeiro) de janeiro e termina em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Artigo 46

Ao fim de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em Lei.

Parágrafo 1º - Do resultado do exercício, após a absorção dos prejuízos acumulados e da dedução para provisão para o Imposto de Renda, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos administradores da Companhia por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurados os dividendos mínimos estabelecidos no artigo 9º, letra “c” deste Estatuto, às ações ordinárias.

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

Parágrafo 2º - Dos lucros líquidos verificados na forma da Lei, serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição de um Fundo de Reserva Legal até que este atinja montante correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo 3º - Os acionistas terão direito a receber como dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, apurado ao final de cada exercício, nos termos da lei, observadas as vantagens legais e estatutárias das ações preferenciais. Quando o valor do dividendo prioritário pago às ações preferenciais for igual ou superior a 25% do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, caracteriza-se o pagamento integral do dividendo obrigatório. Havendo sobra do dividendo obrigatório após o pagamento do dividendo prioritário, será ela aplicada:

- a) no pagamento às ações ordinárias de um dividendo até o limite do dividendo prioritário das ações preferenciais;
- b) se ainda houver remanescente, na distribuição de um dividendo adicional às ações ordinárias e às preferenciais classe "A", em igualdade de condições, de modo que cada ação ordinária ou preferencial de tal classe receba o mesmo dividendo.

Parágrafo 4º - Fica facultado à Companhia o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais. Havendo lucro em tais balanços, poderá haver distribuição de dividendos antecipados, observadas as disposições da lei, por deliberação prévia do Conselho de Administração, vedada a distribuição "*ad-referendum*" da Assembleia Geral.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de reserva de lucros existentes nos últimos balanços anual ou semestral.

Parágrafo 6º - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26.12.95 e legislação pertinente, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo prioritário para as ações preferenciais e ao dividendo obrigatório, estabelecidos neste Estatuto Social em seu artigo 9º e no parágrafo 3º deste artigo 46, respectivamente.

Artigo 47





BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022**

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio de que trata o parágrafo 6º do Artigo 46, atribuídos aos acionistas não renderão juros e, se não reclamados após 3 (três) anos a contar da data do início de pagamento de cada dividendo ou juros sobre o capital próprio, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO XI
ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 48

Os Acordos de Acionistas devidamente registrados na sede da Companhia que, dentre outras disposições, estabeleçam cláusulas e condições para compra e venda de ações de emissão da Companhia, preferência para adquiri-las, exercício do direito de voto, ou poder de controle, serão respeitados pela Companhia, por sua Administração e pelo Presidente das Assembleias Gerais.

Parágrafo Único - As obrigações e responsabilidades resultantes de tais acordos serão válidas e obrigarão terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral ou das reuniões do Conselho de Administração, conforme o caso, deverão agir de acordo com o estabelecido em Lei.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 49

A Companhia se dissolverá nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único – Em caso de dissolução extrajudicial da Sociedade, compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal para funcionar durante a fase de liquidação.

Artigo 50

Os montantes em dólares norte-americanos mencionados no presente Estatuto deverão ser utilizados exclusivamente como referência de valores de alçada e deverão ser considerados pelos seus valores equivalentes em Reais, convertidos pela taxa de câmbio média divulgada pelo Banco Central do Brasil, considerando para esse fim a média do mês anterior à operação ou outro fato que enseje a verificação da alçada ou à respectiva proposta ao Conselho de Administração, conforme o caso.

91



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjX3M0C_E5V0tSWAgQ&chave2=BT-06acCpMpeIH2nmncFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 05800076502-LUCAS RIBEIRO MATOS ALMEIDA

De: renato chaves <renatopchaves@yahoo.com.br>
Enviada em: terça-feira, 19 de abril de 2022 15:35
Para: BRASKEM - RI <braskem-ri@braskem.com>
Assunto: voto AGO de 19/4/22 - anexo da ata

ATENÇÃO: Este mensagem foi enviada por um REMETENTE EXTERNO. Tenha CUIDADO, principalmente com links e anexos.
ATTENTION: This message was sent by an EXTERNAL SENDER. Be CAREFUL, especially with links and attachments.
ATENCIÓN: Este mensaje fue enviado desde un REMITENTE EXTERNO. Tenga PRECAUCIÓN, particularmente con los enlaces y archivos adjuntos.
ACHTUNG: Diese Nachricht wurde von einem EXTERNEN Absender gesendet. Seien Sie Vorsichtig, vor allem beim Öffnen von Links und Anhängen.

Pedido de informações para os auditores externos

Prezados Senhores,

Considerando que:

- O parecer elaborado por Grant Thornton Auditores Independentes nas demonstrações financeiras da Braskem S/A do exercício findo em 31/12/2020 foi emitido com os seguintes parágrafos de ênfase:
1) Investigação em andamento - Braskem Idesa - Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11(d) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que menciona que a Companhia contratou um escritório de advocacia americano, independente, para a realização de uma investigação interna, em virtude das alegações de supostos pagamentos indevidos relacionados ao projeto Etieno XXI, originalmente divulgadas em notícias veiculadas na mídia no México e que foram incluídas no depoimento apresentado pelo ex-CEO da Pemex ao Gabinete do Procurador Geral do México. A investigação se encontra em andamento e, até o momento, a Companhia não consegue estimar o cronograma para sua conclusão. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto; 2) Ação coletiva - Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a proposição de ação judicial contra a Companhia e alguns de seus atuais e ex-executivos no Tribunal Distrital de Nova Jersey nos Estados Unidos, nos termos

da Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos de 1934 (U.S. Securities Exchange Act) e suas regras. O processo está em estágio inicial, sendo que em 15 de janeiro de 2021 a Corte nomeou dois autores para atuarem como autores líderes da ação, tendo a Companhia contratado assessores jurídicos para sua defesa naquele país. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Indago quais razões levaram à mudança de julgamento no parecer referente às demonstrações financeiras da Braskem S/A do exercício findo em 31/12/2021, de "ênfase" em dois temas para tratar um dos temas como PAA (Braskem Idesa), sem que haja referência sobre o tema "Ação coletiva". É importante destacar que a Administração da Cia. afirma na Nota Explicativa nº 24.3 sobre esse último tema que "A Braskem não pode prever com segurança futuros desdobramentos a respeito deste tema ou de despesas dele decorrentes, incluindo as taxas e custos a serem incorridos na resolução do litígio. A Companhia pode vir a ser declarada ré em outras ações judiciais de mesma natureza."

Att

Renato Sobral Pires Chaves

CPF 764.238.837-34

Recebido pela Idesa
em 19 de abril de 2022
A.

Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98185239 em 28/04/2022

Protocolo 226230562 de 20/04/2022

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 190083445135314

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2022

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

28/04/2022





http://assinador.pcs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxx3M0C_E5V0tswAgG&chave2=BT-06aCCpMpeIH2nmcfRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 05800076502-LUCAS RIBEIRO MATOS ALMEIDA

De: renato chaves <renatopchaves@yahoo.com.br>
Enviada em: terça-feira, 19 de abril de 2022 16:30
Para: BRASKEM - RI <braskem-ri@braskem.com>
Assunto: manifestação de voto - AGO

ATENÇÃO: Esta mensagem foi enviada por um REMETENTE EXTERNO. Tenha CUIDADO, principalmente com links e anexos.
ATTENTION: This message was sent by an EXTERNAL SENDER. Be CAREFUL, especially with links and attachments.
ATENCIÓN: Este mensaje fue enviado desde un REMITENTE EXTERNO. Tenga PRECAUCIÓN, particularmente con los enlaces y archivos adjuntos.
ACHTUNG: Diese Nachricht wurde von einem EXTERNEN Absender gesendet. Seien Sie Vorsichtig, vor allem beim Öffnen von Links und Anhängen.

Manifestação de voto

Prezados Senhores,

Manifesto meu repúdio à interpretação dada pela Presidência da Mesa ao processo de eleição para o conselho de administração, impedindo a agregação de ações PN e ON, conforme previsto na legislação.

Até

Renato Sobral Pires Chaves

CPF 764.238.837-34

Recebido pela Mesa

Junta Comercial do Estado da Bahia

28/04/2022

Certifico o Registro sob o nº 98185239 em 28/04/2022

Protocolo 226230562 de 20/04/2022

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Chancela 190083445135314

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2022
por Iana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔBO SILVA - Advogado

Data e hora da assinatura: 20/07/2023 20:02:28

Identificador: 4058000.13317472

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072019450511600000013405104



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4wJxx3M0C_E5V0tswAg9&chave2=BT-06acCpMpeIH2nmnFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 05800076502-LUCAS RIBEIRO MATOS ALMEIDA

São Paulo, 19 de abril de 2022

À

Presidente da Assembleia

Braskem S/A

Prezada Senhora,

GERAÇÃO FUTURO L. PAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.935.128/0001-59; **ALASKA BLACK ADVISORY XP SEGUROS FIFE PREVIDÊNCIA FI**, inscrito no CNPJ sob o nº 32.760.103/0001-46; **ALASKA BLACK INSTITUCIONAL FIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 26.673.556/0001-32; **ALASKA BLACK MASTER FIA - BDR NIVEL**, inscrito no CNPJ sob o nº 12.055.107/0001-16; **ALASKA POLAND FIA BDR NIVEL 1**, inscrito no CNPJ sob o nº 05.775.774/0001-08; **ALASKA PREVIDENCIA MASTER FIM**, inscrito no CNPJ sob o nº 38.120.857/0001-18; **ALASKA RANGE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**, inscrito no CNPJ sob o nº 13.001.211/0001-90, na qualidade de acionistas da Braskem S/A ("Companhia") e tendo em vista a participação do acionista controlador na definição de independência do candidato indicado pelos detentores de ações preferenciais, vem assim se manifestar:

1. Os acionistas acima solicitaram a indicação do candidato ao Conselho de Administração pelas ações preferenciais – Sr. Lírio Albino Parisotto – o qual foi submetido ao escrutínio da Companhia, exclusivamente para concorrer à vaga nos termos do Art. 141, Parágrafo 4º, Inciso II da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S/A").

2. Por força da inexistência de quórum específico – ou seja, não atingimento dos 10% necessários, a formação do colégio eleitoral em separado – e não se verificando que os detentores de ações ordinárias também não agregaram o percentual de 15% para formação do colégio eleitoral específico, caberia à mesa aplicar a regra do Parágrafo 5º do Art. 141 da lei das S/A, ou seja, agregar à formação do colégio eleitoral em separado, os votos favoráveis considerados na questão 20 do Boletim de Voto a Distância.

3. A não aplicação desta regra legal – que não é interpretativa e sim cogente e objetiva – macula a eleição dos membros do Conselho de Administração, considerando, ainda, um abuso da presidência da mesa, já que fica o resultado significativamente interferido por uma decisão irregular.

4. Desta forma, fica lavrado o presente **PROTESTO**, o qual deverá ser recebido pela mesa e arquivado como anexo à Ata, por força do Art. 130 da lei das S/A.

Atenciosamente,

MICHELE DA SILVA GONSALES TORRES

OAB/SP 267.794

Junta Comercial do Estado da Bahia

28/04/2022

Certifico o Registro sob o nº 98185239 em 28/04/2022

Protocolo 226230562 de 20/04/2022

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 190083445135314

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2022

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

NOME DA EMPRESA	BRASKEM S.A.
PROTOCOLO	226230562 - 20/04/2022
ATO	008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA
EVENTO	008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA

MATRIZ

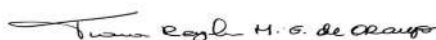
NIRE 29300006939
CNPJ 42.150.391/0001-70
CERTIFICO O REGISTRO EM 28/04/2022
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98185239 DE 28/04/2022 DATA AUTENTICAÇÃO 28/04/2022

EVENTOS

019 - ESTATUTO SOCIAL ARQUIVAMENTO: 98185239

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 05800076502 - LUCAS RIBEIRO MATOS ALMEIDA - Assinado em 27/04/2022 às 13:49:23



TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia

28/04/2022

Certifico o Registro sob o nº 98185239 em 28/04/2022

Protocolo 226230562 de 20/04/2022

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 190083445135314

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/04/2022

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 26 de abril de 2023, às 15:00 horas, sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e do artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“**Resolução CVM 81**”). Nos termos do artigo 5º, §3º da Resolução CVM 81, esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da **BRASKEM S.A.** (“**Assembleia**” e “**Companhia**”, respectivamente) foi considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Rua Eteno, nº 1.561, Polo Petroquímico de Camaçari, Município de Camaçari, Estado da Bahia, CEP 42810-000.
2. **CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado, consoante o artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das S.A.**”), no Jornal “O Correio da Bahia”, nas edições dos dias 24, 25 e 27 de março de 2023 e no *website* do mesmo jornal (<https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/>).
3. **PUBLICAÇÕES:** Os seguintes documentos foram publicados de acordo com o artigo 133 da Lei das S.A.: (i) Aviso aos Acionistas comunicando que os documentos e informações relacionados às matérias da ordem do dia, incluindo o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas Contas dos Administradores, a cópia das Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório e Parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, bem como o Parecer do Conselho Fiscal e o Relatório Anual Resumido do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia, conforme publicado no Jornal “O Correio da Bahia” nas edições dos dias 24, 25 e 27 de março de 2023 e no *website* do mesmo jornal (<https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/>); e (ii) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas Contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório e Parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, bem como o Parecer do Conselho Fiscal e o Relatório Anual Resumido do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram publicados, de forma resumida, no Jornal “O Correio da Bahia” na edição do dia 30 de março de 2023, e de forma completa no *website* do mesmo jornal (<https://publicidadelegal.correio24horas.com.br/>). Os documentos acima foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da CVM e da Companhia com pelo menos 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. Os demais documentos e informações relativos à ordem do dia, nos termos da Resolução CVM 81 e da

1

01

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/05/2023



Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023

Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 80**"), foram divulgados aos acionistas da Companhia por meio do Sistema Empresas.Net, em 24 de março de 2023, os quais também se encontram disponíveis na sede da Companhia.

4. PRESENCAS: Participaram da Assembleia acionistas representando 99,1% (noventa e nove vírgula um por cento) do capital social votante da Companhia e 77,9% (setenta e sete vírgula nove por cento) das ações preferenciais Classe A e Classe B de emissão da Companhia, conforme se verifica das informações contidas nos mapas analíticos elaborados pelo escriturador e pela própria Companhia, na forma do artigo 48, incisos I e II da Resolução CVM 81, e dos registros do sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia, nos termos do artigo 47, inciso III da Resolução CVM 81. Participaram, ainda, o Sr. Octavio Zampirolo, representante da Grant Thornton Auditores Independentes, auditor independente responsável por auditar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o Sr. Marcílio Jose Ribeiro Júnior, como Presidente do Conselho Fiscal da Companhia, o Sr. Gesner José de Oliveira Filho, como coordenador do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário da Companhia ("**CCA**E"), o Sr. José Écio Pereira da Costa Júnior, membro do CCAE, e os Srs. Pedro Van Langendonck Teixeira de Freitas e Marcelo Arantes de Carvalho, representantes da administração da Companhia, os quais ficaram disponíveis para esclarecimentos a respeito das matérias objeto da Assembleia.

5. COMPOSIÇÃO DA MESA: Verificado o quórum legal, foi instalada a Assembleia, tendo o Sr. Henrique Vargas Beloch assumido a presidência dos trabalhos, e a Sra. Clarisse Mello Machado Schlieckmann a secretaria dos trabalhos, os quais foram escolhidos na forma prevista no artigo 16, §3º do Estatuto Social da Companhia.

6. PARECER DO CONSELHO FISCAL: Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, em 22 de março de 2023, após exame: **(i)** do Relatório Anual da Administração e das respectivas Contas dos Administradores; e **(ii)** das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e respectivas Notas Explicativas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais refletem o prejuízo apurado no exercício de 2022, considerando em sua análise o parecer sem ressalvas da Grant Thornton Auditores Independentes, concluíram, por unanimidade, que os documentos examinados refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, opinando no sentido de que os documentos estão em condição de serem aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.

7. ORDEM DO DIA:

2

9

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/05/2023

Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023**

7.1. EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: (i) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) Eleição de membros do Conselho Fiscal da Companhia e respectivos suplentes; e (iv) Fixação da remuneração anual e global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2023.

7.2. EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: (i) Ratificação, nos termos do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, da nomeação, pelo Conselho de Administração, de 1 (um) membro suplente para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, em complementação do mandato em curso, até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberará sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2023; (ii) Rerratificação do montante declarado a título de dividendos adicionais na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 19 de abril de 2022, com o consequente ajuste no montante dos lucros retidos pela Companhia, relativos ao exercício de 2021, com base em seu orçamento de capital para o exercício de 2022.

8. PROCEDIMENTOS PRELIMINARES: Antes de iniciar os trabalhos, a Secretária da Assembleia prestou esclarecimentos sobre o funcionamento do sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia e a forma de manifestação e voto dos acionistas que participarem remotamente da Assembleia, bem como informou que: (i) os trabalhos da Assembleia seriam gravados, sendo que a gravação ficará arquivada na sede da Companhia, nos termos do artigo 30, § 1º, da Resolução CVM 81; e (ii) o sistema eletrônico de participação a distância na Assembleia permitia que os acionistas ouvissem as manifestações de todos os demais acionistas e se dirigissem aos membros da Mesa e aos demais participantes da Assembleia, permitindo, assim, a comunicação entre acionistas. O Presidente da Mesa também indagou se algum dos acionistas participando pelo sistema eletrônico havia apresentado manifestação de voto por meio do envio de Boletim de Voto a Distância (“Boletim”) e desejava alterar seu voto na presente Assembleia, a fim de que as orientações recebidas por meio do Boletim fossem desconsideradas, conforme previsto no artigo 28, §2º, inciso II da Resolução CVM 81.

9. DELIBERAÇÕES: Foi dispensada, pela unanimidade dos acionistas, a leitura do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos por meio de





BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023**

Boletins, consoante o artigo 48, §4º da Resolução CVM 81, uma vez que tal documento foi divulgado ao mercado pela Companhia no dia 25 de abril de 2023. Além disso, por proposta do Presidente da Mesa, foi dispensada, por unanimidade dos acionistas, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia, uma vez que foram previamente disponibilizados e são de inteiro conhecimento dos acionistas. Os acionistas também autorizaram, por unanimidade, a publicação da ata desta Assembleia com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §2º da Lei das S.A. As matérias constantes da ordem do dia foram postas em discussão e votação, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

9.1. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

9.1.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: **Aprovar**, por unanimidade de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, registradas as abstenções, inclusive dos legalmente impedidos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, as Demonstrações Financeiras da Companhia, contendo as Notas Explicativas, devidamente acompanhadas do Relatório e Parecer emitidos pelos auditores independentes da Companhia, a Grant Thornton Auditores Independentes, do Parecer emitido pelo Conselho Fiscal, e do Relatório Anual Resumido emitido pelo Comitê de Conformidade e Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

9.1.1.1. Consignar que, conforme a Demonstração do Resultado do Exercício constante das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou prejuízo no valor de R\$ 335.676.832,92 (trezentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e setenta e seis mil, oitocentos e trinta e dois reais e noventa e dois centavos), que após considerar os efeitos dos valores lançados diretamente na rubrica Lucros (Prejuízos) Acumulados, conforme consta da Demonstração do Patrimônio Líquido das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, resultou em uma absorção da Reserva de Retenção de Lucros da Companhia no montante de R\$ 417.294.241,74 (quatrocentos e dezessete milhões, duzentos e noventa e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos). Nos termos do artigo 189, parágrafo único da Lei das S.A., o prejuízo do exercício social de 2022 foi integralmente absorvido pela Reserva de Lucros da Companhia.

9.1.2. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E CONTAS DOS ADMINISTRADORES: **Aprovar**, por unanimidade de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, registradas as abstenções, inclusive dos legalmente impedidos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, o Relatório da Administração e as Contas dos Administradores da Companhia



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023**

referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**9.1.3. ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO FISCAL E RESPECTIVOS
SUPLENTES:**

9.1.3.1. Em atendimento à solicitação prévia de acionistas minoritários titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia, foi instalado o processo de eleição em separado de um membro efetivo e respectivo suplente do Conselho Fiscal, na forma prevista no artigo 161, §4º, alínea "a" da Lei das S.A., de modo que foram eleitos, para um mandato iniciado nesta data e com término na Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, por maioria dos votos dos acionistas minoritários titulares de ações preferenciais que participaram da eleição em separado, sem a participação de acionistas vinculados aos acionistas controladores, registradas as abstenções e os votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata:

9.1.3.1.1. O Sr. **WILFREDO JOÃO VICENTE GOMES**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.376.630-9 SSP/SC, inscrito no CPF/ME sob nº 591.561.989-49, residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, CEP 05501-050, na Cidade e Estado de São Paulo, como membro efetivo do Conselho Fiscal; e

9.1.3.1.2. A Sra. **IÊDA APARECIDA DE MOURA CAGNI**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/GO sob o nº 18.187, inscrita no CPF/ME sob o nº 820.132.251-72, residente e domiciliada em Brasília, Distrito Federal, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, CEP 05501-050, na Cidade e Estado de São Paulo, como sua respectiva suplente.

9.1.3.2. Em seguida, **aprovou-se**, em eleição majoritária, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, registradas as abstenções e votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a eleição ou reeleição, conforme o caso, dos seguintes membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia, conforme a chapa indicada pelas acionistas Novonor S.A. – Em recuperação judicial e NSP Investimentos S.A. – Em recuperação judicial e Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, para um mandato iniciado nesta data e com término na Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, conforme disposto nos artigos 42 e 43 do Estatuto Social da Companhia:

5

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/05/2023

Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral





BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023**

Como membros efetivos:

- (i) Sr. **ISMAEL CAMPOS DE ABREU**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 00716820-90 SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 075.434.415-00, residente e domiciliado na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, CEP 05501-050, na Cidade e Estado de São Paulo;
- (ii) Sr. **GILBERTO BRAGA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, economista e contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 04722037-1 DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 595.468.247-04, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, CEP 05501-050, na Cidade e Estado de São Paulo;
- (iii) Sr. **JEFERSON GUSTAVO SALERNO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 071.330-O/8 CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 019.596.737-26, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, CEP 05501-050, na Cidade e Estado de São Paulo; e
- (iv) Sr. **PAULO CICERO SILVA NETO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 25699138-8 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 180.006.098-00, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, CEP 05501-050, na Cidade e Estado de São Paulo.

Como respectivos membros suplentes:

- (i) Sr. **IVAN SILVA DUARTE**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 03732230-30 SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 611.242.065-15, residente e domiciliado na





BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023**

Cidade de Salvador, Estado da Bahia, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, CEP 05501-050, na Cidade e Estado de São Paulo;

- (ii) Sra. **TATIANA MACÊDO COSTA RÊGO**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 0823710327 SSP/BA, inscrita no CPF/ME sob o nº 951.929.135-00, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, Butantã, CEP 05501-050, na Cidade e Estado de São Paulo;
- (iii) Sr. **EDUARDO DAMAZIO DA SILVA REZENDE**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contabilista, portador da Cédula de Identidade RG nº 084155/O-3 CRC-RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 035.365.127-39, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, Butantã, CEP 05501-050, na Cidade e Estado de São Paulo; e
- (iv) Sr. **EDUARDO KISEK**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 9052574515 SJS/RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 657.658.420-20, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, Butantã, CEP 05501-050, na Cidade e Estado de São Paulo.

Os membros do Conselho Fiscal e suplentes ora eleitos tomam posse dentro do prazo legal, mediante a assinatura do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio, tendo apresentado declarações por escrito, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, para efeito do disposto no artigo 37, inciso II da Lei nº 8.934/94, com a redação dada pelo artigo 4º da Lei nº 10.194/01, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto na Resolução CVM 80, declarações por escrito, de acordo com os termos da referida instrução, as quais foram arquivadas na sede da Companhia.

Em função das eleições ou reeleições, conforme o caso, deliberadas neste item 9.1.3, o Conselho Fiscal da Companhia passa a ter a seguinte composição:

EFETIVOS	SUPLENTE
ISMAEL CAMPOS DE ABREU	IVAN SILVA DUARTE

01

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/05/2023

Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023**

GILBERTO BRAGA	TATIANA MACÊDO COSTA RÊGO
JEFERSON GUSTAVO SALERNO	EDUARDO DAMAZIO DA SILVA REZENDE
PAULO CICERO SILVA NETO	EDUARDO KISEK
WILFREDO JOÃO VICENTE GOMES	IÊDA APARECIDA DE MOURA CAGNI

9.1.4. REMUNERAÇÃO ANUAL GLOBAL DOS ADMINISTRADORES E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL: Aprovar, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, registradas as abstenções e votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, o montante total de até R\$ 84.397.905,28 (oitenta e quatro milhões, trezentos e noventa e sete mil, novecentos e cinco reais e vinte e oito centavos) referente à remuneração anual e global dos Administradores para o exercício social de 2023, incluindo os honorários fixo e variável, bem como os benefícios aplicáveis, líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador, e que deverá ser individualizado pelo Conselho de Administração da Companhia, de acordo com o previsto nos artigos 25 e 26, inciso “viii” do Estatuto Social da Companhia. Adicionalmente, foi aprovado o montante de R\$ 1.114.900,00 (um milhão, cento e quatorze mil e novecentos reais) referente à remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023, observado o disposto no artigo 162, §3º da Lei das S.A., totalizando, portanto, uma remuneração anual e global dos Administradores e membros do Conselho Fiscal no montante de R\$ 85.512.805,28 (oitenta e cinco milhões, quinhentos e doze mil, oitocentos e cinco reais e vinte e oito centavos).



9.2. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

9.2.1. RATIFICAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 23 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, DA NOMEAÇÃO, PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DE 1 (UM) MEMBRO SUPLENTE PARA O CARGO DE MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, EM COMPLEMENTAÇÃO DO MANDATO EM CURSO, ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE DELIBERARÁ SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL A ENCERRAR-SE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023:

Aprovar, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, registrados os votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a ratificação, nos termos do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, da nomeação, pelo Conselho de Administração, do Sr. **André Amaro da Silveira**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº M-1.238.071 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 520.609.346-72, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, então Membro Suplente do Presidente do Conselho de Administração, para substituir o Sr. Roberto Lopes Pontes Simões como membro titular do Conselho de Administração da Braskem, pelo restante do prazo do mandato em curso, que findará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que apreciará as Demonstrações Financeiras do exercício social a encerrar-se em 31.12.2023. O membro efetivo do Conselho de Administração tomou posse em 26.01.2023, na data de sua nomeação pelo Conselho de Administração, mediante a assinatura do respectivo termo de posse lavrado em livro próprio. O Conselheiro foi consultado previamente, tendo apresentado declarações por escrito, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, para efeito do disposto no artigo 37, inciso II da Lei nº 8.934/94, com a redação dada pelo artigo 4º da Lei nº 10.194/01, de que não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto e na Resolução CVM nº 80, declarações por escrito, de acordo com os termos da referida resolução, as quais foram arquivadas na sede da Companhia.

O Conselho de Administração da Companhia tem a seguinte composição:

EFETIVOS	RESPECTIVOS SUPLENTE
JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA	-
EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA	RODRIGO TIRADENTES MONTECCHIARI
JOSÉ LUIS BRINGEL VIDAL	DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES
GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO	-
JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA	-
ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA	-
JULIANA SÁ VIEIRA BAIARDI	LAURA MANIERO GADELHO
HÉCTOR NÚÑEZ	GUILHERME SIMÕES DE ABREU
ROBERTO FALDINI	-
CHARLES LENZI	MARCO ANTÔNIO ZACARIAS

01

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/05/2023

Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



MARCELO KLUJSZA

LINEU FACHIN LEONARDO

9.2.2. RERRATIFICAÇÃO DO MONTANTE DECLARADO A TÍTULO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2022, COM O CONSEQUENTE AJUSTE NO MONTANTE DOS LUCROS RETIDOS PELA COMPANHIA, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2021, COM BASE EM SEU ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022:

Aprovar, por maioria de votos dos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, registrados os votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a rerratificação dos dividendos adicionais declarados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2022 ("AGOE 2022"), de R\$ 1.350.000.000,00 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões de reais) para R\$ 1.350.401.624,16 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões, quatrocentos e um mil, seiscentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos), conforme valor por ação aprovado na AGOE 2022 e efetivamente pago aos Acionistas, em 2 de maio de 2022, representando um incremento de R\$ 401.624,16 (quatrocentos e um mil, seiscentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos) com relação ao montante total dos dividendos adicionais aprovado na AGOE 2022, com o consequente ajuste no montante de lucros retidos pela Companhia com base no orçamento de capital aprovado para o exercício social de 2022, de R\$ 643.619.006,04 (seiscentos e quarenta e três milhões, seiscentos e dezenove mil, seis reais e quatro centavos) para R\$ 643.217.381,88 (seiscentos e quarenta e três milhões, duzentos e dezessete mil, trezentos e oitenta e um reais e oitenta e oito centavos).

10. ENCERRAMENTO: Em cumprimento ao artigo 33, §4º da Resolução CVM 80, o total de aprovações, rejeições e abstenções computadas na votação de cada item da ordem do dia encontra-se indicado no Anexo I, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante da presente ata. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia e lavrada a presente ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos, que foi assinada pelos membros da Mesa, sendo que os acionistas que participaram da Assembleia por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia tiveram sua presença registrada pelos membros da Mesa e serão considerados assinantes da presente ata, nos termos do artigo 47, §§1º e 2º da Resolução CVM 81, e do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Por fim, restou autorizada, pela unanimidade dos acionistas, a publicação da presente ata com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §2º da Lei das S.A.

11. ASSINATURAS: Mesa: Presidente: Sr. Henrique Vargas Beloch; e Secretária: Sra. Clarisse Mello Machado Schlieckmann.

Acionistas Presentes:

NSP INVESTIMENTOS S.A. – Em Recuperação Judicial
NOVONOR S.A. – Em Recuperação Judicial
(p.p. Srs. Marcelo Guedes Nunes, João Eduardo Braz de Carvalho, Rodrigo Souza Mendes de Araújo e Mikael Martins de Lima)

9

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/05/2023

Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
(p.p. Sr. Felipe Câmara Moreira)

Renato Chaves

GERAÇÃO FUTURO L.PAR FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
IT NOW IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE
IT NOW IGCT FUNDO DE ÍNDICE
IT NOW IMAT FUNDO DE ÍNDICE
IT NOW ISE FUNDO DE ÍNDICE
ITAU CAIXA ACOES FI
ITAU FTSE RAFI BRAZIL 50 CAPPED INDEX FIA
ITAU GOVERNANCA CORPORATIVA ACOES FI
ITAU IBOVESPA ATIVO MASTER FIA
ITAU INDEX ACOES IBRX FI
ITAU AÇÕES DIVIDENDOS FI
ITAÚ EXCELÊNCIA SOCIAL AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO
ITAÚ HUNTER TOTAL RETURN MULTIMERCADO FI
ITAÚ IBRX ATIVO MASTER FIA
ITAÚ INDEX AÇÕES IBOVESPA FI
ITAÚ MASTER GLOBAL DINÂMICO MULTIMERCADO FUNDO DE
INVESTIMENTO
ITAÚ MASTER GLOBAL DINÂMICO ULTRA MULTIMERCADO
FUNDO DE INVESTIMENTO
ITAÚ PREVIDÊNCIA IBRX FIA
QUANTAMENTAL HEDGE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO
AMUNDI INDEX SOLUTIONS
BNP PARIBAS FUNDS EMERGING MULTI-ASSET INCOME
THE BANK OF NEW YORK
(p.p. Sra. Michele da Silva Gonsales)

Votos apresentados via Boletins de Voto a Distância:

SOJITZ CORPORATION
CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM
LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD
CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN
INVESCO FUNDS
MANAGED PENSION FUNDS LIMITED
BLACKROCK GLOBAL FUNDS
NORGES BANK
PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO
PARAMETRIC TAX-MANAGED EMERGING MARKETS FUND
THE EMERGING M.S. OF THE DFA I.T.CO.
CAISSE DE DEPOT ET PLACEMENT DU QUEBEC
LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LIMITED
RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY
FORD MOTOR CO DEFINED BENEF MASTER TRUST
FORD MOTOR COMPANY OF CANADA, L PENSION TRUST
THE CHICAGO PUB.SCHOOL TEACHERS P. AND RETIREM F

9

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/05/2023



UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS
EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU
BLACKROCK LIFE LIMITED - DC OVERSEAS EQUITY FUND
JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND
ALLIANZ GLOBAL INVESTORS FUND - ALLIANZ GEM EQUITY HIGH DIVI
FUTURE FUND BOARD OF GUARDIANS
THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD
IVESCO FTSE RAFI EMERGING MARKETS ETF
NORTHERN TRUST INVESTMENT FUNDS PLC
PEOPLE S BANK OF CHINA
LEGAL & GENERAL INTERNATIONAL INDEX TRUST
VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF
AMERICAN HEART ASSOCIATION, INC.
STICHTING PGGM DEPOSITARY
SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF
THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK
INVESCO MARKETS III PLC - INV FTSE RI EMERGING MARK U ETF
BLACKROCK LATIN AMERICAN INVESTMENT TRUST PLC
CHANG HWA CO BANK, LTD IN ITS C AS M CUST OF N B FUND
LEGAL GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND
CUSTODY B. OF J. LTD. RE: STB D. E. E. F. I. M. F.
FIRST TRUST BRAZIL ALPHADDEX FUND
MIP ACTIVE STOCK MASTER PORTFOLIO
UI-E - J P MORGAN S/A DTVM
NN (L) EMERGING MARKETS HIGH DIVIDEND
ISHARES EMERGING MARKETS FUNDAMENTAL INDEX ETF
VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY
BNY MELLON FUNDS TRUST - BNY MELLON INTERNATIONAL EQUITY
INC
FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT
INDEX F
STATE STREET GLOBAL A LUX SICAV - SS EM SRI ENHANCED E F
VIRTUS NFJ EMERGING MARKETS VALUE FUND
FLEXSHARES INTERNATIONAL QUALITY DIVIDEND DEFENSIVE I. FUND
SCOTTISH WIDOWS INVESTMENT SOLUTIONS FUNDS ICVC-
FUNDAMENTAL
VGV POOLFONDS EME II
STATE STREET IRELAND UNIT TRUST
XTRACKERS (IE) PUBLIC LIMITED COMPANY
GENERAL ORGANISATION FOR SOCIAL INSURANCE
LEGAL GENERAL GLOBAL EQUITY INDEX FUND
MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED INCOME
FUND
PIMCO EQUITY SERIES: PIMCO RAE EMERGING MARKETS FUND
PIMCO RAE EMERGING MARKETS FUND LLC
CC AND L Q 140-40 FUND
ALLIANZ GLOBAL INVESTORS FUND - ALLIANZ GL EMER MARK EQU DIV
CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II

01

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/05/2023

Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



WISDOMTREE EMERGING MARKETS ESG FUND
SPDR MSCI EMERGING MARKETS FOSSIL FUEL FREE ETF
FRANKLIN TEMPLETON ETF T - FRANKLIN LIBERTYQ EMERGING M ETF
VERDIPAPIRFONDET STOREBRAND INDEKS ALLE MARKEDER
VERDIPAPIRFONDET STOREBRAND INDEKS NYE MARKEDER
LEGAL & GENERAL ICAV
CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND LP
VANGUARD INV FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX
F
CITITRUST LTD A T VANG FDS S - VANGUARD MODERATE GROWTH
FUND
PACER EMERGING MARKETS CASH COWS 100 ETF
MORGAN STANLEY INVESTMENT FUNDS GLOBAL BALANCED FUND
BLACKROCK BALANCED CAPITAL PORTFOLIO OF BLACKROCK SERIES
FUN
WELLS FARGO FACTOR ENHANCED EMERGING MARKETS PORTFOLIO
PIMCO EQUITY SERIES: PIMCO RAFI DYNAMIC MULTI-FACTOR
EMERGIN
GLOBAL EX-US ALPHA TILTS FUND
GLOBAL EX-US ALPHA TILTS FUND B
INVESCO PUREBETASM FTSE EMERGING MARKETS ETF
FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV
FRANKLIN LIBERTYQT EMERGING MARKETS INDEX ETF
FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZI
VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND
VARIABLE INSURANCE PRODUCTS FUND II: INTERNATIONAL
DEUTSCHE ASSET MANAGEMENT S.A. FOR ARERO - DER WEL
SCRI ROBEQO QI INST EMERG MKTS ENHANCED IND EQUITIES FUND
LAERERNES PENSION FORSIKRINGSAKTIESELSKAB
FIDELITY CONCORD STREET TRUST: FIDELITY ZERO INT. INDEX FUND
FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN
AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F
VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T
MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND
BNY MELLON (RIVER AND MERCANTILE) GLOBAL EQUITY FU
CCL Q EMERGING MARKETS EQUITY FUND
GOLDMAN SACHS ETF TRUST - GOLDMAN SACHS EMERGING M
VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II
GOTHAM CAPITAL V, LLC
ARERO - DER WELTFONDS -NACHHALTIG
DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM
DODGE COX EMERGING MARKETS STOCK FUND
HSBC BANK PLC AS TRUSTEE OF STATE STREET AUT EMERG
QIC LISTED EQUITIES FUND
JNL EMERGING MARKETS INDEX FUND
CIBC EMERGING MARKETS EQUITY INDEX ETF
LGIASUPER TRUSTEE
INVESCO RAFI FUNDAMENTAL GLOBAL INDEX TRUST



Junta Comercial do Estado da Bahia

22/05/2023

Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023


por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



EMERGING MARKETS EX CHINA ALPHA TILTS - ENHANCED FUND
LEGAL & GENERAL FUTURE WORLD ESG EMERGING MARKETS
BLACKROCK BALANCED CAPITAL FUND, INC.
THE MASTER TRUST BANK OF JAP, LTD. AS TR. FOR MTBJ400045828
THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE FOR
MUTB4000
STRIVE EMERGING MARKETS EX-CHINA ETF
SCOTIA EMERGING MARKETS EQUITY INDEX TRACKER ETF
BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR PENSION FUND
BUREAU OF LABOR FUNDS - LABOR RETIREMENT FUND
NEW YORK STATE COMMON RETIREMENT FUND
STICHTING DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL
VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F

Camaçari/BA, 26 de abril de 2023.

Confere com a ata original lavrada em livro próprio.


Clarisse Mello Machado Schlieckmann
Secretária da Mesa

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/05/2023



BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023

ANEXO I

MAPA SINTÉTICO FINAL DE VOTAÇÃO

Matérias da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Realizada em 26 de abril de 2023¹

Descrição da Deliberação	Voto	(ON) ⁽¹⁾	(% do Número Total de Ações Ordinárias presentes	PN ⁽²⁾	(% do Número Total de Ações Preferenciais presentes
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA					
Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Comitê de Conformidade e Auditoria	Aprovações	442.867.243	99,0%	-	0,0%
	Rejeições	-	0,0%	-	0,0%

¹ Este mapa de votação não contempla matérias que não foram objeto de deliberação por esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

22/05/2023



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

22/05/2023

Descrição da Deliberação	Voto	(ON) ⁽¹⁾	(%) do Número Total de Ações Ordinárias presentes	PN ⁽²⁾	(%) do Número Total de Ações Preferenciais presentes
Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.	Abstenções	4.600.000	1,0%	-	0,0%
Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.	Aprovações	442.867.243	99,0%	-	0,0%
	Rejeições	-	0,0%	-	0,0%
	Abstenções	4.600.000	1,0%	-	0,0%
	Aprovações	6	0,0%	-	0,0%
Deseja solicitar a eleição em separado por Acionistas minoritários detentores de ações ordinárias de membro do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161, §4º, a, da Lei das S.A.?	Rejeições	-	0,0%	-	0,0%
	Abstenções	8.705.662	1,9%	-	0,0%
	Aprovações	-	0,0%	63.404.928	23,6%
Indicação de candidatos ao conselho fiscal por acionistas detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito	Rejeições	-	0,0%	166.268	0,1%
	Abstenções	-	0,0%	560.816	0,2%
Indicação de todos os nomes que compõem a chapa - CHAPA ÚNICA INDICADA PELAS ACIONISTAS NOVONOR S.A. -	Aprovações	442.867.237	99,0%	-	0,0%



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

22/05/2023

Descrição da Deliberação	Voto	(ON) ⁽¹⁾	(%) do Número Total de Ações Ordinárias presentes	PN ⁽²⁾	(%) do Número Total de Ações Preferenciais presentes
EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NSP INVESTIMENTOS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E PELA ACIONISTA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS	Rejeições	6	0,0%	-	0,0%
(SUPLENTE) GILBERTO BRAGA (EFETIVO) / TATIANA MACEDO COSTA REGO (SUPLENTE) JEFERSON GUSTAVO SALERNO (EFETIVO) / EDUARDO DAMAZIO DA SILVA REZENDE (SUPLENTE) PAULO CICERO SILVA NETO (EFETIVO) / EDUARDO KISEK (SUPLENTE)	Abstenções	4.600.000	1,0%	-	0,0%
Caso um dos candidatos que compõem a chapa deixe de integrá-la para acomodar a eleição em separado de que	Aprovações	-	0,0%	-	0,0%



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

22/05/2023

Descrição da Deliberação	Voto	(ON) ⁽¹⁾	(%) do Número Total de Ações Ordinárias presentes	PN ⁽²⁾	(%) do Número Total de Ações Preferenciais presentes
trata os arts. 161, § 4º, e 240 da Lei nº 6.404, de 1976, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?	Rejeições	-	0,0%	-	0,0%
	Abstenções	8.705.662	1,9%	-	0,0%
Deliberar sobre a remuneração anual e global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia referente ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2023.	Aprovações	442.867.237	99,0%	-	0,0%
	Rejeições	6	0,0%	-	0,0%
	Abstenções	4.600.000	1,0%	-	0,0%
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA					
Ratificação, nos termos do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, da nomeação, pelo Conselho de Administração, de 1 (um) membro suplente para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, em complementação do mandato em curso, até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberará sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2023.	Aprovações	442.867.243	99,0%	-	0,0%
	Rejeições	4.600.000	1,0%	-	0,0%



Junta Comercial do Estado da Bahia

Certifico o Registro sob o nº 98373525 em 22/05/2023

Protocolo 233143530 de 28/04/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 169599231599797

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

22/05/2023

Descrição da Deliberação	Voto	(ON) ⁽¹⁾	(%) do Número Total de Ações Ordinárias presentes	PN ⁽²⁾	(%) do Número Total de Ações Preferenciais presentes
	Abstenções	-	0,0%	-	0,0%
Rerratificação do montante declarado a título de dividendos adicionais na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 19 de abril de 2022, com o consequente ajuste no montante dos lucros retidos pela Companhia, relativos ao exercício de 2021, com base em seu orçamento de capital para o exercício de 2022.	Aprovações	442.867.243	99,0%	-	0,0%
	Rejeições	4.600.000	1,0%	-	0,0%
	Abstenções	-	0,0%	-	0,0%

⁽¹⁾ Ações ON são ações ordinárias de emissão da Companhia. Não considera ações mantidas em tesouraria.

⁽²⁾ Ações PN são ações preferenciais das classes A e B de emissão da Companhia, que nesta Assembleia possuem direito de voto única e exclusivamente para eleição em separado do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161, §4º, alínea "a" da Lei das S.A. Não considera ações mantidas em tesouraria.

9



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c104zzFt01YJWd0fXv3aA&chave2=BT-06acCpmpelH2mncFRg
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 05800076502-LUCAS RIBEIRO MATOS ALMEIDA

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

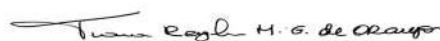
NOME DA EMPRESA	BRASKEM S.A.
PROTOCOLO	233143530 - 28/04/2023
ATO	008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA
EVENTO	008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA

MATRIZ

NIRE 29300006939
CNPJ 42.150.391/0001-70
CERTIFICO O REGISTRO EM 22/05/2023
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98373525 DE 22/05/2023 DATA AUTENTICAÇÃO 22/05/2023

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 05800076502 - LUCAS RIBEIRO MATOS ALMEIDA - Assinado em 19/05/2023 às 17:06:00



TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia

22/05/2023

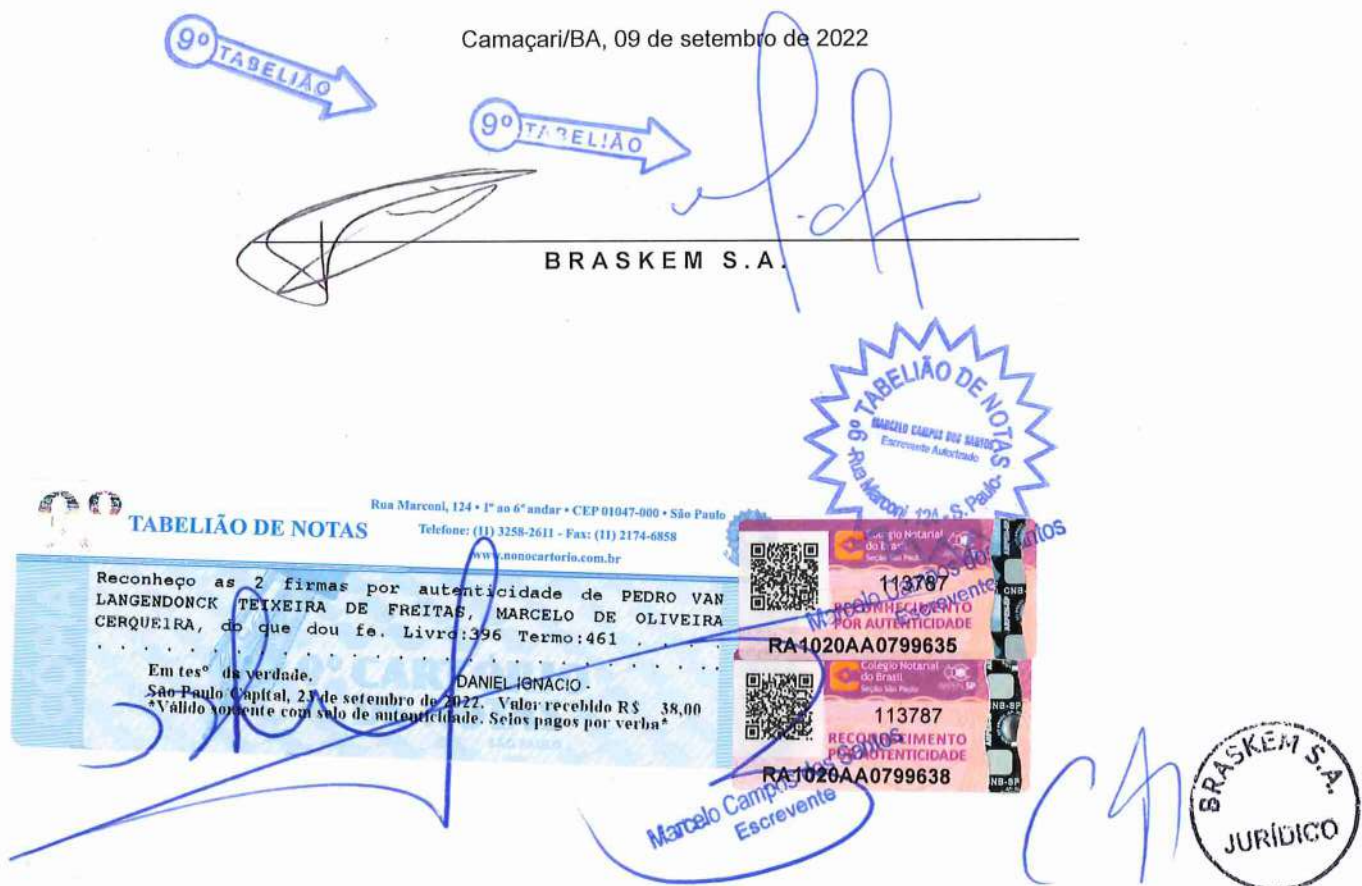
PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato e na melhor forma de direito, **BRASKEM S.A.**, atual denominação social de **COPENE - PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A.**, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Petroquímico, Camaçari/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 42.150.391/0001-70, neste ato representada por seus Diretores **PEDRO VAN LANGENDONCK TEIXEIRA DE FREITAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.682.965-8-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 258.045.318-08 e **MARCELO DE OLIVEIRA CERQUEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da Cédula de Identidade RG 471.232-SSP/AL, inscrito no CPF/ME sob o nº 509.945.144-68, ambos com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 21º, 22º, 23º e 24º andares, Butantã, São Paulo/SP, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os Drs. **CRISTIANA LAPA WANDERLEY SARCEDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 173.114 e no CPF/ME sob o nº 281.798.748-93; **ALESSANDRA ORDUNHA ARARIPE**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 269.089 e no CPF/ME sob o nº 082.519.557-85; **CRISTIANE SILVESTRE**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 173.604 e no CPF/ME sob o nº 265.924.308-50; **LILIAN PORTO BRUNO**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/BA sob o nº 15.970 e no CPF/ME sob o nº 918.239.195-53; **GUILHERME DUARTE ABUD**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 258.489 e no CPF/ME sob o nº 312.584.388-01; **CAROLINE SANSELME VIEIRA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 206.615 e no CPF/ME sob o nº 294.833.048-30; **CIRO RANGEL AZEVEDO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 166.575 e no CPF/ME sob o nº 053.804.867-03; **DIOGO FERRARI TEIXEIRA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 31980 e no CPF/ME sob o nº 030.011.685-36; **ALESSANDRA KOSZURA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 164.415 e no CPF/ME sob o nº 256.638.938-14; **ETINON RAMOS DE OLIVEIRA JÚNIOR**, brasileiro, convivente em regime de união estável, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 131.883 e no CPF/ME sob o nº 051.616.996-39; **ANA AMÉLIA ARARIPE MONTENEGRO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 168.873 e no CPF/ME sob o nº 116.015.937-83; **THAIS HAMAMOTO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 217.792 e no CPF/ME sob o nº 287.352.628.93; **THIAGO BASTOS ROSA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 218.496 e no CPF/ME sob o nº 284.531.998-33; **BRUNO MAIA SOUTO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 274.564 e no CPF/ME sob o nº 305.827.208-18; **MILTON CARLOS MELO MASCARENHAS**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 19.810 e no CPF/ME sob o nº 964.748.745-20; **JULIANO DE CARVALHO E SILVA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 139.607 e no CPF/ME sob o nº 059.937.146-38; **MARCELA LADEIRA NARDELLI**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 254.988 e no CPF/ME sob o nº 717.518.071-34; **CYNTHIA CARDOSO MACIEL**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 269.120 e no CPF/ME sob o nº 308.390.058-90; **CLARISSE MELLO MACHADO SCHLIECKMANN**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 166.883 e no CPF/ME sob o nº 116.894.867-32; **TAIS DO REGO MONTEIRO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 235.222 e no CPF/ME sob o nº 303.321.438-05; **DANIEL ANDRADE JACINTHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AL sob o nº 8402 e no CPF/ME sob o nº 058.222.914-65; **CAROLINA DO VALLE TAVARES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 299.580 e no CPF/ME sob o nº 358.055.708-40; e **PATRICIA LACERDA VIEIRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 178.776 e no CPF/ME sob o nº 101.853.396-62, todos com escritório na Rua Lemos Monteiro, 120, 20º, 21º, 22º, 23º e 24º andares, Butantã, São Paulo/SP, aos quais confere poderes especiais para defender os direitos e



interesses da Outorgante em quaisquer procedimentos judiciais e/ou administrativos, conferindo-lhes os poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" para o foro em geral, perante qualquer instância ou Tribunal, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, empresas públicas, privadas ou de economia mista, conselhos regionais e federais, sindicatos e demais associações de classe, incluindo, mas não se limitando, perante delegacias, secretarias e inspetorias dos fiscos federal, estadual e municipal, órgãos da Previdência Social, Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil, Juntas Comerciais, podendo, ditos procuradores, que agirão em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, propor e acompanhar ações, contestar, impugnar, interpor recursos, confessar, acordar, concordar, discordar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar termos e compromissos, inclusive cessões de créditos decorrentes do inadimplemento de clientes da Outorgante, que estejam ou não sendo cobrados judicialmente, receber citações, notificações e intimações, ser e nomear preposto, promover quaisquer processos cautelares ou preparatórios, preventivos ou incidentes, interpelações e notificações, promover levantamentos de depósitos, obter informações acobertadas pelo dever do sigilo, podendo, ainda, defender os direitos e interesses da Outorgante em quaisquer assembleias, comitês e órgãos de credores em processos de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, votando e deliberando sobre quaisquer matérias no melhor dos interesses da Outorgante, inclusive substabelecer, no todo ou em parte, desde que com reserva de poderes.

Os Outorgados devem executar os poderes aqui conferidos, de forma ética e de acordo com as leis aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, as leis que proíbem o suborno comercial, pagamentos indevidos a funcionários públicos e lavagem de dinheiro, notadamente legislação anticorrupção, cientes das responsabilidades decorrentes do descumprimento.





BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2023

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 09 de maio de 2023, realizada de maneira não presencial.

2. **CONVOCAÇÃO, PRESENCAS E PARTICIPAÇÃO:** Reunião Extraordinária convocada nos termos do Estatuto Social da **BRASKEM S.A.** ("**Braskem**" ou "**Companhia**"), com a participação de todos os Conselheiros abaixo indicados. O Presidente do Conselho de Administração presidiu a reunião e a Sra. Lilian Porto Bruno secretariou os trabalhos.

3. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:**

3.1. **Deliberações:** Após análise da matéria submetida à deliberação, cujos materiais foram encaminhados previamente aos Conselheiros e permanecerão arquivados no Portal de Governança da Companhia, foi tomada, por unanimidade dos presentes, a seguinte deliberação:

- a) **PD.CA/BAK-18/2023 – Eleição de Diretor Estatutário da Braskem:** Feita a análise prévia da matéria pelo Comitê de Pessoas e Organização, o qual opinou por sua aprovação, foi **aprovada** a eleição do Sr. **JOÃO HENRIQUE RITTERSHAUSSEN**, brasileiro casado, engenheiro eletricista, portador da Carteira de Identidade RG nº 47376 CREA/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 430.522.316-34, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, para compor a Diretoria Estatutária da Companhia, como Diretor sem designação específica, em substituição ao Sr. Daniel Sales Corrêa, pelo restante do prazo do mandato em curso, que findará por ocasião da realização da Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024. O Diretor ora eleito toma posse nesta data, mediante assinatura do respectivo termo de posse, tendo declarado, para efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18/11/94, com redação dada pela Lei nº 10.194, de 14/02/01, de acordo com o disposto no parágrafo 1º do art. 147, da Lei nº 6.404 de 15/12/76, que não está impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena

Página 1 de 2



Junta Comercial do Estado da Bahia

23/05/2023



Certifico o Registro sob o nº 98373866 em 22/05/2023

Protocolo 232990867 de 18/05/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 305792040544090

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



BRASKEM S.A.
C.N.P.J. Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2023

criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto nas Resoluções CVM nº 44 e 80, declarações, por escrito, de acordo com os termos das referidas Instruções, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Na oportunidade, os Conselheiros registraram os votos de profundo agradecimento ao Sr. Daniel Sales Corrêa pela dedicação e contribuições durante o exercício de suas funções na Companhia. Em função da eleição acima aprovada, a Diretoria da Companhia passará a ter a seguinte composição: **Roberto Bischoff – Diretor Presidente; Pedro Van Langendonck Teixeira de Freitas – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Edison Terra Filho; João Henrique Rittershausen; Marcelo Arantes de Carvalho; e Marcelo de Oliveira Cerqueira – Diretores sem Designação Específica.**

3.2 MATÉRIAS PARA CONHECIMENTO: Nada a registrar.

3.3 MATÉRIAS DE INTERESSE DA COMPANHIA: Nada a registrar.

4. ENCERRAMENTO: Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros participantes, pelo Presidente e pela Secretária. **Assinaturas:** José M. Mettrau Carneiro da Cunha – Presidente; Lilian Porto Bruno – Secretária; Eduardo Bacellar Leal Ferreira; André Amaro da Silveira; Charles Lenzi; Gesner José de Oliveira Filho; Héctor Nuñez; João Pinheiro Nogueira Batista; José Luis Bringel Vidal; Juliana Sá Vieira Baiardi; Marcelo Klujsza; e Roberto Faldini.

São Paulo/SP, 09 de maio de 2023.

Confere com a ata original lavrada em livro próprio.


Lilian Porto Bruno
Secretária

Página 2 de 2

Junta Comercial do Estado da Bahia

23/05/2023



Certifico o Registro sob o nº 98373866 em 22/05/2023

Protocolo 232990867 de 18/05/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 305792040544090

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

**TERMO DE AUTENTICAÇÃO**

NOME DA EMPRESA	BRASKEM S.A.
PROTOCOLO	232990867 - 18/05/2023
ATO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO
EVENTO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

MATRIZ

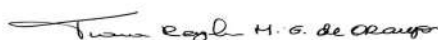
NIRE 29300006939
CNPJ 42.150.391/0001-70
CERTIFICO O REGISTRO EM 22/05/2023
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98373866 DE 22/05/2023 DATA AUTENTICAÇÃO 22/05/2023

EVENTOS

021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) ARQUIVAMENTO: 98373866

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 05800076502 - LUCAS RIBEIRO MATOS ALMEIDA - Assinado em 22/05/2023 às 14:29:47



TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia

23/05/2023

Certifico o Registro sob o nº 98373866 em 22/05/2023

Protocolo 232990867 de 18/05/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 305792040544090

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



DIÁRIO OFICIAL

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia
SALVADOR, QUARTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 2021 - ANO CV - Nº 23.150

DIVERSOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

Braskem

BRASKEM S.A.

C.N.P.J nº 42.150.391/0001-70
NIRE 2930006939
Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2021

1. **Ata, Hora e Local:** Iniciada em 14 de abril de 2021, às 9h00, por meio de videoconferência, em razão das restrições vigentes ao trânsito de pessoas em função da pandemia da Covid-19. 2. **Convocação, Presenças e Mesa:** Reunião Ordinária convocada nos termos do Estatuto Social da **BRASKEM S.A.** ("Companhia"), com a participação de todos os Conselheiros, conforme abaixo indicados, por meio de videoconferência, tendo o Conselheiro Roberto Lopes Pontes Simões participado também na qualidade de Diretor Presidente. Participaram, ainda, os Vice-Presidentes Cristiana Lapa Wanderley Sarcedo, Marcelo Arantes e Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas, as Sras. Lilian Porto Bruno, Ana Paula Tarossi, Clarisse Mello Machado Schliekmann e Ylana Santos. O Presidente do Conselho de Administração presidiu a reunião e a Sra. Lilian Porto Bruno secretariou os trabalhos. 3. **Ordem do Dia. Deliberações e Matérias para Conhecimento ou de Interesse da Companhia:** 3.1. **Deliberação:** Após análise da matéria submetida à deliberação, cujos materiais foram encaminhados previamente aos Conselheiros e permanecerão arquivados na sede e no Portal de Governança da Companhia, foi tomada a seguinte deliberação: **PD/CA/BAK-12/2021 - Eleição da Diretoria Estatutária da Braskem S.A. para o triênio 2021/2024** - após a análise prévia da proposta pelo Comitê de Pessoas e Organização, o qual opinou favoravelmente à aprovação da PD/CA/BAK-12/2021, foi **aprovada**, com abstenção do Conselheiro Roberto Lopes Pontes Simões, a recondução dos atuais membros da Diretoria Estatutária para um novo mandato de três anos, com término na primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração a realizar-se após a Assembleia Geral Ordinária de 2024, quais sejam: (i) **Roberto Lopes Pontes Simões**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/ME sob o nº 141.330.245-91, portador da Carteira de Identidade RG nº 839.142 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP: 05501-050, como **Diretor Presidente**; (ii) **Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, inscrito no CPF/ME sob o nº 258.045.318-08, portador da Carteira de Identidade RG nº 23.682.965-8 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP: 05501-050, como **Diretor sem designação específica**; (iii) **Daniel Sales Corrêa**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, inscrito no CPF/ME sob o nº 445.858.371-91, portador da Carteira de Identidade RG nº 438.535 SSP/MS, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, CEP: 05501-050, como **Diretor sem designação específica**; (iv) **Edison Terra Filho**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro de produção, inscrito no CPF/ME sob o nº 157.964.638-70, portador da Carteira de Identidade RG nº 20297001-2 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP: 05501-050, como **Diretor sem designação específica**; (v) **Marcelo Arantes de Carvalho**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, inscrito no CPF/ME sob o nº 700.697.006-72, portador da Carteira de Identidade RG nº 1432663 SSP/MG, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP: 05501-050, como **Diretor sem designação específica**; e (vi) **Marcelo de Oliveira Cerqueira**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro químico, inscrito no CPF/ME sob o nº 509.945.144-68, portador da Carteira de Identidade RG nº 471232 SSP/AL, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP: 05501-050, como **Diretor sem designação específica**. Os Diretores ora eleitos tomam posse nesta data, mediante assinaturas dos respectivos termos de posse, e declaram, para efeito do disposto no parágrafo 1º do art. 147, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), que não estão impedidos por lei especial ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, tendo apresentado, ainda, as declarações para atendimento ao disposto no parágrafo 4º do art. 147 da Lei das S.A. e Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Em função das reconduções acima aprovadas, a Diretoria Estatutária da Companhia permanecerá com a seguinte composição: **Roberto Lopes Pontes Simões - Diretor Presidente**; **Pedro Van Langendonck Teixeira de Freitas - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**; **Daniel Sales Corrêa**; **Edison Terra Filho**; **Marcelo Arantes de Carvalho**; e **Marcelo de Oliveira Cerqueira**. 3.2. **Matérias para Conhecimento:** Nada a registrar, uma vez que não há matérias para conhecimento na Ordem do Dia da presente reunião. 3.3. **Matérias de Interesse da Companhia/Sessão Executiva do Conselho de Administração:** Nada a registrar, uma vez que não há matérias de interesse da Companhia na Ordem do Dia da presente reunião. 4. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes, pelo Presidente e pela Secretária. **Assinaturas:** José Mauro M. Carneiro da Cunha - **Presidente**; Lilian Porto Bruno - **Secretária**; João Cox Neto; Andréa da Motta Chamma; Gesner José de Oliveira Filho; João Pinheiro Nogueira Batista; Julio Soares de Moura Neto; Marcelo Klujzsa; Paulo Roberto Vales de Souza; Roberto Faldini; Roberto Lopes Pontes Simões; e Rogério Bautista da Nova Moreira. São Paulo/SP, 14 de abril de 2021. Confere com a original lavrada em livro próprio. Lilian Porto Bruno - **Secretária. Junta Comercial do Estado da Bahia - Certifico o Registro sob o nº 98064448 em 23/04/2021. Protocolo 219117098 de 22/04/2021. Tiana Regília M. G. de Araújo - Secretária Geral.**

PAES MENDONÇA S.A.

CNPJ 15.132.731/0001-68
NIRE 29.3.000009.4

AVISO AOS ACIONISTAS

Avismos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede da Companhia, à Praça Conde dos Arcos, 01, Comércio-Salvador/Ba, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020. Salvador, 24/04/2021 - Diretoria

EGBA

GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO



CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Garante autenticidade e
segurança nas transações
eletrônicas.



EGBA

GOVERNO
DO ESTADO

Sede Egba

71 3116 2137

www.egba.ba.gov.br



EGBA



SERVIÇOS GRÁFICOS

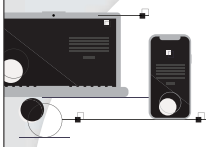
Impressão offset - rotativa e plana.
Impressão digital e com dados
variáveis.



EGBA: 71 3116 2837/2838 • www.egba.ba.gov.br



EGBA



DOOL

Portal e aplicativo que oferecem
acesso a informações publicadas
no Diário Oficial do Estado.

dool.egba.ba.gov.br



EGBA



DIÁRIO OFICIAL PUBLICA BAHIA

Publicações oficiais para câmaras
e prefeituras, com baixo custo e
segurança.

EGBA: 71 3116 2850 / 2133

www.egba.ba.gov.br





BRASKEM S.A.
C.N.P.J Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA NO DIA 26 DE JANEIRO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 26 de janeiro de 2023, às 14:00 horas, no escritório da BRASKEM S.A. ("**Braskem**" ou "**Companhia**"), localizado na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-050.

2. CONVOCAÇÃO, PRESENCAS E PARTICIPAÇÃO: Reunião Extraordinária convocada nos termos do Estatuto Social da **BRASKEM S.A.** ("**Braskem**" ou "**Companhia**"), com a participação de todos os Conselheiros abaixo indicados, tendo os Conselheiros José Mauro M. Carneiro da Cunha e Charles Lenzi participado via *teams*. Participaram, ainda, o Diretor Presidente, Roberto Bischoff, o Vice-Presidente Pedro Freitas, a Vice-Presidente Cristiana Lapa Wanderley Sarcedo e as Sras. Lilian Porto Bruno, Clarisse Mello Machado Schlieckmann, Naiara Assad e Larissa Varela. O Presidente do Conselho de Administração ("**P-CA**") presidiu a reunião e a Sra. Lilian Porto Bruno secretariou os trabalhos.

3. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:

3.1. Deliberações: Após análise das matérias submetida à deliberação, cujos materiais foram encaminhados previamente aos Conselheiros e permanecerão arquivados no Portal de Governança da Companhia, foram tomadas, por unanimidade dos presentes, as seguintes deliberações:

- a) **PD.CA/BAK-02/2023 – Limites de delegação para a contratação de Empréstimos ou Financiamentos pela Diretoria da Companhia:** Após apresentação realizada pela Sra. Marina Dalben, e feita a análise prévia da matéria pelo Comitê de Finanças e Investimentos ("**CFI**"), o qual opinou favoravelmente à sua aprovação, foi aprovada a **PD.CA/BAK-02/2023**, no sentido de **(i)** aprovar, para o exercício de 2023 e até a primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorrer no exercício de 2024, o limite para a Diretoria contratar empréstimos, arrendamentos mercantis (*leasings*), financiamentos ou operações de mercado de capitais (incluindo mas não limitado a contratação de derivativos, contratos de câmbio, adiantamento de contrato de câmbio, garantias bancárias, desconto de recebíveis e cartas de crédito), no país ou no exterior, sem a necessidade de aprovação específica do Conselho de Administração para cada operação, sempre que a legislação ou regulamentação aplicável não exijam aprovação do Conselho ou da Assembleia Geral, nos valores por operação de até US\$ 250 milhões para operações denominadas em moeda estrangeira e de até R\$ 1,0 bilhão



Junta Comercial do Estado da Bahia

06/02/2023

Certifico o Registro sob o nº 98336544 em 06/02/2023

Protocolo 233838783 de 06/02/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 301831126923974

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



BRASKEM S.A.
C.N.P.J Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA NO DIA 26 DE JANEIRO DE 2023**

para operações denominadas em Reais, sempre observando, quando da celebração do respectivo contrato, o limite da dívida bruta da Companhia de US\$ 8,4 bilhões, excluindo os financiamentos da Braskem Idesa, conforme indicada em sua última demonstração financeira ou informações trimestrais (ITR) divulgadas ao mercado; e (ii) estabelecer que os empréstimos, financiamentos ou operações de mercado de capitais contratados no exercício de 2023 e até a primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorrer no exercício de 2024, com valores, por operação, superiores a US\$ 40 milhões para operações denominadas em moeda estrangeira e R\$ 160 milhões para operações denominadas em Reais, sejam periodicamente reportados ao CFI, incluindo as principais características de tais operações.

- b) **Nomeação de atual Membro Suplente do Conselho de Administração para substituição de 1 (um) membro titular do Conselho de Administração, conforme indicação das acionistas Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial e NSP Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial, em complementação de mandato, até a Assembleia Geral Ordinária que apreciará as Demonstrações Financeiras do Exercício Social a encerrar-se em 31.12.2023:** Tendo em vista a renúncia apresentada pelo Conselheiro Roberto Lopes Pontes Simões, em 25 de novembro de 2022, ao cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023, foi **aprovada**, nos termos do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, a nomeação do Sr. **André Amaro da Silveira**, brasileiro, engenheiro, portador da carteira de identidade RG nº 1.238.071, inscrito no CPF/ME sob o nº 520.609.346-72, atual membro suplente do Presidente do Conselho de Administração, para substituir o Conselheiro renunciante como membro titular do Conselho de Administração da Braskem, pelo restante do prazo do mandato em curso, que findará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que apreciará as Demonstrações Financeiras do Exercício Social a encerrar-se em 31.12.2023. O Conselheiro ora eleito tomará posse nesta data, mediante assinatura do respectivo termo de posse, tendo declarado, para efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18/11/94, com redação dada pela Lei nº 10.194, de 14/02/01, de acordo com o disposto no parágrafo 1º do art. 147, da Lei nº 6.404 de 15/12/76, que não está impedido por lei especial ou condenado por crime de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que



Junta Comercial do Estado da Bahia

06/02/2023

Certifico o Registro sob o nº 98336544 em 06/02/2023

Protocolo 233838783 de 06/02/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 301831126923974

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



BRASKEM S.A.
C.N.P.J Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA NO DIA 26 DE JANEIRO DE 2023

vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto nas Resoluções CVM nº 44 e 80, declarações, por escrito, de acordo com os termos das referidas Instruções, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Em função da nomeação acima aprovada, o Conselho de Administração passará a ter a seguinte composição:

EFETIVOS	RESPECTIVOS SUPLENTE
JOSÉ MAURO METTRAU CARNEIRO DA CUNHA (PRESIDENTE)	-
EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA (VICE-PRESIDENTE)	RODRIGO TIRADENTES MONTECCHIARI
JOSÉ LUIS BRINGEL VIDAL	DANIEL PEREIRA DE ALBUQUERQUE ENNES
GESNER JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO	-
JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA	-
ANDRÉ AMARO DA SILVEIRA	-
JULIANA SÁ VIEIRA BAIARDI	LAURA MANIERO GADELHO
HECTOR NUÑEZ	GUILHERME SIMÕES DE ABREU
ROBERTO FALDINI	-
CHARLES LENZI	MARCO ANTÔNIO ZACARIAS
MARCELO KLUJSZA	LINEU FACHIN LEONARDO



Junta Comercial do Estado da Bahia

06/02/2023



Certifico o Registro sob o nº 98336544 em 06/02/2023

Protocolo 233838783 de 06/02/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>

Chancela 301831126923974

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 06/02/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



BRASKEM S.A.
C.N.P.J Nº 42.150.391/0001-70
NIRE 29300006939
COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE JANEIRO DE 2023

3.2 MATÉRIAS PARA CONHECIMENTO: Nada a registrar.

3.3 MATÉRIAS DE INTERESSE DA COMPANHIA: Nada a registrar.

4. ENCERRAMENTO: Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros participantes, pelo Presidente e pela Secretária. **Assinaturas:** José Mauro M. Carneiro da Cunha – *Presidente*; Lilian Porto Bruno – *Secretária*; Eduardo Bacellar Leal Ferreira; Charles Lenzi; Gesner José de Oliveira Filho; Héctor Nuñez; João Pinheiro Nogueira Batista; José Luis Bringel Vidal; Juliana Sá Vieira Baiardi; Marcelo Klusza; e Roberto Faldini.

São Paulo/SP, 26 de janeiro de 2023.


Lilian Porto Bruno
Secretária



233838783

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	BRASKEM S.A.
PROTOCOLO	233838783 - 06/02/2023
ATO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO
EVENTO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

MATRIZ

NIRE 29300006939
CNPJ 42.150.391/0001-70
CERTIFICO O REGISTRO EM 06/02/2023
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98336544 DE 06/02/2023 DATA AUTENTICAÇÃO 06/02/2023

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 05800076502 - LUCAS RIBEIRO MATOS ALMEIDA - Assinado em 06/02/2023 às 09:22:54



Tiana Regila M. G. de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia

06/02/2023

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2022

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 14 de dezembro de 2022, às 8:30 horas, no escritório da BRASKEM S.A. ("**Braskem**" ou "**Companhia**"), localizado na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-050.

2. **CONVOCAÇÃO, PRESENCAS E PARTICIPAÇÃO:** Reunião Extraordinária convocada nos termos do Estatuto Social da **BRASKEM S.A.** ("**Braskem**" ou "**Companhia**"), com a participação de todos os Conselheiros abaixo indicados, tendo o Conselheiro Charles Lenzi participado via *teams*. O Conselheiro Roberto Lopes Pontes Simões participou também na qualidade de Diretor Presidente. Participaram, ainda, o Vice-Presidente Pedro Freitas, a Vice-Presidente Cristiana Lapa Wanderley Sarcedo e as Sras. Lilian Porto Bruno, Clarisse Mello Machado Schlieckmann, Naiara Assad e Larissa Varella. O Presidente do Conselho de Administração ("**P-CA**") presidiu a reunião e a Sra. Lilian Porto Bruno secretariou os trabalhos.

3. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:**

3.1. **Deliberações:** Após análise da matéria submetida à deliberação, cujos materiais foram encaminhados previamente aos Conselheiros e permanecerão arquivados no Portal de Governança da Companhia, foi tomada, por unanimidade dos presentes, a seguinte deliberação:

- a) **PD.CA/BAK-54/2022 – Eleição de Diretor Presidente:** Feita a análise prévia da matéria pelo Comitê de Pessoas e Organização ("**CPO**"), o qual opinou por sua aprovação, foi aprovada a eleição do Sr. **Roberto Bischoff**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/ME sob o nº 294.161.400-15, portador da Carteira de Identidade RG nº 1007971458 SSP/RS, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, nº 120, 22º andar, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-050, para desempenhar as funções de Diretor Presidente da Companhia em substituição ao Sr. Roberto Lopes Pontes Simões, com efeitos a partir de 01.01.2023, pelo restante do prazo do mandato em curso, que findará por ocasião da realização da reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024. O Diretor Presidente ora eleito tomará posse em 01.01.2023, mediante assinatura do respectivo termo de posse, tendo declarado, para efeito do disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº 8.934 de 18/11/94, com redação dada pela Lei nº 10.194, de 14/02/01, de acordo com o disposto no parágrafo 1º do art. 147, da Lei nº 6.404 de 15/12/76, que não está impedido por lei especial ou condenado por crime



**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2022**

falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, tendo apresentado, ainda, para atender ao disposto nas Resoluções CVM nº 44 e 80, declarações, por escrito, de acordo com os termos das referidas Instruções, as quais foram arquivadas na sede da Companhia. Na oportunidade, os Conselheiros registraram os votos de profundo agradecimento ao Sr. Roberto Lopes Pontes Simões pela dedicação e contribuições durante o exercício de suas funções na Companhia, em especial pela sua liderança, postura inclusiva e todos os relevantes resultados alcançados durante a sua gestão. Em função da eleição acima aprovada, a Diretoria da Companhia passará a ter, a partir de 01.01.2023, a seguinte composição: **Roberto Bischoff – Diretor Presidente; Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Edison Terra Filho; Marcelo de Oliveira Cerqueira; Marcelo Arantes de Carvalho; e Daniel Sales Corrêa - Diretores sem Designação Específica.**

3.2 MATÉRIAS PARA CONHECIMENTO: Nada a registrar.

3.3 MATÉRIAS DE INTERESSE DA COMPANHIA: Nada a registrar.

4. ENCERRAMENTO: Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros participantes, pelo Presidente e pela Secretária. Assinaturas: José Mauro M. Carneiro da Cunha – *Presidente*; Lilian Porto Bruno – *Secretária*; Eduardo Bacellar Leal Ferreira; Charles Lenzi; Gesner José de Oliveira Filho; Héctor Nuñez; João Pinheiro Nogueira Batista; José Luis Bringel Vidal; Juliana Sá Vieira Baiardi; Marcelo Klujsza; Roberto Faldini; e Roberto Lopes Pontes Simões.

São Paulo/SP, 14 de dezembro de 2022.

Confere com a original lavrada em livro próprio.


Lilian Porto Bruno
Secretária

Página 2 de 2





224162969

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	BRASKEM S.A.
PROTOCOLO	224162969 - 02/01/2023
ATO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO
EVENTO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

MATRIZ

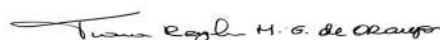
NIRE 29300006939
CNPJ 42.150.391/0001-70
CERTIFICO O REGISTRO EM 02/01/2023
PROTOCOLO ARQUIVAMENTO 98323342 DE 02/01/2023 DATA AUTENTICAÇÃO 02/01/2023

EVENTOS

021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) ARQUIVAMENTO: 98323342

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 05800076502 - LUCAS RIBEIRO MATOS ALMEIDA - Assinado em 30/12/2022 às 12:26:12



TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia

02/01/2023

Certifico o Registro sob o nº 98323342 em 02/01/2023

Protocolo 224162969 de 02/01/2023

Nome da empresa BRASKEM S.A. NIRE 29300006939

Chancela 177658392408151

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 02/01/2023

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

Identificador: 4058000.13317473

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072019450511600000013405105

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ACORDO
QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MACEIÓ E A
BRASKEM**

Pelo presente instrumento ("Termo de Acordo"),

(i) de um lado, **BRASKEM S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Petroquímico de Camaçari, Município de Camaçari, Estado da Bahia, CEP 42810-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.150.391/0001-70, neste ato representada na forma de seu estatuto social, designada apenas como "**Braskem**"; e

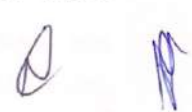
(ii) de outro lado, o **MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representando pela Procuradoria Geral do Município, que tem sede na Rua Dr. Pedro Monteiro, 291, Centro, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57020-380, designado apenas como "**Município**";

doravante denominados "Partes", quando denominados em conjunto ou "Parte", quando individualmente considerados:

CONSIDERANDO QUE:

i. O Município de Maceió decretou estado de calamidade pública nos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Mutange e Pinheiro, em razão da ocorrência de fissuras em edificações e subsidência de solo identificadas logo após os eventos chuvosos de 15 de fevereiro e de 3 de março 2018, assim como de tremor de terra nesta última data ("evento geológico");

ii. Por meio do acordo homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0803836-61.2019.4.05.8000 ("ACP dos Moradores"), que tramitava perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, a Braskem se comprometeu a enviar os melhores esforços para apoiar a desocupação dos imóveis da área afetada pela subsidência e realocação dos seus moradores, com a consequente indenização destes moradores, proprietários ou possuidores, instituindo o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação ("PCF");



iii. Além do acordo para apoio na desocupação das áreas de risco e indenização dos moradores, a Braskem, com fundamento na Versão 04 do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias, divulgada em 11 de dezembro de 2020, firmou acordo com o Ministério Público Federal ("MPF"), com a interveniência do Ministério Público do Estado de Alagoas ("MPE"), nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577.2019-74.4.05.8000 ("Acordo Socioambiental"), em trâmite perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, comprometendo-se a reparar, mitigar ou compensar potenciais repercussões e danos socioambientais decorrentes da extração de sal-gema no Município de Maceió;

iv. Por meio do Acordo Socioambiental, a Braskem se comprometeu a: (a) adotar as medidas necessárias à estabilização e ao monitoramento da subsidência decorrente do evento geológico, conforme solicitadas e aprovadas pela Agência Nacional de Mineração para o fechamento seguro de suas frentes de lavra, conforme detalhado no Acordo Socioambiental; (b) reparar, mitigar ou compensar potenciais repercussões e danos ambientais decorrentes do evento geológico no Município de Maceió; (c) reparar, mitigar ou compensar potenciais repercussões e danos sociourbanísticos decorrentes do evento geológico, entendidos como as repercussões nas áreas desocupadas, na mobilidade urbana e as repercussões sociais, estabelecendo, para esta finalidade, o valor total de até R\$ 1.280.000.000,00 (um bilhão, duzentos e oitenta milhões de reais); (d) indenizar os danos sociais e morais coletivos relativos ao fenômeno da subsidência e deles decorrentes no montante de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), nos termos do Acordo Socioambiental; e (e) disponibilizar o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) a título de contingência caso, justificadamente, haja necessidade de se incorrer em valores adicionais para fazer frente aos projetos relacionados às áreas desocupadas e medidas de mobilidade urbana, e/ou caso ocorra eventual revisão do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, divulgado pela Defesa Civil do Município de Maceió em 11 de Dezembro de 2020.

v. O Município de Maceió e a Braskem celebraram em 20 de abril de 2021 Protocolo de Intenções, prorrogado em 23 de agosto de 2022 mediante assinatura do Primeiro Termo Aditivo, objetivando estabelecer as bases e premissas para adesão do Município ao Acordo Socioambiental, notadamente para a implementação de medidas de reparação, mitigação e compensação das repercussões e danos decorrentes direta e indiretamente da extração de sal-gema e da desocupação da área afetada, bem como para discutir o cabimento de eventuais reparações, incluindo as discriminadas pelo Município de Maceió no Ofício nº 41/2021 – GGI Bairros datado de 3 de março de 2021 ("Ofício 41");

vi. As Partes convergiram, de logo, em relação a projetos de mobilidade urbana, que atendem de forma adequada e suficiente ao quanto definido no Acordo Socioambiental,

inclusive no que diz respeito aos valores ali pactuados entre MPF, MPE e Braskem, razão pela qual firmaram, em 24 de fevereiro de 2022, o Instrumento Particular de Adesão Parcial do Município de Maceió ao Acordo Socioambiental ("Termo de Adesão Parcial"), cuja homologação judicial ocorreu em 17 de maio de 2022;

vii. As Partes desejam garantir a adesão integral do Município aos termos do Acordo Socioambiental, incluindo o Plano de Ações Sociourbanísticas ("PAS"), assim como definir a reparação integral ao Município de todo e qualquer dano decorrente e/ou relacionado, direta ou indiretamente, à atividade de extração de sal-gema e/ou ao evento geológico, incluindo, mas não se limitando às repercussões e danos noticiados no Ofício 41, mediante outorga de quitação global, geral e irrestrita à Braskem; e

viii. As Partes aqui nomeadas e qualificadas resolvem celebrar o presente Termo de Acordo, em conformidade com a Lei Delegada do Município de Maceió nº 02/2014, com o Código de Processo Civil e com a Lei Federal nº 13.140/2015, o que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Acordo tem por objeto:

- (i) Estabelecer o pagamento de valor a título de compensação, indenização e ou ressarcimento ao Município, reconhecido e declarado como suficiente para reparação integral de todo e qualquer dano patrimonial e extrapatrimonial, direto ou indireto, por ele eventualmente suportado em decorrência e/ou relacionado à extração de sal-gema e/ou ao evento geológico, com a consequente outorga de quitação geral, integral, irrevogável e irretratável pelo Município à Braskem por quaisquer danos decorrentes ou relacionados ao evento geológico e à extração de sal-gema, incluindo mas não se limitando àqueles indicados no Ofício 41, observado o disposto nas cláusulas 3.8 e 3.8.1;
- (ii) Garantir a adesão integral pelo Município aos termos do Acordo Socioambiental, incluindo o PAS e ratificando o quanto já tratado no âmbito do Termo de Adesão Parcial, considerando a construção de consenso entre as Partes sobre as medidas de compensação social e dos valores para sua execução; e

- (iii) Definir compromissos adicionais entre as Partes, estabelecendo obrigações e responsabilidades para o encaminhamento de ações necessárias ao atingimento dos objetivos do presente Termo de Acordo.

2. DA ADEÇÃO AO ACORDO SOCIOAMBIENTAL

2.1. O Município neste ato declara que analisou o Acordo Socioambiental, anuindo expressamente com seus termos, formas, condicionantes e limites de recursos e compromete-se a aderir formalmente ao Acordo Socioambiental mediante celebração de Termo de Adesão Total com base na minuta anexa já aprovada pelas Partes (**Anexo 1 – Minuta do Termo de Adesão Total**).

3. DA REPARAÇÃO INTEGRAL AO MUNICÍPIO

3.1. A Braskem, em face do presente Acordo, pagará o valor global de R\$1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais), reconhecido e declarado pelo Município como suficiente para sua reparação integral, englobando compensação, indenização, honorários e/ou ressarcimento por todos e quaisquer danos diretos e indiretos, patrimoniais e extrapatrimoniais, eventualmente suportados pelo Município em decorrência e/ou relacionados à extração de sal-gema e/ou ao evento geológico, observado o disposto nas cláusulas 3.8 e 3.8.1.

3.1.1. O Município declara que o valor definido na Cláusula 3.1 engloba custos com assessorias técnicas especializadas por ele eventualmente contratadas, incluindo consultores e *experts*, para fins de avaliação e negociação do objeto e demais disposições deste Termo de Acordo.

3.1.2. O Município declara que a reparação integral definida nesta Cláusula abrange os custos com a realização de todas e quaisquer ações, programas, projetos, políticas públicas e outras medidas, já executadas ou ainda a serem definidas e/ou implementadas pelo Município em razão ou relacionada ao evento geológico, inclusive, mas não se limitando, àqueles incorridos pelos programas municipais sociais, ambientais, de saúde, educação, culturais e patrimônio histórico, transporte, iluminação, saneamento básico, calçamento e manutenção de ruas e praças públicas, nas áreas desocupadas, adjacentes, anfitriãs ou qualquer outra, estando, portanto, estes custos, presentes e

futuros abrangidos pela quitação outorgada neste Termo de Acordo, nada mais tendo a pleitear, nem mesmo a título de direito de regresso, observado o disposto nas cláusulas 3.8 e 3.8.1.

3.2. São condições precedentes para o pagamento do valor mencionado no item 3.1. acima: **(i)** a adesão integral do Município aos termos do Acordo Socioambiental, incluindo o Plano de Ações Sociourbanísticas ("PAS"), o que será feito mediante assinatura do Termo de Adesão Total pelas Partes, MPF e MPE e subsequente homologação judicial; e **(ii)** o trânsito em julgado da decisão homologatória do presente Termo de Acordo.

3.2.1. Ambos os acordos serão levados à homologação judicial.

3.2.2. Os prazos para pagamento, nos termos da cláusula 3.6, por parte da Braskem, somente se iniciarão após o trânsito em julgado da decisão que homologar o presente Termo de Acordo e após a decisão de homologação do Termo de Adesão ao Acordo Socioambiental, o que ocorrer por último.

3.2.3. As partes, desde já, exclusivamente em caso de homologação integral, sem ressalvas ou adições por parte do juízo, renunciam ao prazo recursal derivado da decisão homologatória do presente Termo de Acordo.

3.3. Na hipótese deste Termo de Acordo e/ou do Termo de Adesão Total não serem homologados ou serem homologados parcialmente, as partes se comprometem a adotar as medidas necessárias e suficientes à superação de eventuais óbices judiciais apontados, buscando conjuntamente a homologação nos termos ora pactuados.

3.4. O trânsito em julgado da decisão de não homologação ou de homologação parcial deste Termo de Acordo ou do Termo de Adesão Total ao Acordo Socioambiental operará a resolução deste Termo de Acordo, mediante o envio de notificação de uma Parte a outra na forma da cláusula 7.1, o que não impede as partes de negociarem novos termos para composição.

3.5. A resolução deste Termo de Acordo, por qualquer motivo, impede que as tratativas aqui previstas sejam utilizadas por uma Parte contra a outra em juízo ou fora dele.

3.6. Cumpridas todas as condições precedentes previstas no item 3.2 acima, a Braskem fará o pagamento do valor global de R\$1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais) previsto na Cláusula 3.1, sendo:



(i.a) a primeira parcela de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) em até 10 (dez) dias úteis a contar do prazo previsto na cláusula 3.2.2, sendo 99% (noventa e nove por cento) deste valor na conta indicada pelo Município e 1% (um por cento) deste valor em favor Procuradoria Geral do Município a título de honorários advocatícios;

(i.b) a segunda parcela de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) em 15 de dezembro de 2023, sendo 99% (noventa e nove por cento) deste valor na conta indicada pelo Município e 1% (um por cento) deste valor em favor Procuradoria Geral do Município a título de honorários advocatícios;

(i.c) a terceira parcela de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em 15 de abril 2024, sendo 99% (noventa e nove por cento) deste valor na conta indicada pelo Município e 1% (um por cento) deste valor em favor Procuradoria Geral do Município a título de honorários advocatícios;

(i.d) a quarta parcela de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em 15 de julho de 2024, sendo 99% (noventa e nove por cento) deste valor na conta indicada pelo Município e 1% (um por cento) deste valor em favor Procuradoria Geral do Município a título de honorários advocatícios;

(i.e) a quinta parcela de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em 15 de outubro de 2024, sendo 99% (noventa e nove por cento) deste valor na conta indicada pelo Município e 1% (um por cento) deste valor em favor Procuradoria Geral do Município a título de honorários advocatícios, e

(i.f) a sexta parcela de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em 15 de dezembro de 2024, sendo 99% (noventa e nove por cento) deste valor na conta indicada pelo Município e 1% (um por cento) deste valor em favor Procuradoria Geral do Município a título de honorários advocatícios, observado o item 3.6.5 a seguir.

3.6.1. Os pagamentos em favor do Município serão realizados mediante depósito na conta corrente nº **8597-9** da agência **3557-2** do Banco Brasil, de titularidade do Município; e os pagamentos em favor da Procuradoria Geral do Município a título de honorários advocatícios serão realizados mediante depósito ao Fundo da Procuradoria Geral do Município, conta corrente nº

7278-8 da agência **3557-2** do Banco Brasil, de acordo com a Legislação Municipal nº 5.220/2002 e demais legislações pertinentes.

3.6.2. O pagamento fica condicionado à exatidão dos dados bancários informados acima, bem como quaisquer outras informações relevantes para o depósito, servindo os respectivos comprovantes de transferências bancárias como provas de quitação.

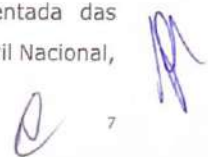
3.6.3. A eventual imprecisão de qualquer uma das informações que impeça o processamento do pagamento afasta a aplicação de qualquer penalidade por atraso e ensejará na imediata interrupção do prazo para pagamento, até a regularização das informações declaradas, hipótese em que será reiniciada a fluência do prazo para pagamento.

3.6.4. Na hipótese de atraso injustificado ou depósito insuficiente dos valores acordados, incidirá multa contra a Braskem de 0,5% (meio por cento) sobre a parte do montante da parcela inadimplida, além de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com base na variação positiva apontada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), desde a inadimplência até o pagamento integral dos valores devidos.

3.6.5. O vencimento da sexta parcela de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) prevista no item (i.f) desta cláusula 3.6, poderá, a exclusivo critério da Braskem, ser prorrogado até 15 de abril de 2025, sem a aplicação de qualquer encargo ou penalidade. Para tanto, a Braskem deverá comunicar a opção pela prorrogação ao Município, sem a necessidade de qualquer justificativa, até o dia 15 de dezembro de 2024.

3.7. A partir do pagamento, o Município assume integral responsabilidade pela gestão dos valores recebidos, devendo utilizá-lo, discricionariamente, de forma a garantir a implementação de ações, programas, projetos, políticas públicas e outras medidas, concretizando o disposto na cláusula 3.1.2 acima.

3.8. Exclusivamente no caso de aumento significativo do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, vale dizer, que implique a determinação de novas áreas de realocação significativas em razão de movimentação de solo capaz de gerar danos estruturais em edificações, resultante de decisão tecnicamente fundamentada das entidades técnicas emissoras, quais sejam a Defesa Civil de Maceió e Defesa Civil Nacional,



as Partes se reunirão para discutir, de boa-fé, eventuais impactos ao Município decorrentes dessa ampliação.

3.8.1 Já foram considerados e compensados para fins do presente Acordo todos os impactos ao Município relacionados (i) às áreas delimitadas em amarelo no mapa indicado no Anexo 2 do acordo que encerrou a ACP dos Moradores, (ii) às áreas de criticidade 01 definidas na Versão 4 do Mapa de Linha de Ações Prioritárias e (iii) à região do bairro do Bom Parto objeto de acompanhamento através do Procedimento Preparatório do Ministério Público Federal de nº 1.11.000.000125/2022-14.

4. DA QUITAÇÃO

4.1. Mediante o pagamento dos valores previstos no item 3.1, o Município de Macelió confere automaticamente plena, rasa, geral, irrestrita, irrevogável e irretratável quitação à Braskem e/ou a suas afiliadas, seus atuais sócios, diretores, gerentes, conselheiros, acionistas, empregados, seguradores, representantes, sucessores bem como empresas integrantes do mesmo grupo, coligadas, controladas, associadas, afiliadas e todos os seus sucessores, referente a todos e quaisquer danos patrimoniais e extrapatrimoniais de qualquer natureza, diretos e indiretos, eventualmente suportados pelo Município em decorrência e/ou relacionados direta ou indiretamente à extração de sal-gema e/ou ao evento geológico, incluindo mas não se limitando àqueles indicados no Ofício 41, para nada mais reclamar ou cobrar a qualquer título, em juízo ou fora dele, observado o disposto nas cláusulas 3.8 e 3.8.1.

5. COMPROMISSOS E DECLARAÇÕES DO MUNICÍPIO

5.1. O Município, neste ato, observado o disposto nas cláusulas 3.8 e 3.8.1, formalmente reconhece e declara que o valor definido na cláusula 3.1 é suficiente para:

- (i) Reestabelecimento integral, em outros locais do Município, de todos os serviços prestados por meio dos equipamentos públicos abrangidos pelo Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, exemplificativamente, os estabelecimentos de ensino (creches e escolas), as unidades de saúde, as unidades de assistência social, repartições públicas municipais, mercado público, cemitério, dentre outros, conforme o regramento previsto nos **Anexos 2 e 3** deste acordo;



- (ii) Realização de todas e quaisquer ações, programas, projetos, políticas públicas e outras medidas já executadas ou ainda a serem implementadas pelo Município em razão e/ou de alguma forma relacionadas, direta ou indiretamente, à atividade de extração de sal-gema e/ou ao evento geológico;
- (iii) Fazer frente a qualquer custo ou despesa do Município, inclusive perante terceiros, renunciando a eventual direito de regresso, por qualquer ato ou fato decorrente e/ou relacionado, direta ou indiretamente, à atividade de extração de sal-gema e/ou ao evento geológico;
- (iv) Garantir o ressarcimento do Município por toda e qualquer perda arrecadatória, passada ou futura, incluindo, mas não se limitando, a perdas decorrentes de redução de base de cálculo, incentivos e ou isenções concedidas, redução ou interrupção de fatos geradores, frustração de expectativas ou projeções de aumento de arrecadação, dentre outros, sempre observado o disposto nas cláusulas 3.8 e 3.8.1;
- (v) Garantir reparação integral ao Município por toda e qualquer perda de infraestrutura urbana pública na área do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, observado o disposto nas cláusulas 3.8 e 3.8.1, incluindo os bens de uso comum do povo, tais como logradouros em geral, largos, praças, ruas, jardins, parques, calçadas, entre outros, que poderão ser demolidos pela Braskem para instalação de cobertura vegetal, nos termos do Acordo Socioambiental;
- (vi) Indenizar e/ou compensar o Município por todo e qualquer eventual prejuízo decorrente de dano ao patrimônio histórico edificado, tais como eventuais alterações arquitetônicas, demolições ou colapso de estrutura, decorrente e/ou relacionado direta ou indiretamente à extração de sal-gema e/ou ao evento geológico, incluindo, mas não se limitando, àqueles bens declarados como de valor histórico no Ofício nº. 144/2021/SEDET/GS da Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (SEDET), com base nas Leis Municipais n. 5.593, de 8 de fevereiro de 2007 e 5.486, de 30 de dezembro de 2005;
- (vii) Indenizar e/ou compensar o Município por todo e qualquer eventual prejuízo derivado de dano ambiental decorrente e/ou relacionado direta ou indiretamente à extração de sal-gema e/ou ao evento geológico, incluindo toda

e qualquer compensação ambiental, observado o disposto nas cláusulas 3.8 e 3.8.1.

5.2. O Município, por meio de suas Secretarias, demais órgãos da administração direta e entes da administração indireta, compromete-se a:

- (i) Formalizar a quitação de todos os tributos objeto da isenção prevista na Lei municipal nº 6.900/2019, limitado ao período de isenção, abrangendo a totalidade dos imóveis que integram o Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, devendo emitir a respectiva Certidão Negativa de Débitos sempre que solicitado. As Partes reconhecem que a isenção referida não inclui as taxas para emissão de alvarás de demolição e o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI);
- (ii) Anualmente, considerando as demolições ocorridas, revisar a avaliação do valor dos imóveis que integram o Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, considerando a circunstância atual dos elementos listados no Art. 9º, §§1º e 2º do Lei Municipal nº 4.486, de 28 de fevereiro de 1996 – ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la -, reduzindo a base de cálculo dos impostos incidentes;
- (iii) Com base na legislação municipal vigente, atualizar o cadastro fiscal dos imóveis que integram o Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4 com base no Termo de Desocupação, documento subscrito pelos então possuidores das áreas desocupadas que atesta a transferência à Braskem da posse direta dos imóveis, ou com base em Declaração de Ocupação e Posse da Braskem, instruída com o documento particular ou público firmado com o possuidor ou proprietário anterior;
- (iv) Realizar todos os atos necessários para a transferência da posse e da propriedade dos bens públicos imóveis, em respeito ao interesse público, garantindo a recomposição dos bens de capital do Município abrangidos pelo Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, inclusive dos bens de uso comum do povo – tais como logradouros em geral, largos, praças, ruas, jardins, parques, calçadas, entre outros, exceto casos específicos em que não haverá transferência de posse ou propriedade para a Braskem, sendo certo que tais exceções – igualmente consideradas para fins de compensação - são aquelas tratadas no **Anexo 3** deste instrumento;

- (v) Em que pese a previsão do art. 567 do Código de Urbanismo, que dispensa a emissão prévia de alvarás de demolição das edificações, estruturas e equipamentos localizados na região do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, considerando a necessidade de atualização do cadastro municipal, emitir *a posteriori* os alvarás, de maneira consolidada, sendo um alvará único para cada quadra, calculado o valor contemplando as áreas de cada unidade, mediante solicitação da Braskem;
- (vi) Após a completa desocupação e observado o regramento legal, permitir que a Braskem instale barreiras físicas que limitem o acesso à área delimitada pelo Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, ressalvada a atuação do poder público;
- (vii) Isentar a Braskem de todo e qualquer pleito indenizatório, ainda que em sede de pedido de regresso, em razão de danos suportados por terceiros com os quais o Município mantém ou mantinha relações jurídicas, incluindo, mas não se limitando, a concessões de ônibus, contratos de coleta, transporte e destinação final de resíduos urbanos, limpeza urbana, manutenção de vias, dentro outros;
- (viii) Receber em cessão não onerosa da Braskem ou mediante desapropriação, sem custo indenizatório ao Município, os imóveis localizados no Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4 a serem destinados às intervenções de Mobilidade Urbana previstas no Termo de Adesão Parcial e outras que venham a ser pactuadas entre as Partes.

6. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DAS PARTES

6.1. As Partes declaram e garantem, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- (i) Cada Parte tem todo o poder necessário para celebrar o presente Termo de Acordo e autorizações necessárias para a sua celebração, sendo certo que nenhuma outra medida, ação, documento ou consentimento precisa ser obtido por qualquer das Partes para a válida celebração e cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Acordo;

- (ii) Não há qualquer disposição legal, norma infralegal ou impedimento de qualquer outra natureza para a realização do presente Termo de Acordo;
- (iii) As obrigações assumidas neste Termo de Acordo não conflitam com ou resultam em infração a quaisquer avenças ou acordos contidos em qualquer contrato ou qualquer outro instrumento do qual sejam partes ou ao qual estejam vinculadas;
- (iv) O Município declara que, independentemente da conjuntura política e de sua composição administrativa, seguirão perfeitamente válidas e exigíveis as disposições e cláusulas do presente Termo de Acordo;
- (v) O Município declara que, ressalvada a hipótese prevista na cláusula 3.8 e 3.8.1, nenhuma pretensão indenizatória será por ele deduzida, como legitimado ordinário ou extraordinário, por fatos decorrentes e/ou relacionados aos tratados neste Termo de Acordo.

7. NOTIFICAÇÕES

7.1. Todas as notificações, solicitações e comunicações referentes a este Termo de Acordo e seus anexos devem ser feitas por escrito, por representantes indicados pelas Partes, e serão consideradas como devidamente entregues se enviadas por meio de mensagem eletrônica, com confirmação de recebimento.

8. CONFORMIDADE

8.1. Para fins desta cláusula, "Afilhada" significa, em relação a qualquer Parte, suas controladas; "Leis Anticorrupção" significam quaisquer leis aplicáveis contra o suborno e anticorrupção, estrangeiras ou nacionais, juntamente com suas regras e regulamentos de implementação, conforme alteradas de tempos em tempos, incluindo, mas não se limitando, ao U.S. ForeignCorruptPracticesAct ("FCPA"), ao UK BriberyAct de 2010 ("UKBA"), à Lei no 12.846, de 2013 ("Lei Anticorrupção"), leis e regulamentos propostos para implementar a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OECD; "Pessoal" inclui os atuais diretores, conselheiros, empregados ou qualquer outra pessoa física ou jurídica atuando para ou em nome da Parte relevante do Termo de Acordo.

8.2. O termo "Funcionário Público" significa: Qualquer diretor ou funcionário, nomeado ou eleito, de um governo local, estadual, regional, federal ou multinacional, ou qualquer departamento, agência ou ministério de governo; Qualquer pessoa física que, embora temporariamente ou sem pagamento, detenha um cargo, emprego ou uma Organização Internacional função pública; Qualquer diretor ou funcionário de uma Organização Internacional Pública, como as Nações Unidas ou o Banco Mundial; Qualquer pessoa física atuando em uma capacidade oficial para ou em nome de uma agência, departamento ou ministério do governo ou uma Organização Internacional Pública; Um partido político funcionário de partido político ou qualquer candidato a cargo político; Qualquer diretor ou funcionário de uma empresa detida ou controlada pelo estado, bem como empresas que desempenhem uma função governamental (como de aeroporto ou porto marítimo, serviços públicos, energia, água ou eletricidade); ou Qualquer membro de uma família real; Membros da família de qualquer uma das pessoas físicas listadas acima também poderão ser qualificados como Funcionários Públicos se interações com eles tiverem o intuito ou o efeito de conferir algo de valor a um Funcionário Público.

8.3. As Partes concordam em cumprir suas obrigações contidas neste Termo de Acordo de forma ética e em conformidade com as Leis Anticorrupção.

8.4. As Partes declaram e garantem que têm conhecimento das Leis Anticorrupção e que não praticarão, direta ou indiretamente, com relação a este Termo de Acordo qualquer ato que constituiria uma violação das Leis Anticorrupção ou de outro modo faria com que a outra Parte ou seus diretores, conselheiros, empregados e/ou afiliadas violassem as Leis Anticorrupção.

8.5. Com relação a qualquer operação ou negócio relativo a este Termo de Acordo, as Partes nem seu Pessoal pagarão, fornecerão, oferecerão, prometerão pagar ou autorizarão o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer suborno, presente, quantias, vantagem financeira ou outra vantagem ou qualquer outra coisa de valor, em violação às Leis Anticorrupção.

8.6. As Partes declaram e garantem que, salvo o que foi divulgado à outra Parte, nem ela nem seu Pessoal foram condenados ou assumiram culpa por um delito envolvendo fraude ou corrupção, nem até onde é de seu conhecimento, qualquer uma dessas pessoas foi incluída em qualquer lista mantida pelo governo dos EUA, pelo governo do Brasil, pela União Europeia ou qualquer outra jurisdição aplicável como impedida, suspensa, objeto de proposta para suspensão ou impedimento ou de outro modo inelegível para programas de compras governamentais.

8.7. Cada Parte deverá manter a todo o momento um sistema adequado de controles internos, procedimentos e políticas que monitore, proíba e proteja contra qualquer ação que constituiria uma violação das Leis Anticorrupção.

8.7.1. Caso qualquer das Partes receba, por meio de seus canais de comunicação e/ou ouvidoria (Linha de Ética), denúncia sobre possível violação das Leis Anticorrupção, notificará a outra Parte para que adote as medidas de investigação interna cabíveis, devendo encaminhar cópia da denúncia recebida aos entes de controle e fiscalização pertinentes.

8.8. Cada Parte concorda em disponibilizar todo o Pessoal responsável por conduzir as atividades nos termos deste Contrato para um treinamento de *compliance*, conforme solicitado pela outra Parte, ou em demonstrar que seu Pessoal já recebeu treinamento apropriado na matéria.

8.9. Cada Parte concorda que nenhuma disposição contida neste Termo de Acordo deverá impedir a divulgação integral de informações a respeito de uma suposta violação das Leis Anticorrupção por qualquer Parte a qualquer momento a uma agência, autoridade ou empresa governamental ou não governamental, com jurisdição e responsabilidade para executar as Leis Anticorrupção, preservando-se ao máximo as informações confidenciais, o direito de defesa e a reputação dos envolvidos. A Parte que resolver divulgar informações deverá comunicar previamente o fato à outra Parte por escrito.

8.10. Com relação a qualquer operação ou negócio efetuado relativamente a este Termo de Acordo, cada Parte manterá, adicionalmente ao quanto determinado na legislação aplicável, por pelo menos 5 (cinco) anos, livros, registros e contas adequados e precisos que reflitam de forma correta e justa todos e quaisquer pagamentos feitos, despesas incorridas e ativos alienados e manterá um sistema de controles internos contábeis para garantir a autorização, registro e relato adequado de todas as operações. Nenhuma Parte fornecerá à outra documentação e registros imprecisos com relação a qualquer função desempenhada nos termos deste Termo de Acordo.

8.11. Se for constatado descumprimento das obrigações relacionadas às Leis Anticorrupção por qualquer Parte, quaisquer dos Partícipes poderá rescindir o presente Termo de Acordo mediante notificação à parte contrária.

8.12. Qualquer Parte poderá exigir, de tempos em tempos, que a outra reconheça e certifique seu cumprimento com estas disposições e as Leis Anticorrupção em um certificado de conformidade apartado.

8.13. Cada Parte concorda em fornecer uma notificação imediata por escrito à outra se, a qualquer momento durante o prazo deste Termo de Acordo, ela violar quaisquer declarações ou garantias contidas nesta Cláusula.

8.14. Qualquer falha em cumprir as disposições de Conformidade deste Termo de Acordo ou qualquer violação das Leis Anticorrupção por qualquer Parte ou seu Pessoal será considerada uma violação a este Termo de Acordo. Mediante notificação por escrito à outra sobre essa violação, a parte adimplente poderá rescindir este Termo de Acordo com efeito imediato.

8.15. Alternativamente, a Parte adimplente poderá optar por notificar a parte inadimplente de seu desejo de ter a violação remediada dentro de um prazo razoável (que não deverá exceder 60 dias) fornecendo detalhes da violação e o prazo para remediação na notificação acompanhante. Se a Parte inadimplente não remediar a violação conforme solicitado no prazo previsto na notificação, então a Parte adimplente terá direito de rescindir o presente Termo de Acordo imediatamente e sem notificação adicional.

8.16. Cada Parte deverá indenizar e isentar a outra de quaisquer reivindicações, ações, investigações, penalidades e multas de qualquer tipo resultantes de sua violação das disposições contidas nas cláusulas deste Termo de Acordo.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A constituição, validade e interpretação deste Termo de Acordo, bem como dos demais documentos que venham a ser celebrados entre as Partes relativos ao Termo de Acordo serão regidos pelas leis da República Federativa do Brasil.

9.2 Os direitos e obrigações decorrentes deste Termo de Acordo não poderão ser cedidos e transferidos a terceiros, total ou parcialmente, a qualquer título, por qualquer das Partes.

9.3 Nenhuma alteração de qualquer dos termos deste Termo de Acordo terá qualquer efeito, a menos que feita por escrito, e assinada pelas Partes.



9.4 Respeitados os acordos anteriores firmados entre as Partes sobre temas distintos do objeto deste Acordo, este Termo de Acordo constitui o acordo integral das Partes, substituindo todos os entendimentos anteriores entre elas a respeito de seu exclusivo objeto, verbais ou por escrito.

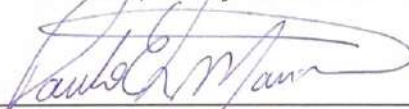
9.5 São anexos ao presente Termo de Acordo a (i) minuta do Termo de Adesão Total ao Acordo Socioambiental (**Anexo 1**) e os anexos que tratam (i) dos equipamentos públicos municipais (**Anexo 2**) e (ii) das vias públicas (**Anexo 3**) disciplinados por este Termo de Acordo os quais, ora rubricados pelas Partes, integram este Termo de Acordo para todos os fins e efeitos de direito.

9.6 O presente Termo de Acordo entra em vigor na data de sua celebração e permanecerá em vigor até o cumprimento das obrigações nele previstas.

9.7 Este Termo de Acordo será levado para homologação judicial, constituindo-se em título executivo judicial, ficando o juízo competente para a homologação, prevento para dirimir todas e quaisquer questões oriundas da sua interpretação e aplicação.

E, por estarem certas e contratadas, firmam o presente Termo de Acordo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Maceió, 20 de julho de 2023



BRASKEM S.A.

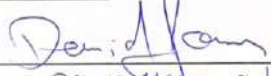



MUNICÍPIO DE MACEIÓ



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Testemunhas:

1. 
Nome: **DAVID RODRIGUES DE LIRA GOMES**
RG: **32251700**
CPF: **082.199.494.82**

2. 
Nome: **Felipe Rodrigues Lima**
RG: **1.098.351**
CPF: **959.400.304-91**

9.4 Respeitados os acordos anteriores firmados entre as Partes sobre temas distintos do objeto deste Acordo, este Termo de Acordo constitui o acordo integral das Partes, substituindo todos os entendimentos anteriores entre elas a respeito de seu exclusivo objeto, verbais ou por escrito.

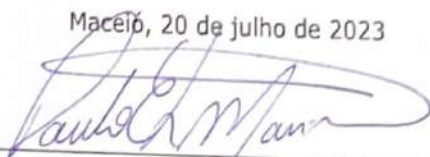
9.5 São anexos ao presente Termo de Acordo a (i) minuta do Termo de Adesão Total ao Acordo Socioambiental (**Anexo 1**) e os anexos que tratam (i) dos equipamentos públicos municipais (**Anexo 2**) e (ii) das vias públicas (**Anexo 3**) disciplinados por este Termo de Acordo os quais, ora rubricados pelas Partes, integram este Termo de Acordo para todos os fins e efeitos de direito.

9.6 O presente Termo de Acordo entra em vigor na data de sua celebração e permanecerá em vigor até o cumprimento das obrigações nele previstas.

9.7 Este Termo de Acordo será levado para homologação judicial, constituindo-se em título executivo judicial, ficando o juízo competente para a homologação, prevento para dirimir todas e quaisquer questões oriundas da sua interpretação e aplicação.

E, por estarem certas e contratadas, firmam o presente Termo de Acordo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Maceió, 20 de julho de 2023



BRASKEM S.A.

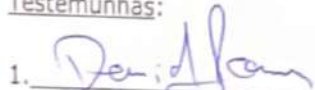


MUNICÍPIO DE MACEIÓ



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Testemunhas:

1. 

Nome: David Kirgerson de Lima

2. 

Nome: Felipe Rabel

RG: 1.098.351



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔBO SILVA - Advogado

Data e hora da assinatura: 20/07/2023 20:02:28

Identificador: 4058000.13317360

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072018572605700000013404992

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADESÃO
TOTAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ AO
ACORDO SOCIOAMBIENTAL FIRMADO ENTRE
O MPF, O MPE E A BRASKEM**

Pelo presente instrumento ("Termo de Adesão Total"),

(i) de um lado, **BRASKEM S.A.**, sociedade anônima, com sede na Rua Eteno, 1.561, Polo Petroquímico de Camaçari, Município de Camaçari, Estado da Bahia, CEP 42810-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.150.391/0001-70, neste ato representada na forma de seu estatuto social, designada apenas como "**Braskem**"; e

(ii) de outro lado, o **MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representando pela Procuradoria Geral do Município, que tem sede na Rua Dr. Pedro Monteiro, 291, Centro, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57020-380, designado apenas como "**Município**";

doravante denominados "Partes", quando denominados em conjunto ou "Parte", quando individualmente considerados, e como **Anuentes**:

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por intermédio das Procuradoras da República abaixo-assinadas, designado apenas como "**MPF**"; e

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**, por intermédio do titular da 66ª Promotoria de Justiça de Urbanismo da Capital, abaixo assinado, designado apenas como "**MPE**";

CONSIDERANDO QUE:

i. O Município de Maceió decretou estado de calamidade pública nos bairros de Bebedouro, Bom Parto, Mutange e Pinheiro, em razão da ocorrência de fissuras em edificações e subsidência de solo identificadas logo após os eventos chuvosos de 15 de fevereiro e de 3 de março 2018, assim como de tremor de terra nesta última data ("evento geológico");

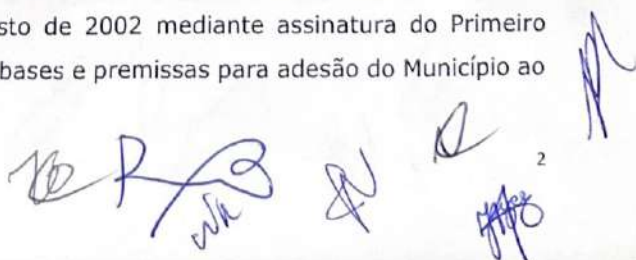


ii. Por meio do acordo homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 0803836-61.2019.4.05.8000 ("ACP dos Moradores"), que tramitava perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, a Braskem se comprometeu a envidar os melhores esforços para apoiar a desocupação dos imóveis da área afetada pela subsidência e realocação dos seus moradores, com a consequente indenização destes moradores, proprietários ou possuidores;

iii. Além do acordo para apoio à desocupação das áreas de risco e indenização dos moradores, a Braskem, com fundamento na Versão 04 do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias, divulgada em 11 de dezembro de 2020, firmou acordo com o Ministério Público Federal ("MPE"), com a interveniência do Ministério Público do Estado de Alagoas ("MPE"), nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.4.05.8000 ("Acordo Socioambiental"), em trâmite perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, comprometendo-se a reparar, mitigar ou compensar potenciais repercussões e danos socioambientais decorrentes do evento geológico no Município de Maceió;

iv. Por meio do Acordo Socioambiental, a Braskem se comprometeu a: (a) adotar as medidas necessárias à estabilização e ao monitoramento da subsidência decorrente da extração de sal-gema, conforme solicitadas e aprovadas pela Agência Nacional de Mineração para o fechamento seguro de suas frentes de lavra, conforme detalhado no Acordo Socioambiental; (b) reparar, mitigar ou compensar potenciais repercussões e danos ambientais decorrentes do evento geológico no Município de Maceió; (c) reparar, mitigar ou compensar potenciais repercussões e danos sociourbanísticos decorrentes da extração de sal-gema, entendidos como as repercussões nas áreas desocupadas, na mobilidade urbana e as repercussões sociais, estabelecendo, para esta finalidade, o valor total de até R\$ 1.280.000.000,00 (um bilhão, duzentos e oitenta milhões de reais); (d) indenizar os danos sociais e morais coletivos relativos ao evento geológico e deles decorrentes no montante de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), nos termos do Acordo Socioambiental; e (e) disponibilizar o valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) a título de contingência caso, justificadamente, haja necessidade de se incorrer em valores adicionais para fazer frente aos projetos relacionados às áreas desocupadas e medidas de mobilidade urbana, e/ou caso ocorra eventual revisão do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, divulgado pela Defesa Civil do Município de Maceió em 11 de Dezembro de 2020.

v. O Município de Maceió e a Braskem celebraram em 20 de abril de 2021 Protocolo de Intenções, prorrogado em 23 de agosto de 2002 mediante assinatura do Primeiro Termo Aditivo, objetivando estabelecer as bases e premissas para adesão do Município ao



Acordo Socioambiental, notadamente para a implementação de medidas de reparação, mitigação e compensação das repercussões e danos sociourbanísticos decorrentes direta e indiretamente da extração de sal-gema e da desocupação da área afetada, bem como para discutir o cabimento de eventuais reparações, incluindo as discriminadas pelo Município de Maceió no Ofício nº 41/2021 – GGI Bairros datado de 3 de março de 2021 ("Ofício 41");

vi. As partes convergiram em relação a projetos de mobilidade urbana, que atendem de forma adequada e suficiente ao quanto definido no Acordo Socioambiental, inclusive no que diz respeito aos valores ali pactuados entre MPF, MPE e Braskem, razão pela qual firmaram, em 24 de fevereiro de 2022, o Instrumento Particular de Adesão Parcial do Município de Maceió ao Acordo Socioambiental ("Termo de Adesão Parcial"), cuja homologação judicial ocorreu em 17 de maio de 2022;

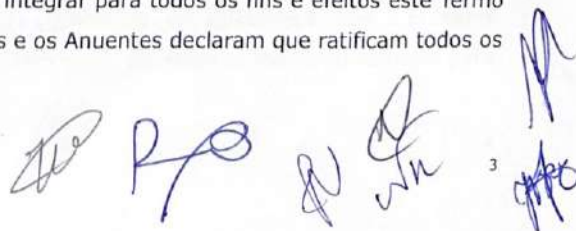
vii. As Partes desejam celebrar o presente Termo de Adesão Total para garantir e disciplinar a adesão integral do Município ao Acordo Socioambiental, incluindo o Plano de Ações Sociourbanísticas ("PAS") previsto nas cláusulas 49, 53 e 64 do Acordo Socioambiental, mediante a interveniência e anuência dos Anuentes, o que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Adesão Total tem por objeto:

- (i) Formalizar a adesão integral do Município aos termos do Acordo Socioambiental, incluindo o PAS e ratificando aquilo já tratado no âmbito do Termo de Adesão Parcial, considerando a construção de consenso entre as Partes acerca dos valores para a execução das medidas de compensação sociourbanística e o rito previsto para a sua definição;
- (ii) A quitação de todo e qualquer dano relacionado a questões sociourbanísticas, incluindo os itens listados acima, na forma e nos limites financeiros previstos no Acordo Socioambiental e conforme disposto na Cláusula 7.1 do presente instrumento e observado o disposto nas cláusulas 2.2 e 3.2.

1.2. O Termo de Adesão Parcial passa a integrar para todos os fins e efeitos este Termo de Adesão Total, razão pela qual as Partes e os Anuentes declaram que ratificam todos os

The block contains several handwritten signatures in blue ink. There are five distinct signatures, some of which are stylized and overlapping. A small number '3' is written near the bottom right of the signatures.

seus termos e condições, que passam a fazer parte deste Termo de Adesão Total como anexo - Anexo 1.

2. DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOURBANÍSTICA

2.1. O Município declara que (i) fez contribuições ao estudo realizado pela empresa Diagonal para subsidiar as discussões sobre as medidas de compensação das repercussões sociourbanísticas, assim como recebeu e analisou o relatório final do referido estudo, concordando com o diagnóstico apresentado, e (ii) apoiará a Braskem no desenvolvimento do trabalho técnico de análise perante as demais instituições pertinentes e a sociedade civil, para a definição das medidas de compensação social a serem executadas.

2.2. As Partes acordam que Braskem custeará a implantação das medidas de compensação social no valor certo e não superior a R\$ 198.000.000,00 (cento e noventa e oito milhões de reais), corrigidos em consonância com o estabelecido no Acordo Socioambiental, observado o rito previsto no Acordo Socioambiental para a sua definição.

2.2.1. As Partes declaram que o valor mencionado no item 2.2 é suficiente para custear as ações de compensação social previstas no Termo de Acordo Socioambiental, conforme Cláusula 52 e seguintes daquele instrumento.

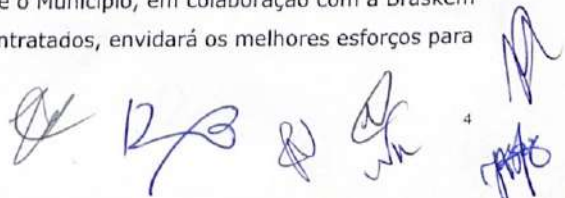
2.3. As Partes definirão, em instrumento próprio, respeitadas as regras de governança já estabelecidas no Acordo Socioambiental, as responsabilidades que serão assumidas por cada uma delas na implementação dos projetos de compensação a serem definidos conforme o rito previsto no Acordo Socioambiental, comprometendo-se, mutuamente, a cooperarem de boa-fé para o êxito nesta implementação.

3. DA ADESÃO TOTAL AO ACORDO SOCIOAMBIENTAL E DO REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO SOCIOURBANÍSTICA

3.1. O Município declara que analisou o Acordo Socioambiental, anuindo expressamente com seus termos, formas, condicionantes e limites de recursos.

3.2. Os Anuentes declaram que o presente Termo de Adesão Total atende formalmente aos requisitos para a adesão do Município ao Acordo Socioambiental.

3.2.1. Fica desde já estabelecido que o Município, em colaboração com a Braskem e eventuais terceiros por ela contratados, envidará os melhores esforços para



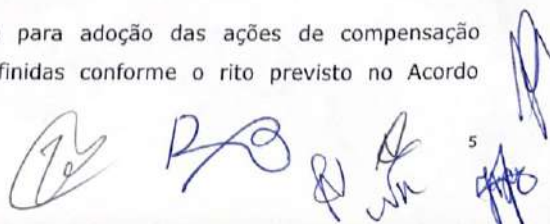
emitir as licenças e as autorizações que estejam sob sua competência e titularidade dentro do menor prazo possível, respeitando-se sempre o previsto em atos legais e infralegais; a Braskem, por seu turno, se compromete em colaborar com o Município no fornecimento de subsídios necessários para a obtenção das referidas licenças e autorizações aplicáveis, assumindo para si a responsabilidade pelas medidas que venham a ser definidas como de sua responsabilidade, atinentes à efetividade e boa execução das obras, incluindo, mas não se limitando, à elaboração de estudos técnicos, custeio de despesas, gestão ambiental das obras, verificação da correta aplicação dos recursos, etc.

3.2.2. Quando necessário, o Município realizará todos os atos previstos no Decreto-lei nº 3.365/1941 e em eventuais leis municipais, visando a concretização das eventuais desapropriações que se mostrem necessárias e suficientes para a execução dos projetos de compensação social a serem definidos conforme o rito previsto no Acordo Socioambiental.

3.2.3. Os recursos financeiros previstos no Acordo Socioambiental, respeitadas as formas e limites lá estabelecidos, servirão também para custear as eventuais desapropriações, devendo o Município praticar todos os atos previstos no Decreto-lei nº 3.365/1941 para esta finalidade.

- i. Superada a fase declaratória, o Município buscará composição amigável com os proprietários dos imóveis cuja desapropriação se fizer necessária para a implementação dos Projetos do PAS, podendo a Braskem, por solicitação de qualquer das Partes, apoiar o Município com a contratação de empresa que avaliará tais imóveis.
- ii. Caso a composição amigável prevista na cláusula 3.2.3.i reste infrutífera, o Município ajuizará as competentes ações de desapropriação, comprometendo-se a Braskem a apoiar, técnica e financeiramente, quando justificadamente necessário, o Município em todas as fases do processo, até a plena quitação das indenizações ao final das demandas judiciais, mesmo que operadas na forma de precatórios, arcando a empresa com a integralidade dos valores envolvidos, nos termos do Acordo Socioambiental.

3.2.4. As Partes reconhecem que para adoção das ações de compensação sociourbanísticas a serem definidas conforme o rito previsto no Acordo



Socioambiental será necessário garantir o acesso da Braskem, ou de suas contratadas às áreas de implantação das intervenções. O Município, mediante comunicação prévia da Braskem, deverá garantir à Braskem o acesso às áreas de implantação das ações de compensação social, inclusive mediante a obtenção das autorizações das autoridades competentes.

4. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DAS PARTES

4.1. As Partes declaram e garantem, para todos os fins e efeitos de direito, que:

- (i) Cada Parte tem todo o poder necessário para celebrar o presente Termo de Adesão Total e cumprir as obrigações nele previstas, tendo o Município obtido todas as autorizações, inclusive as legislativas, necessárias para autorizar a sua celebração, sendo certo que nenhuma outra medida, ação, documento ou consentimento precisa ser obtido por qualquer das Partes para a válida celebração e cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Adesão Total;
- (ii) Não há qualquer disposição legal, norma infralegal ou impedimento de qualquer outra natureza para a realização do presente Termo de Adesão Total;
- (iii) As obrigações assumidas neste Termo de Adesão Total não conflitam com ou resultam em infração a quaisquer avenças ou acordos contidos em qualquer contrato ou qualquer outro instrumento do qual sejam partes ou ao qual estejam vinculadas;
- (iv) Comprometem-se a envidar seus melhores esforços para viabilizar a concretização do objeto deste Termo de Adesão Total no menor prazo possível;
- (v) O Município declara que, independentemente da conjuntura política e de sua composição administrativa, seguirão perfeitamente válidas e exigíveis as disposições e cláusulas do presente Termo de Adesão Total.

5. NOTIFICAÇÕES

5.1. Todas as notificações, solicitações e comunicações referentes a este Termo de Adesão Total devem ser feitas por escrito, por representantes indicados pelas Partes, e serão consideradas como devidamente entregues se enviadas por meio de mensagem eletrônica, com confirmação de recebimento.




6. CONFORMIDADE

6.1. Para fins desta cláusula, "Afiliada" significa, em relação a qualquer Parte, suas controladas; "Leis Anticorrupção" significam quaisquer leis aplicáveis contra o suborno e anticorrupção, estrangeiras ou nacionais, juntamente com suas regras e regulamentos de implementação, conforme alteradas de tempos em tempos, incluindo, mas não se limitando, ao U.S. ForeignCorruptPracticesAct ("FCPA"), ao UK BriberyAct de 2010 ("UKBA"), à Lei no 12.846, de 2013 ("Lei Anticorrupção"), leis e regulamentos propostos para implementar a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OECD; "Pessoal" inclui os atuais diretores, conselheiros, empregados ou qualquer outra pessoa física ou jurídica atuando para ou em nome da Parte relevante do Termo de Adesão Total.

6.2. O termo "Funcionário Público" significa: Qualquer diretor ou funcionário, nomeado ou eleito, de um governo local, estadual, regional, federal ou multinacional, ou qualquer departamento, agência ou ministério de governo; Qualquer pessoa física que, embora temporariamente ou sem pagamento, detenha um cargo, emprego ou uma Organização Internacional função pública; Qualquer diretor ou funcionário de uma Organização Internacional Pública, como as Nações Unidas ou o Banco Mundial; Qualquer pessoa física atuando em uma capacidade oficial para ou em nome de uma agência, departamento ou ministério do governo ou uma Organização Internacional Pública; Um partido político funcionário de partido político ou qualquer candidato a cargo político; Qualquer diretor ou funcionário de uma empresa detida ou controlada pelo estado, bem como empresas que desempenhem uma função governamental (como de aeroporto ou porto marítimo, serviços públicos, energia, água ou eletricidade); ou Qualquer membro de uma família real; Membros da família de qualquer uma das pessoas físicas listadas acima também poderão ser qualificados como Funcionários Públicos se interações com eles tiverem o intuito ou o efeito de conferir algo de valor a um Funcionário Público.

6.3. As Partes concordam em cumprir suas obrigações contidas neste Termo de Adesão Total de forma ética e em conformidade com as Leis Anticorrupção.

6.4. As Partes declaram e garantem que têm conhecimento das Leis Anticorrupção e que não praticarão, direta ou indiretamente, com relação a este Termo de Adesão Total qualquer ato que constituiria uma violação das Leis Anticorrupção ou de outro modo faria com que a outra Parte ou seus diretores, conselheiros, empregados e/ou Afiliadas violassem as Leis Anticorrupção.



6.5. Com relação a qualquer operação ou negócio relativo a este Termo de Adesão Total, as Partes nem seu Pessoal pagarão, fornecerão, oferecerão, prometerão pagar ou autorizarão o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer suborno, presente, quantias, vantagem financeira ou outra vantagem ou qualquer outra coisa de valor, em violação às Leis Anticorrupção.

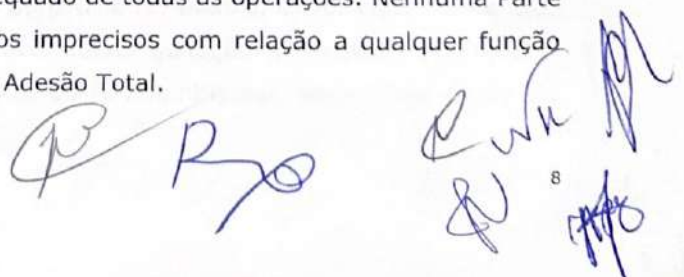
6.6. As Partes declaram e garantem que, salvo o que foi divulgado à outra Parte nem ela nem seu Pessoal foram condenados ou assumiram culpa por um delito envolvendo fraude ou corrupção, nem até onde é de seu conhecimento, qualquer uma dessas pessoas foi incluída em qualquer lista mantida pelo governo dos EUA, pelo governo do Brasil, pela União Europeia ou qualquer outra jurisdição aplicável como impedida, suspensa, objeto de proposta para suspensão ou impedimento ou de outro modo inelegível para programas de compras governamentais.

6.7. Cada Parte deverá manter a todo o momento um sistema adequado de controles internos, procedimentos e políticas que monitore, proíba e proteja contra qualquer ação que constituiria uma violação das Leis Anticorrupção.

6.8. A Braskem se compromete a realizar treinamento de *Compliance* para o seu pessoal envolvido na consecução deste Termo de Adesão Total e recomenda que o Município realize treinamentos sobre o tema para sua equipe envolvida.

6.9. Cada Parte concorda que nenhuma disposição contida neste Termo de Adesão Total deverá impedir a divulgação integral de informações a respeito de uma suposta violação das Leis Anticorrupção por qualquer Parte a qualquer momento a uma agência, autoridade ou empresa governamental ou não governamental, com jurisdição e responsabilidade para executar as Leis Anticorrupção, preservando-se ao máximo as informações confidenciais, o direito de defesa e a reputação dos envolvidos. A Parte que resolver divulgar informações deverá comunicar previamente o fato à outra Parte por escrito.

6.10. Com relação a qualquer operação ou negócio efetuado relativamente a este Termo de Adesão Total, cada Parte manterá, adicionalmente ao quanto determinado na legislação aplicável, por pelo menos 5 (cinco) anos, livros, registros e contas adequados e precisos que reflitam de forma correta e justa todos e quaisquer pagamentos feitos, despesas incorridas e ativos alienados e manterá um sistema de controles internos contábeis para garantir a autorização, registro e relato adequado de todas as operações. Nenhuma Parte fornecerá à outra documentação e registros imprecisos com relação a qualquer função desempenhada nos termos deste Termo de Adesão Total.



6.11. Se for constatado descumprimento das obrigações relacionadas às Leis Anticorrupção por qualquer Parte, quaisquer dos Partícipes poderá rescindir o presente Termo de Adesão Total mediante notificação à parte contrária e comunicação aos Anuentes.

6.12. Qualquer Parte poderá exigir, de tempos em tempos, que a outra reconheça e certifique seu cumprimento com estas disposições e as Leis Anticorrupção em um certificado de conformidade apartado.

6.13. Cada Parte concorda em fornecer uma notificação imediata por escrito à outra se, a qualquer momento durante o prazo deste Termo de Adesão Total, ela violar quaisquer declarações ou garantias contidas nesta Cláusula.

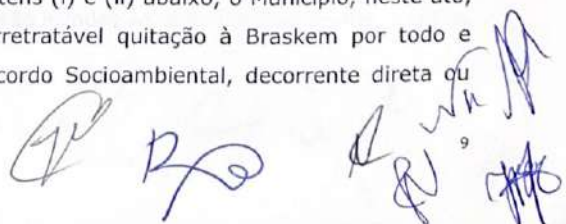
6.14. Qualquer falha em cumprir as disposições de Conformidade deste Termo de Adesão Total ou qualquer violação das Leis Anticorrupção por qualquer Parte ou seu Pessoal será considerada uma violação a este Termo de Adesão Total. Mediante notificação por escrito à outra sobre essa violação, a parte adimplente poderá rescindir este Termo de Adesão Total com efeito imediato.

6.15. Alternativamente, a Parte adimplente poderá optar por notificar a parte inadimplente de seu desejo de ter a violação remediada dentro de um prazo razoável (que não deverá exceder 60 dias) fornecendo detalhes da violação e o prazo para remediação na notificação acompanhante. Se a Parte inadimplente não remediar a violação conforme solicitado no prazo previsto na notificação, então a Parte adimplente terá direito de rescindir o presente Termo de Adesão Total imediatamente e sem notificação adicional, informando, no entanto, os Anuentes, acerca do descumprimento dos termos deste Termo de Adesão Total.

6.16. Cada Parte deverá indenizar e isentar a outra de quaisquer reivindicações, ações, investigações, penalidades e multas de qualquer tipo resultantes de sua violação das disposições contidas nas cláusulas deste Termo de Adesão Total.

7. DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Observadas as medidas previstas nos itens (i) e (ii) abaixo, o Município, neste ato, confere plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação à Braskem por todo e qualquer dano relacionado ao escopo do Acordo Socioambiental, decorrente direta ou



indiretamente do fenômeno da subsidência e consequente desocupação ocorrida na área identificada no Mapa de Linhas e Ações Prioritárias – Versão 4, divulgado pela Defesa Civil em 11 de dezembro de 2020, para nada mais reclamar ou cobrar a qualquer título, em juízo ou fora dele:

- (i) desembolso pela Braskem do valor previsto na Cláusula 2.2; e
- (ii) implementação das medidas de compensação sociourbanísticas a serem definidas como de responsabilidade da Braskem, nos termos da cláusula 2.3.

7.2. A constituição, validade e interpretação deste Termo de Adesão Total, bem como dos demais documentos que venham a ser celebrados entre as Partes relativos a este instrumento serão regidos pelas leis da República Federativa do Brasil.

7.3. Os direitos e obrigações decorrentes deste Termo de Adesão Total não poderão ser cedidos e transferidos a terceiros, total ou parcialmente, a qualquer título, por qualquer das Partes.

7.4. Nenhuma alteração de qualquer dos termos deste Termo de Adesão Total terá qualquer efeito, a menos que feita por escrito, e assinada pelas Partes e Anuentes.

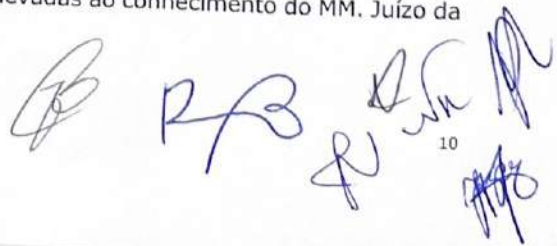
7.5. Este Termo de Adesão Total constitui o acordo integral das Partes e dos Anuentes, substituindo todos os entendimentos anteriores entre elas a respeito de seu exclusivo objeto, verbais ou por escrito.

7.6. É anexo ao presente Termo de Adesão Total o Termo de Adesão Parcial de mobilidade urbana, o qual, ora rubricado pelas Partes e Anuentes, integra este Termo de Adesão Total para todos os fins e efeitos de direito.

7.7. O presente Termo de Adesão Total entra em vigor na data de sua celebração e permanecerá em vigor até o cumprimento das obrigações nele previstas.

7.8. O presente Termo de Adesão Total será submetido pelas Partes e Anuentes à homologação judicial, nos termos dos arts. 200, 487, III, b, e 515, §2º, do CPC, nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.4.05.8000, para que produza os seus devidos efeitos legais relacionados.

7.9. Eventuais divergências entre as Partes no cumprimento deste Termo de Adesão Total, caso não solucionadas de forma consensual, serão levadas ao conhecimento do MM. Juízo da

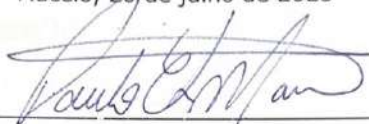


10

3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Alagoas, a quem caberá dirimir a questão em sede de liquidação do título executivo judicial e/ou cumprimento de sentença.

E, por estarem certas e contratadas, firmam o presente Termo de Adesão Total em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Maceió, 20 de julho de 2023

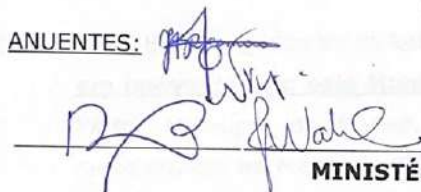


BRASKEM S.A.



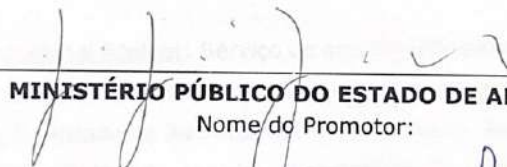
MUNICÍPIO DE MACEIÓ

ANUENTES:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

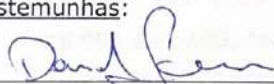
Nome das Procuradoras:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

Nome do Promotor:

Testemunhas:

1. 
Nome: DAVID RICARDO DE LUNA GOMES
RG: 32.251.700
CPF: 082.199.494.83

2. 
Nome: Felipe Rodrigues Torres
RG: 3.088.381
CPF: 959.400.304-93

ANEXO 2

1. OBJETO

1.1. O presente **Anexo 2** tem por objeto disciplinar a cláusula 5.1, (i) do Termo de Acordo, no que toca aos grandes equipamentos inseridos no Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4, de 20 de dezembro de 2020 ("Mapa").

2. DOS IMÓVEIS

2.1. São equipamentos públicos municipais abrangidos pelo Termo de Acordo ("Imóveis"):

a. Secretaria Municipal de Assistência Social ("SEMAS")

- (i) CRAS Bom Parto: Centro de Referência de Assistência Social Bom Parto, **que operava em imóvel locado pelo Município**, localizado na Rua General Hermes, 1752, Bom Parto, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57017201, descrito e caracterizado na matrícula de nº. 37.683, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió e cadastrado na Prefeitura de Maceió sob a inscrição de nº. 14745;
- (ii) Abriço Institucional Acolher: Serviço de acolhimento para meninos de 7 a 18 anos que se encontram sob medida de proteção, **que operava em imóvel locado pelo Município**, localizado na Rua Ivan Wolf, 38, Pinheiro, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57057140, descrito e caracterizado nas matrículas de nºs. 37.645, 18.993 e 12.602, todas do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió e cadastrado na Prefeitura de Maceió sob as inscrições de nºs. 21682, 21683 e 21684;

b. Secretaria Municipal de Saúde ("SMS").

- (i) UBS Bebedouro: Unidade Básica de Saúde Bebedouro, **em imóvel em fase de construção**, de propriedade do Município, localizada na Rua Carteiro João Firmino, S/N, Bebedouro, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57017815, o qual não possui matrícula ou transcrição junto aos Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió e não possui cadastro na Prefeitura de Maceió;
- (ii) PAM Bebedouro: Pronto Atendimento Municipal Bebedouro, **que operava em imóvel locado pelo Município**, localizado na Rua Dr. Antônio Nunes Leite, 225, Bebedouro,

Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57018185, descrito e caracterizado na matrícula de nº. 38.966, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió e cadastrado na Prefeitura de Maceió sob a inscrição de nº. 142115;

- (iii) USF São Vicente de Paula: Unidade de Saúde da Família São Vicente de Paula, **que operava em imóvel locado pelo Município**, localizada na Rua Galdino Ramos de Vasconcelos, 59, Farol, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57.055-672, descrito e caracterizado na matrícula de nº. 13.535, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió e cadastrado na Prefeitura de Maceió sob a inscrição de nº. 18005;
- (iv) UBS São Vicente de Paula: Unidade Básica de Saúde São Vicente de Paula, **que operava em imóvel cedido a título gratuito pela Arquidiocese de Maceió**, localizada na Rua Ricardo Cesar de Melo, S/N, Pinheiro, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57055-67, descrito e caracterizado na matrícula de nº. 177.615, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió e cadastrado na Prefeitura de Maceió sob a inscrição de nº. 17339;
- (v) Sede do III Distrito: Distrito Sanitário de Saúde, **que operava em imóvel locado pelo Município**, localizada na Alameda Cônego Cavalcante de Oliveira, 682, Pinheiro Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57055-770; descrito e caracterizado na matrícula de nº. 3.936, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió e cadastrado na Prefeitura de Maceió sob a inscrição de nº. 20348;

c. Secretaria de Trabalho, Abastecimento e Economia Solidaria ("SEMTABES")

- (i) Mercado Municipal do Bebedouro: **que operava em imóvel de propriedade do Município**, localizado na Rua Dr. Antônio Nunes Leite, s/n, Bebedouro, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57018-185, situado na Zona Especial de Preservação Cultural do Bebedouro 3 ("ZEP 3 Bebedouro") e no Setor de Preservação Rigorosa 01 ("SPR 01"), descrito e caracterizado nas matrículas de nºs. 654, 655, 661, 21.417 e 21.418, todas do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió e cadastrado na Prefeitura de Maceió sob a inscrição de nº. 142112;

d. SUDES

- (i) Cemitério Municipal Santo Antônio: **de propriedade do Município**, localizado na Travessa Belo Alves, nº 179-207, Bebedouro, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57017-615, o qual não possui matrícula ou transcrição junto aos Ofícios de

Registro de Imóveis da Comarca de Maceió, cadastrado na Prefeitura de Maceió sob a inscrição de nº. 141321;

e. SEMED

- (i) Centro Municipal de Educação Infantil Luiz Calheiros Junior: **que operava em imóvel de propriedade do Município**, localizado na Alameda Portugal, S/N, Pinheiro, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57055-580, o qual não possui matrícula ou transcrição junto aos Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió, cadastrado na Prefeitura de Maceió sob a inscrição de nº. 20669;
- (ii) Escola Municipal Major Bonifácio da Silveira: **que operava em imóvel de propriedade do Município**, localizada na Travessa Sargento Oséias Costa, S/N, Bebedouro, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57017-670, o qual não possui matrícula ou transcrição junto aos Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió, cadastrado na Prefeitura de Maceió sob a inscrição de nº. 143935;
- (iii) Escola Municipal Radialista Edécio Lopes: **que operava em imóvel de propriedade do Município**, localizada na Rua Antonio Procópio, 994, Pinheiro, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57057-464, descrito e caracterizado na matrícula de nº. 140.015 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió e cadastrado na Prefeitura de Maceió sob a inscrição de nº. 27134;
- (iv) Escola Municipal Padre Brandão Lima: **que operava em imóvel de propriedade do Município**, localizada na Rua São Benedito, 57, Pinheiro, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57055-590, o qual não possui matrícula ou transcrição junto aos Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió, cadastrado na Prefeitura de Maceió sob a inscrição de nº. 18150;
- (v) Centro Municipal de Educação Infantil Vereador Braga Neto: **que operava em imóvel locado pelo Município**, localizado na Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, 3747, Mutange, Município de Maceió, Estado de Alagoas, CEP 57017-766, descrito e caracterizado na transcrição de nº. 45.542, datada de 04 de janeiro de 1967, Livro 3-BI, folha 66, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió, e cadastrado na Prefeitura de Maceió, em área maior, sob as inscrições de nºs. 139997, 29337690 e 29600896;

f. Prefeitura de Maceió



- (i) Imóvel de propriedade da Prefeitura de Maceió ("Imóvel Prefeitura"): no qual não eram exercidas atividades públicas, descrito e caracterizado na transcrição de nº. 31.366, datada de 13 de junho de 1959, Livro 3-AR, folha 12, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maceió e cadastrado na Prefeitura de Maceió sob a inscrição de nº. 1008392.

2.2. O Município não fará jus a indenizações adicionais por bens imóveis ou equipamentos públicos que (i) estejam inseridos no Mapa e sejam apresentados pelo Município posteriormente à celebração do Termo de Acordo, seja como titular de direitos aquisitivos, titular de direitos reais ou mero possuidor e/ou (ii) já tenham sido objeto de indenização pela Braskem aos detentores de direitos decorrentes de contratos administrativos firmados com o Município, como, exemplificativamente, no caso dos bens vinculados às concessões de serviços públicos. Nestas situações, identificando os bens imóveis ou os equipamentos públicos, o Município solicitará à Braskem a informação sobre o beneficiário da indenização e o demandará diretamente, mantendo a Braskem isenta de quaisquer responsabilidades.

3. DAS REALOCAÇÕES

3.1. O Município declara que realocou as atividades exercidas nos Imóveis para outros imóveis por ele escolhidos exclusiva e unilateralmente, declarando que os imóveis receptores das atividades realocadas atendem às necessidades públicas. O Município se responsabiliza integralmente pelas providências que foram adotadas para garantir que os serviços públicos que eram prestados nos Imóveis continuassem a ser prestados com a mesma eficiência, segurança, qualidade, regularidade, integralidade, continuidade e generalidade/universalidade, comprometendo-se a manter a Braskem indene de quaisquer responsabilidades a esse respeito, seja por meio de questionamentos administrativos, judiciais ou dos diversos órgãos de controle.

3.2. Com exceção do Cemitério Santo Antônio, o Município providenciou a desocupação total dos Imóveis, com transferência de todas as suas atividades e a retirada de eventuais bens e pertences lá deixados, bem como de pessoas, de modo que a Braskem será imitada na posse dos Imóveis a partir da homologação do Termo de Acordo.

3.2.1. O Município declara que o Cemitério Santo Antônio continuará a funcionar como Memorial aberto à visitação e que será por ele gerido, responsabilizando-se por todas as despesas de operação e manutenção deste equipamento público, eximindo a Braskem de quaisquer custos ou pleitos adicionais a esse respeito.

3.2.2. Para a manutenção da disponibilidade de jazigos, o Município declara que a indenização prevista no Termo de Acordo já contempla tanto a solução provisória,



consistente na ampliação do Cemitério São Luiz, no bairro Santa Amélia, Maceió/AL, fora da área atingida pelo fenômeno geológico, como da solução definitiva, consistente na implementação de um novo cemitério fora da área atingida.

3.2.3. O Município garantirá aos indivíduos que lhe comprovarem ter direitos sobre jazigos no Cemitério Santo Antônio, a qualquer título que seja, jazigos no cemitério definitivo a ser implementado com fundamento no presente Termo de Acordo, comprometendo-se a manter a Braskem isenta de quaisquer responsabilidades perante os indivíduos, seja na esfera administrativa, seja na esfera judicial.

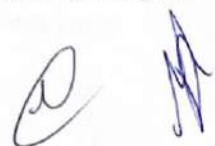
4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. O Município providenciou a desocupação total dos Imóveis, com exceção do Cemitério Santo Antônio, com transferência de todas as suas atividades e a retirada de eventuais bens e pertences lá deixados, bem como pessoas, de modo que a Braskem será imitada na posse dos Imóveis a partir da homologação do Termo de Acordo, conforme especificado no item 4.3.

4.2. Em relação aos Imóveis descritos na cláusula 3.1. que não são de propriedade do Município e onde operavam-se serviços públicos por meio de locação, o Município declara que o valor de indenização definitiva pactuado é suficiente para a reparação integral dos serviços públicos, inclusive para o custeio integral de todas as providências necessárias para realocação, tais como transporte e adaptação.

4.3. O Município declara ser o único e exclusivamente responsável por eventuais débitos relativos aos Imóveis locados, inclusive em relação às contas de serviços públicos (água, energia elétrica e gás), encargos e tributos incidentes sobre os Imóveis, frente aos respectivos proprietários e concessionárias de serviços públicos, eximindo a Braskem de toda e qualquer responsabilidade sobre tais Imóveis.

4.4. Em relação aos Imóveis descritos na cláusula 3.1 que são de propriedade municipal, o Município declara que o valor previsto na cláusula 3.1 do Termo de Acordo é suficiente para a indenização de todos os prejuízos relacionados à sua inclusão no Mapa e se compromete a realizar todos os atos necessários para **(i)** a transferência da posse dos Imóveis às Braskem em até 30 dias a contar da homologação do Termo de Acordo; e **(ii)** a transferência da sua posse e da propriedade, sendo certo que a Braskem poderá realizar a demolição dessas edificações, estruturas e equipamentos desde o recebimento da posse.



4.5. O Município declara que os Imóveis de sua propriedade não são de domínio da União Federal, não havendo áreas de terreno ou acréscido de marinha e, ainda, que se encontram livres e desembaraçados de quaisquer ônus, obrigações ou interesses de terceiros, como ônus judiciais ou extrajudiciais, reais, obrigacionais ou pessoais, hipotecas legais ou convencionais, arresto, sequestro, servidão, anticrese, dívidas, dúvidas, foro ou pensão, tributos, impostos, tarifas e taxas. O Município declara que também não há obras ou acréscimos pendentes de legalização ou de regularização perante os órgãos públicos competentes, sobre eles inexistindo litispendências, ações reais e pessoais reipersecutórias que possam impedir ou prejudicar a sua livre disponibilidade, processos administrativos e judiciais de cunho ambiental relacionados a eventual passivo ou degradação pré-existente. Igualmente, o Município reconhece que não há, em relação aos Imóveis de sua propriedade, relação locatícia, detenção ou ocupação de terceiros, inexistindo penalidades ou exigências das autoridades administrativas, encontrando-se inteiramente quites para com os tributos e tarifas sobre ele incidentes, exceto quanto ao seguinte:

4.5.1. O Imóvel Prefeitura possui débitos de tributos imobiliários municipais no valor de R\$ 9.762,35 (nove mil, setecentos e sessenta e dois reais e trinta e cinco centavos), para a inscrição nº. 1008392, conforme consulta realizada no website da Prefeitura de Maceió, em 02/09/2022.

4.5.2. A Escola Municipal Padre Brandão Lima possui débitos de tributos imobiliários municipais no valor de R\$ 98.998,20 (noventa e oito mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte centavos) para a inscrição nº. 18150, conforme consulta realizada no website da Prefeitura de Maceió, em 02/09/2022.

4.6. O Município se compromete a regularizar todos os débitos identificados nos Imóveis até a transferências das posses à Braskem, incluindo daqueles mencionados nas cláusulas 4.4.1 e 4.4.2.

4.6.1. Caso o Município não realize a quitação dos débitos mencionados nessa Cláusula 4.6, a Braskem poderá realizar a quitação, descontando os valores correspondentes, devidamente atualizados, de eventuais valores que ainda sejam devidos ao Município.

4.7. Com a transferência das posses dos Imóveis de propriedade do Município à Braskem, esta passará a ser responsável pelo custeio das contas de serviços públicos (água, energia elétrica e gás), encargos e tributos incidentes sobre os Imóveis cujo fato gerador seja posterior à transferência da posse, mantendo-se o Município como responsável pelos tributos, encargos, despesas de consumo, irregularidades construtivas e/ou atualizações cadastrais incidentes sobre

os Imóveis cujo fato gerador seja anterior à transferência da posse dos Imóveis à Braskem, ainda que cobrados posteriormente à transferência da posse dos Imóveis à Braskem.

4.7.1. O Município deverá disponibilizar, até a data da transferência da posse à Braskem, (i) todas as informações necessárias sobre as ligações dos serviços públicos de fornecimento de água, gás e energia elétrica dos Imóveis, a fim de possibilitar a transferência de titularidade à Braskem junto ao órgão competente e a relação de eventuais débitos existentes junto às concessionárias prestadoras desses serviços públicos; e (ii) a relação de eventuais débitos existentes junto às concessionárias prestadoras desses serviços públicos. Caso existam débitos em aberto sobre tais serviços, o Município deverá promover a sua quitação até a data de transferência da posse do Imóvel à Braskem, a fim de viabilizar a referida transferência de titularidade. Eventuais cobranças relativas ao período posterior à transferência da posse do Imóvel à Braskem, mas nas quais ainda constem o Município como sujeito passivo da obrigação, deverão ser pagas pelo Município para subsequente reembolso pela Braskem.

4.7.2. O Município declara estar ciente de que a Braskem não assumirá a responsabilidade pelo pagamento direto dessas contas enquanto persistirem cobranças administrativas ou débitos que impeçam a transferência de titularidade à Braskem, hipótese na qual o Município deverá realizar pontualmente os pagamentos relativos aos débitos posteriores à transferência da posse do Imóvel à Braskem e pleitear à Braskem o reembolso dos valores pagos. Se a situação persistir até o momento da lavratura da escritura pública para formalização da transferência definitiva de titularidade do Imóvel, a Braskem poderá deduzir o valor de tais débitos da indenização, a fim de pagá-los diretamente e assegurar, assim, a transferência da titularidade dos cadastros.

4.8. A partir da data de assinatura do Termo de Acordo e transferência da posse dos Imóveis à Braskem, a Braskem poderá iniciar junto aos órgãos competentes as tratativas para obtenção de todas as aprovações necessárias para a intervenção ou a demolição das áreas construídas sobre os Imóveis, atividades para as quais o Município manifesta sua concordância.

4.9. Fica a cargo do Município a realização direta de todas as contratações e adoção de todas as demais providências necessárias para realocação dos Imóveis, inclusive das obras de ampliação, adaptação e reforma nos respectivos imóveis de destino, e retirada de todos os bens e benfeitorias mantidos nos Imóveis após a desocupação, inclusive os bens inservíveis, cabendo à Braskem exclusivamente a obrigação de realizar o pagamento integral do montante ora pactuado.

4.9.1. A fim de assegurar o bom andamento dos processos de realocação definitiva dos Imóveis, o Município compromete-se a envidar seus melhores esforços para que o início e

a condução das obras ocorram em menor prazo possível e será diligente e pontual na adoção de todas as providências e realização de todos os pagamentos necessários.

4.10. O Município declara ser responsável por quaisquer intervenções que tenham sido realizadas nos Imóveis até a data de transferência da posse à Braskem, especialmente tendo em vista a legislação municipal aplicável, incluindo o Plano Diretor (Lei Municipal nº 5.486/2005) e o Código de Urbanismo e Edificações (Lei Municipal nº 5.593/2007) ou desrespeito às diretrizes urbanísticas estabelecidas na referida legislação, inclusive por eventuais sanções e/ou multas daí decorrentes.

4.11. A totalidade dos prejuízos decorrentes da inclusão do "Imóvel Prefeitura" de propriedade do Município relacionada no item 2.1, f deste **Anexo 2** está reparada com o pagamento dos valores previstos no Termo de Acordo, sendo certo que o imóvel não será objeto de realocação por não se destinar ao exercício de atividades públicas.

4.12. O Município declara que os valores pactuados por meio do Termo de Acordo contemplam todas as pretensões indenizatórias que possui ou pode vir a possuir em relação à Braskem, bem como são suficientes para custeio integral de todas as providências necessárias para o reestabelecimento integral, em outros locais, de todos os serviços prestados por meio dos equipamentos públicos relacionados neste **Anexo 2** e abrangidos pelo Mapa, ficando a seu cargo o custeio de todo e qualquer valor necessário para a realização de ações, programas, projetos, políticas públicas e outras medidas já executadas ou ainda a serem implementadas em razão da realocação dos serviços.

4.13. O Município declara e compromete-se a manter a Braskem indene, mas não se limitando a, de cobranças, responsabilizações e execuções futuras movidas por terceiros relacionadas aos Imóveis. Nos feitos em que a Braskem constar no polo passivo, o Município, quando da realização da sua defesa, que deverá ocorrer com a melhor técnica e diligência possíveis, eximirá a Braskem de todo e qualquer dano alegado. Em caso de eventual condenação do Município ou da Braskem nestes feitos, o Município assumirá o integral pagamento da condenação, inclusive aquela imposta contra a Braskem.



ANEXO 03

1. OBJETO

1.1. Para fins da cláusula 5.2, item "iv" do Termo de Acordo e observadas as obrigações assumidas no Acordo Socioambiental, a Braskem se tornará responsável pelo custeio, gestão, manutenção e conservação e todas as demais atividades inerentes à continuidade do regular funcionamento das vias incluídas no Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4 ("Mapa") enquanto existentes, desde que: (i) haja sua imissão na posse; (ii) o tráfego de veículos seja completamente interrompido para o uso da população em geral.

1.1.1. Até que os termos da Cláusula 1.1 sejam cumpridos, o Município permanecerá responsável pelo custeio, gestão, manutenção, conservação e todas as demais atividades inerentes à continuidade do regular funcionamento das vias inseridas no Mapa.

1.2. O Município permanecerá responsável pelo custeio, gestão, manutenção, conservação e todas as demais atividades inerentes à continuidade do regular funcionamento das vias identificadas de maneira exemplificativa na Cláusula 2, abaixo, todas incluídas no Mapa, o que inclui, não se limitando a, zeladoria urbana, iluminação pública, drenagem e manejo de águas pluviais, manutenção da malha asfáltica, dentre outros.

1.2.1. O Município e a Braskem poderão avaliar, desde que demonstrada tecnicamente a necessidade para a mobilidade urbana em Maceió, a inclusão de novas vias dentre o rol exemplificativo constante da Cláusula 2, abaixo. Tal inclusão, caso decidido de maneira consensual pelas Partes: (i) não implica na transferência da propriedade destas vias ao Município, na medida em que o Município já foi indenizado por meio do Termo de Acordo; e (ii) implicará na assunção, pelo Município, da gestão, do custeio da manutenção e da conservação e de todas as demais atividades inerentes à continuidade do regular funcionamento das vias, conforme previsto nesta Cláusula 1.2.

1.2.2. A responsabilidade prevista nesta Cláusula 1.2 se estende a eventuais melhorias e ampliações que venham ser realizadas nas vias indicadas na Cláusula 2, abaixo, ou em outras que estejam no Mapa e passem para a responsabilidade do Município no curso da execução do Termo de Acordo.


1.3. Nas situações em que a execução das atividades a cargo do Município tiver interface técnica com as atividades a cargo da Braskem, a exemplo do que ocorre na drenagem e manejo de águas pluviais, cuja macrodrenagem ficará sob a responsabilidade do Município, enquanto a



microdrenagem ficará sob a responsabilidade da Braskem, o Município e a Braskem disciplinarão por meio de instrumento próprio a forma de inter-relacionamento entre as partes.

2. IDENTIFICAÇÃO DAS VIAS

2.1. Estão sujeitas às disposições constantes da cláusula 1, acima, toda a extensão das vias abaixo indicadas e identificadas no mapa constante desta cláusula:

1. Rua Faustino Silveira
 2. Rua Marquês de Abrantes
 3. Rua Cônego Costa
 4. Rua Dr. Passos de Miranda (Ladeira do Calmon)
 5. Rua Professor José da Silveira Camerino
 6. Rua Ricardo Cesar de Melo
 7. Rua Miguel Palmeira
 8. Eixo CEPA
 9. Rua Professor Virgínio
 10. Rua Oldemburgo da Silva Paranhos
 11. Rua Antenor Gomes de Oliveira
 12. Ladeira José C. da Silva
- 





R

R



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔPO SILVA - Advogado

Data e hora da assinatura: 20/07/2023 20:02:28

Identificador: 4058000.13317361

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072018572605700000013404993



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS
Grupo de Trabalho Bairros do Pinheiro, Mutange e Bebedouro

ATA DE REUNIÃO

Aos 20 (vinte) dias do mês de julho do ano 2023, reuniram-se na sede da Procuradoria da República em Alagoas as **PROCURADORAS DA REPÚBLICA** Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara, Julia Wanderley Vale Cadete, Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary e Roberta Lima Barbosa Bomfim, o **PROMOTOR DE JUSTIÇA** Jorge José Tavares Dória, o **CHEFE DO GABINETE CIVIL DE MACEIÓ** Felipe Rodrigues Lins, o **SECRETÁRIO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS** David Ricardo de Luna Gomes, o **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ** João Luís Lobo Silva e os **ADVOGADOS** Bruno Maia Souto, Daniel Andrade Jacintho e Paulo Eduardo Leite Marino, representantes da **BRASKEM**, para deliberar sobre a adesão do Município de Maceió ao Termo de Acordo celebrado para extinguir a ação civil pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000, relativo ao Subcapítulo IV do Capítulo III, que dispõe sobre as medidas de compensação social, cujo cumprimento é acompanhado no bojo do PA nº 1.11.000.000144/2021-60.

Dando início aos trabalhos, os membros do Ministério Público rememoraram que o Termo de Acordo celebrado para extinguir a ação civil pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000 previu, em sua Cláusula 54, que a Braskem e o Município de Maceió tratariam sobre os termos da adesão ao acordo, inclusive sobre a quitação em relação aos danos materiais e extrapatrimoniais decorrentes e/ou relacionados ao fenômeno da subsidência ocorrido na área identificada no Mapa de Linhas de Ações Prioritárias – Versão 4. Lembraram que a adesão do Município de Maceió ao subcapítulo do acordo relativo à mobilidade urbana ocorreu em fevereiro/2022, salientando que a adesão às disposições remanescentes afigura-se essencial à concretização das medidas a serem contempladas pelo Plano de Ações Sociourbanísticas (PAS).

Os representantes da Braskem e do Município de Maceió concordaram com as observações feitas e narraram ter mantido tratativas para uma composição sobre o assunto desde 20 de abril de 2021, visando não só à adesão do Município ao acordo socioambiental, como também ao consenso sobre indenizações por danos ao Município que não são objeto do pacto firmado com os Ministérios Públicos. Afirmaram ter chegado a uma congruência suficiente para formatar o

[Assinaturas manuscritas]

Ministério Público Federal
Procuradoria da República em Alagoas

Termo de Adesão Total ao Acordo Socioambiental, tendo redigido o instrumento que ora apresentam em reunião.


As Procuradoras da República e o Promotor de Justiça analisaram atentamente o Instrumento Particular de Adesão apresentado, no qual figuram como Anuentes, e, após a proposta de alguns ajustes, que foram acolhidos pelas partes, concordaram com os termos avençados.

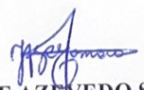
Ato contínuo, o Instrumento Particular de Adesão Total do Município de Maceió ao Acordo Socioambiental firmado entre o MPF, o MPE e a Braskem foi assinado por todos os presentes.

Na mesma ocasião, os representantes da Braskem e do Município de Maceió assinaram um acordo próprio, prevendo a compensação e indenização por danos ao Município que não são objeto da ação civil pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000 e, consequentemente, não endereçados pelo termo de acordo no bojo dela firmado.

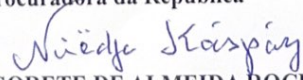
Os acordos ora firmados não abrangem os procedimentos ministeriais em curso, não dando os Ministérios Públicos Federal e Estadual quitação em relação a eventuais direitos de terceiros.

Na sequência, deliberou-se que os documentos serão submetidos ao Juízo da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas para homologação, com fundamento no art. 487, inciso III, alínea "b" do Código de Processo Civil. Acordou-se, ainda, que a presente ata já retrata a anuência dos Ministérios Públicos Federal e Estadual no tocante aos aspectos formais dos acordos, tornando despidiendas novas manifestações nos processos judiciais como condição às homologações.


Nada mais havendo a discutir, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, digitada pela Procuradora da República Juliana de Azevedo Santa Rosa Câmara, lida e achada conforme, vai abaixo assinada. 



JULIANA DE AZEVEDO SANTA ROSA
CÂMARA

Procuradora da República



NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA
KASPARY


Procuradora da República



JULIA WANDERLEY VALE CADETE
Procuradora da República



ROBERTA LIMA BARBOSA BOMFIM
Procuradora da República

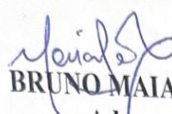
Ministério Público Federal
Procuradoria da República em Alagoas



JORGE JOSÉ TAVARES DÓRIA
Promotor de Justiça

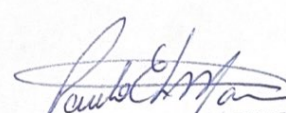

DAVID RICARDO DE LUNA GOMES
Secretário de Ações Estratégicas de Maceió


FELIPE RODRIGUES LINS
Gabinete Civil do Município de Maceió


JOÃO LUÍS LOBO SILVA
Procurador-Geral do Município de Maceió


BRUNO MAIA SOUTO
Advogado
Representante Braskem


DANIEL ANDRADE JACINTHO
Advogado
Representante Braskem


PAULO EDUARDO LEITE MARINO
Advogado
Representante Braskem







Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LOBO SILVA - Advogado

Data e hora da assinatura: 20/07/2023 20:02:28

Identificador: 4058000.13317325

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072016353753500000013404957



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

LEI DELEGADA Nº. 02 DE 26 JUNHO DE 2014.

**DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ faz saber que, nos termos do Decreto Legislativo nº 557, de 27 de dezembro de 2013, sanciona a seguinte Lei Delegada:

**TÍTULO I
DA ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. A Advocacia Geral do Município de Maceió, instituição permanente e essencial à administração da justiça, exercida pela Procuradoria-Geral do Município, tem por finalidade a preservação dos interesses públicos, o resguardo e o controle da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência e demais princípios da Administração Pública e o exercício da advocacia pública do Município de Maceió.

**CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Art. 2º. São princípios institucionais da Procuradoria-Geral do Município a unidade, a indivisibilidade, a indisponibilidade da tutela do interesse público e a autonomia técnico-jurídica.

Art. 3º. Compete à Procuradoria-Geral do Município:

I – prestar assessoramento e consultoria jurídica ao Prefeito de Maceió e aos titulares dos órgãos e entidades da Administração Municipal Direta e Indireta;

II – representar extrajudicialmente a Administração Municipal, nas designações que lhe forem outorgadas, para a solução de conflitos de interesses do Município de Maceió;

III – exercer a representação judicial ativa e passiva do Município de Maceió e dos órgãos e entidades que integram a Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ressalvada a possibilidade de contratação de advogado por parte do Prefeito para representá-lo em processo judicial determinado, desde que a contratação se justifique em face de condições peculiares do caso e da especialização do profissional, atestadas pelo Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município;

IV – zelar pelo fiel cumprimento da Constituição Federal, da Constituição Estadual de Alagoas, da Lei Orgânica do Município de Maceió e da legislação nacional, estadual e municipal, de modo a preservar a supremacia do interesse público;

V – zelar pelo patrimônio, bens e rendas da Administração Municipal;

VI – promover a inscrição e cobrança extrajudicial da Dívida Ativa, podendo delegar essas competências para a Secretaria Municipal de Finanças;

VII – promover a cobrança judicial da Dívida Ativa;

VIII – uniformizar, sob o aspecto jurídico, as decisões administrativas municipais;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

- IX – representar o Município de Maceió perante os Tribunais de Contas do Estado e da União;
- X – zelar, em quaisquer instâncias, pelo cumprimento:
- a) das decisões judiciais;
 - b) dos seus pareceres jurídicos e matérias sumuladas;
 - c) das suas decisões administrativas, exaradas no exercício de suas funções;
- XI – zelar, em quaisquer instâncias governamentais, pela preservação dos interesses do Município de Maceió, dos seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta;
- XII – adotar providências de ordem jurídica, sempre que o interesse público o exigir;
- XIII – examinar, registrar, elaborar, lavrar e fazer publicar os instrumentos jurídicos de contratos, convênios, acordos e outros ajustes em que for parte ou interessada a Administração Municipal Direta e Indireta;
- XIV – examinar previamente editais de licitações de interesse da Administração Municipal Direta e Indireta;
- XV – elaborar e/ou examinar anteprojetos de Emendas à Lei Orgânica do Município, de Leis e de Decretos de iniciativa do Poder Executivo, bem assim de quaisquer atos normativos infralegais de repercussão direta na organização dos serviços públicos;
- XVI – analisar e emitir parecer sobre a sanção ou veto, total ou parcial, dos Projetos de Lei do Poder Legislativo;
- XVII – promover a unificação da jurisprudência administrativa e a consolidação da legislação municipal;
- XVIII – uniformizar as orientações jurídicas no âmbito do Município;
- XIX – exarar atos e estabelecer normas para a sua organização interna;
- XX – representar, perante as autoridades judiciárias competentes, os Tribunais de Contas e/ou o Ministério Público, contra quaisquer pessoas, agentes públicos ou não, responsáveis pelo cometimento de ilícitos de que tenha conhecimento;
- XXI – rever, administrativa ou judicialmente, os seus próprios atos, quando verificada a sua contrariedade à legislação ou ao interesse público;
- XXII – mandar adotar as providências cabíveis contra os atos ilícitos ou de improbidade administrativa que sejam levados ao seu conhecimento;
- XXIII – participar, nos termos da Lei, como órgão de representação jurídica do Município de Maceió em órgãos colegiados nos quais seja prevista a sua composição;
- XXIV – proporcionar o permanente aprimoramento técnico-jurídico aos integrantes da carreira;
- XXV – requisitar a qualquer órgão da Administração Municipal Direta e Indireta, com prioridade de tramitação, documentos e informações necessários ao desempenho de suas atribuições, fixando prazo para o respectivo envio, sob pena de responsabilidade funcional do agente público;
- XXVI – avocar o exame de qualquer processo, administrativo ou judicial, de interesse do Município de Maceió;
- XXVII – exercer o controle, a orientação normativa e a supervisão técnica dos serviços jurídicos das Autarquias e Fundações Públicas, na forma desta Lei;
- XXVIII – coordenar e controlar as Comissões Permanentes de Inquérito Administrativo, e de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas, bem como o Núcleo Especial para Ações Estratégicas e de Acompanhamento de Ações e Recursos Relevantes nos Tribunais Superiores, que serão compostas, exclusivamente, por Procuradores do Município, em efetivo exercício;
- XXIX – realizar correição para verificar a regularidade e eficácia dos serviços jurídicos das entidades da Administração Indireta;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

XXX – realizar a defesa da Administração Direta, Autárquica e Fundacional nos processos de Mandados de Segurança e *Habeas Data* impetrados contra autoridades municipais, subsidiada pelas informações prestadas pela autoridade impetrada;

XXXI – exercer outras atribuições que lhe forem confiadas, desde que compatíveis com sua finalidade institucional.

Parágrafo único. O Procurador-Geral do Município, na defesa dos interesses do Município de Maceió e nas hipóteses que possam trazer reflexos de natureza jurídica ou econômica ao erário municipal, poderá avocar ou integrar e coordenar os trabalhos a cargo do órgão jurídico de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista.

Art. 4º. As funções institucionais da Advocacia Geral do Município de Maceió, exercidas pela Procuradoria-Geral do Município, são de competência privativa dos Procuradores do Município de Maceió, na forma desta Lei Orgânica.

TÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º. No recebimento e envio dos processos pela Procuradoria-Geral do Município, por meio do seu protocolo, deverão ser observadas as seguintes normas:

I – as folhas e documentos formadores dos autos serão autuados em um único processo, observando-se a ordem crescente, salvo na preexistência de apensos;

II – a numeração das folhas dos autos será feita em sua parte superior, do lado direito, onde deverão constar, além dos algarismos em ordem crescente e envolvidos em um círculo, a sigla do serviço e a rubrica do servidor;

III – ao prestar informação nos autos, o servidor subscreverá, após a assinatura, o seu nome completo, o número de sua matrícula e o cargo que ocupa, além de observar a respectiva numeração das folhas, nos termos dispostos no inciso II;

IV – o anverso e/ou o verso de qualquer documento que não contiver nenhuma informação, deverá ser anotado com a inscrição "EM BRANCO", pelo servidor responsável pela juntada desse documento no processo.

Art. 6º. O procedimento de protocolização da entrada e saída de processos e documentos na Procuradoria-Geral do Município, cuja atribuição para análise e pronunciamento seja deste órgão, terá o seguinte trâmite:

I – quando do recebimento dos processos ou documentos pelo Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município, seguir-se-á a remessa imediata para a chefia da unidade operativa responsável;

II – a chefia, por meio de sua assistência administrativa ou Assessoria Técnica, registrará em protocolo virtual e interno físico o recebimento do processo ou procedimento, inclusive com carimbo no verso dos autos definindo a data e a hora da chegada no setor;

III – após esses registros prévios, os processos ou procedimentos, quando não forem de atribuição privativa da chefia, serão encaminhados, obrigatoriamente, por meio de protocolo virtual e físico interno, ao Procurador do Município que ficará responsável pela análise jurídica dos autos, conforme regras objetivas de distribuição estabelecidas em Regimento Interno;

IV – quando da realização de despacho ou parecer pelo Procurador do Município, vinculado ao processo ou procedimento, os autos deverão ser registrados como enviados, pela assistência administrativa ou Assessoria Técnica, no protocolo virtual e físico, com encaminhamento imediato.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

Art. 7º. Os processos administrativos receberão parecer ou despacho, ou terão instrução dentro dos prazos processuais máximos que forem estabelecidos por ato do Procurador-Geral do Município.

§ 1º. Nos processos ou procedimentos de atribuição da Procuradoria-Geral do Município, a solicitação de diligências realizada pelos Procuradores do Município interromperão os prazos processuais máximos de manifestação do órgão.

§ 2º. As diligências nos processos submetidos à Procuradoria-Geral do Município deverão ser cumpridas pelo interessado ou pelos órgãos e entes da Administração Municipal no prazo de 10 (dez) dias, salvo outro prazo menor estabelecido na própria manifestação jurídica.

§ 3º. Os processos relativos a termos aditivos de contratos, convênios ou ajustes de qualquer natureza, deverão ser enviados com instrução completa para apreciação da Procuradoria-Geral do Município com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da expiração do prazo.

§ 4º. Os Procuradores do Município, no exercício de sua função de consultoria e assessoria jurídica, poderão não limitar seus pronunciamentos aos questionamentos jurídicos que lhe forem formulados objetivamente nos processos, estando autorizados à análise de todos os aspectos das demais questões jurídicas envolvidas nos feitos sob exame, podendo prestar orientação jurídica quanto à adoção de medidas aptas a permitir a efetividade da ação administrativa, em conformidade com os preceitos legais.

Art. 8º. O Procurador do Município poderá, no caso concreto, requisitar quaisquer outros documentos e informações necessários para a instrução dos autos.

Parágrafo único. O não cumprimento satisfatório, no prazo de 10 (dez) dias, caso outro não seja estabelecido, das diligências da Procuradoria-Geral do Município, poderá ensejar, nos termos da lei, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do agente público incumbido da instrução dos autos, no órgão ou entidade para o qual foi diligenciado ou no de origem do feito, desde que sua ineficiência tenha contribuído para a lesão de interesse público ou da efetividade dos atos da Administração.

Art. 9º. É vedada:

- I – a juntada de documentos em processos, sem o devido termo que a formalize;
- II – a juntada de documentos e a menção de atos e fatos relacionados a outros processos que não tenham ligação, direta ou indiretamente, com o assunto do processo, e que não sejam imprescindíveis para a exata compreensão e fundamentação do abordado nos autos;
- III – a reinclusão de documentos que já constem do processo, salvo para a retificação de dados ou informações;
- IV – a inclusão de peça impressa em papel fac-símile, devendo, nesse caso, ser juntada sua cópia reprográfica;
- V – a retirada ou substituição de folhas de processo, salvo na existência de motivo que justifique a anulação de documentos integrantes.

§ 1º. O documento imprestável, a ser substituído, deverá ser mantido nos autos, na paginação em que se encontra e receber a anotação “ANULADO” ou “SEM EFEITO”, constando em folha de despacho a devida justificativa seguida de assinatura ou rubrica do responsável, aposta sobre o seu nome, função e matrícula, carimbados ou digitados.

§ 2º. Na ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o processo deve ser reorganizado e as folhas renumeradas e rubricadas a tinta, devendo este procedimento, da mesma forma que o cancelamento das folhas anteriores, ser consignado no processo.

Art. 10. A configuração, elaboração e redação das peças forenses e extrajudiciais a cargo dos Procuradores do Município obedecerão, no que couber, ao disposto nesta Lei.

CAPÍTULO II



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

DA ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 11. Integram a Procuradoria-Geral do Município:

I – o Conselho Superior;

II – o Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município;

III – as Procuradorias Especializadas, assim compreendidas:

- a) Procuradoria Especializada Administrativa;
- b) Procuradoria Especializada Legislativa;
- c) Procuradoria Especializada de Licitações, Contratos e Convênios;
- d) Procuradoria Especializada da Fazenda Municipal;
- e) Procuradoria Especializada Trabalhista e Previdenciária;
- f) Procuradoria Especializada Urbanística e Ambiental;
- g) Procuradoria Especializada Judicial;

IV – as Procuradorias Setoriais;

V – as Comissões Permanentes:

- a) de Inquérito Administrativo;
- b) de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas;

VI – o Núcleo Especial para Ações Estratégicas e Acompanhamento de Ações e Recursos Relevantes nos Tribunais Superiores;

VII – o Centro de Estudos;

VIII – a Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira, que terá a seguinte composição:

- a) Coordenadoria Setorial de Administração;
- b) Coordenadoria Setorial de Recursos Humanos;
- c) Coordenadoria Setorial de Orçamento e Finanças;
- d) Coordenadoria Setorial de Tecnologia da Informação.

Art. 12. A Procuradoria-Geral do Município é composta por 40 (quarenta) cargos efetivos de Procurador do Município, preenchidos por Bacharéis em Direito aprovados em concurso público de provas e títulos que comprovem, no ato da posse, inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e no mínimo 03 (três) anos de prática forense, nomeados pelo Prefeito de Maceió.

Parágrafo único. Quando, em razão de vacância do cargo de Procurador, o número de Procuradores em efetivo exercício for inferior a 35 (trinta e cinco), o Procurador-Geral do Município solicitará obrigatoriamente a abertura de Concurso Público de provas e títulos para preenchimento das vagas existentes, observados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 13. A Procuradoria-Geral do Município terá quadro de pessoal próprio, contando com cargos diretivos e de assessoramento, de provimento efetivo e de provimento em comissão, que atendam às peculiaridades e às necessidades de apoio técnico administrativo e das atividades institucionais.

§ 1º. Integram a presente Lei os seguintes anexos:



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

- I – Anexo I: Tabela de Cargos de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral do Município;
- II – Anexo II: Tabela de Funções Gratificadas da Procuradoria-Geral do Município;
- III – Anexo III: Tabela de Cargos de Provimento em Comissão da Procuradoria-Geral do Município.

§ 2º. Os ocupantes dos cargos de provimento efetivo, listados no Anexo I da presente Lei, desempenharão suas atribuições nos diversos setores da Procuradoria-Geral do Município, de acordo com as necessidades do serviço e os interesses da Administração Pública, através de designação do Procurador-Geral do Município mediante publicação de Portaria no Diário Oficial do Município.

§ 3º. As atribuições dos cargos de Assistente/Serviços Administrativos, Assistente/Serviços Operacionais, Auxiliar/Apoio Administrativo e Auxiliar/Serviços Gerais são aquelas previstas o Anexo 03 da Lei Municipal nº 4974, de 31/03/2000; e as atribuições do cargo de Agente de Gestão são aquelas previstas na alínea "a" do § 1º do artigo 1º da Lei Municipal nº 6133, de 04/04/2012.

CAPÍTULO III
DO CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Seção I
DOS CONSELHEIROS

Art. 14. O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município é órgão consultivo e deliberativo acerca das proposições que lhe forem submetidas, sendo presidido pelo Procurador-Geral do Município.

Art. 15. Integram o Conselho Superior, na qualidade de Conselheiros:

- I – o Procurador-Geral do Município;
- II – o Procurador-Geral Adjunto do Município;
- III – os Procuradores Chefes das Procuradorias Especializadas;
- IV – o Presidente da Associação dos Procuradores do Município de Maceió.

Seção II
DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 16. Compete ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município:

- I – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- II – examinar matérias jurídicas de interesse do Município, da Procuradoria-Geral do Município ou concernentes à carreira de Procurador do Município, propondo as medidas necessárias à defesa do interesse público e ao aperfeiçoamento institucional;
- III – apreciar o relatório apresentado a propósito do estágio probatório dos Procuradores do Município e emitir juízo de mérito administrativo sobre a confirmação na carreira;
- IV – opinar sobre a conveniência da concessão de licença para qualificação profissional de titular do cargo de Procurador do Município;
- V – analisar e manifestar-se sobre:
 - a) matéria considerada relevante pelo Procurador-Geral do Município;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

b) pronunciamentos divergentes a respeito da mesma matéria, com o fim de assegurar a uniformidade da orientação jurídica dentro da Procuradoria-Geral do Município;

VI – exercer as atribuições de fiscalização e controle do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município, especialmente quanto:

a) ao controle contábil dos seus recursos;

b) às suas atividades, inclusive a realização de convênios, contratos ou quaisquer ajustes com entidades públicas e privadas;

c) ao ingresso de receitas e aplicações dos seus recursos;

d) à liberação de quantias destinadas aos seus fins institucionais;

e) à realização de operações bancárias de grande vulto;

f) à deliberação sobre a aplicação de recursos do Fundo, respeitados os critérios de rateio de honorários advocatícios estabelecidos nesta Lei;

VII – consolidar a jurisprudência administrativa da Procuradoria-Geral do Município, organizando-a em súmulas por deliberação de ofício ou por provocação do Prefeito Municipal, do Procurador-Geral do Município, de Secretário Municipal ou de qualquer Procurador;

VIII – opinar sobre Projetos de Lei, Decretos ou qualquer outro ato normativo que interesse ao funcionamento da Procuradoria-Geral do Município;

IX – exercer o controle da legalidade dos atos de remoção, reversão, relocação, deslocamento, permuta *ex-officio*, aproveitamento e cessão de Procurador de Município, dirimindo dúvidas ou controvérsias quanto a conflitos de interesses;

X – decidir acerca da avaliação sobre o desempenho de Procurador do Município, no cumprimento de estágio probatório, aprovando-a ou a rejeitando;

XI – determinar correções extraordinárias, justificadamente;

XII – aprovar ou rejeitar a destinação do percentual que cabe ao Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município de Maceió, após haver o rateio dos honorários entre os Procuradores do Município;

XIII – apreciar, para fins de aprovação ou rejeição, as contas prestadas anualmente pelo Procurador-Geral do Município, referentes ao dispêndio dos recursos provenientes do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município de Maceió, oriundos do rateio de honorários;

XIV – aprovar os Regimentos Internos do Núcleo Especial para Ações Estratégicas e Acompanhamento de Ações e Recursos Relevantes nos Tribunais Superiores, e, Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município;

XV – deliberar acerca da deflagração de concurso público para cargos dos quadros da Procuradoria-Geral do Município, bem assim sobre sua prorrogação;

XVI – autorizar a realização de processo seletivo simplificado para a contratação de estagiários pela Procuradoria-Geral do Município;

XVII – deliberar sobre a possibilidade de afastamento do Coordenador do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município das suas atribuições originárias do cargo de Procurador do Município;

XVIII – instituir o Regulamento com critérios e procedimentos de avaliação para fins de progressão por mérito;

XIX – exercer outras atribuições que lhe sejam deferidas por lei ou intrinsecamente ligadas às suas competências previstas nesta Lei Orgânica.

§1º. A instalação das assembleias do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município, assim como as suas deliberações, dar-se-ão com a maioria absoluta de seus membros.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º. As deliberações relativas à aplicação de penas e rejeição do estágio probatório serão tomadas por, no mínimo, dois terços (2/3) dos votos de todos os Conselheiros do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município.

§ 3º. Todas as deliberações do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município serão públicas, bem como os votos dos Conselheiros, e fundamentadas as decisões.

§ 4º. Em caso de empate nas deliberações do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município, o Procurador-Geral do Município terá voto de qualidade.

Art. 17. O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, na última semana, e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo Procurador-Geral do Município ou a requerimento formal de pelo menos 05 (cinco) dos seus Conselheiros, endereçado ao Procurador-Geral do Município ou, na sua falta, ao Procurador-Geral Adjunto do Município.

Parágrafo único. O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município emitirá pronunciamentos conclusivos sobre as matérias que lhe sejam encaminhadas pelos legitimados, no prazo peremptório de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo pelo relator.

Art. 18. As atividades de apoio administrativo e secretariado do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município serão desenvolvidas pelos servidores lotados no Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município.

CAPÍTULO IV
DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO E DO PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO MUNICÍPIO

Seção I
DO PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 19. A Procuradoria-Geral do Município é dirigida pelo Procurador-Geral do Município, cargo de provimento em comissão (Símbolo NES-1), tendo as mesmas prerrogativas dos Secretários Municipais.

Art. 20. São requisitos para preenchimento do cargo de Procurador-Geral do Município:

I – encontrar-se regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Alagoas;

II – ter conduta ilibada e notável saber jurídico, com experiência e atuação comprovadas em Direito Público;

III – ser maior de 30 (trinta) anos;

IV – ter, pelo menos, 10 (dez) anos de exercício comprovado de advocacia pública ou privada;

V – não ter sofrido, nos últimos 10 (dez) anos penalidades de suspensão ou exclusão, por decisão transitada em julgado em razão de infração ético-disciplinar, aplicada pela Ordem dos Advogados do Brasil ou qualquer de suas seccionais;

VI – não ter vedação, pela Lei Orgânica do Município de Maceió, para o exercício de cargo de Secretário Municipal;

VII – não ter sido condenado, com decisão transitada em julgado, por atos de improbidade administrativa, crimes contra a Administração Pública ou ação de ressarcimento por danos ao erário ou ao patrimônio público.

Parágrafo único. Caso a escolha para o exercício do cargo de provimento em comissão de Procurador-Geral do Município recaia sobre um Procurador do Município de carreira, apenas aqueles que tenham adquirido a



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

Estabilidade nesse cargo, e que tenham cumprido o Estágio Probatório, poderão ser nomeados para o exercício desse cargo de provimento em comissão.

Art. 21. São atribuições do Procurador-Geral do Município:

- I – dirigir a Procuradoria-Geral do Município, coordenando e orientando suas atividades e a sua atuação;
- II – exercer a gestão operacional do órgão e representá-lo em quaisquer instâncias administrativas ou judiciais;
- III – apresentar as informações a serem prestadas pelo Prefeito de Maceió nas ações de controle concentrado de constitucionalidade e nas relativas a medidas impugnadoras de ato ou omissão municipal;
- IV – receber citação inicial;
- V – receber as requisições de pagamento, tanto as de pequeno valor, como aquelas via precatório;
- VI – assessorar o Prefeito de Maceió em assuntos jurídicos, elaborar pareceres e estudos, propor a edição de normas, medidas e diretrizes;
- VII – assistir o Prefeito de Maceió no controle interno da constitucionalidade e legalidade dos atos da Administração Municipal;
- VIII – sugerir ao Prefeito de Maceió a promoção de medidas de caráter jurídico, reclamadas pelo interesse público;
- IX – representar institucionalmente o Prefeito de Maceió junto ao Tribunal de Contas do Estado;
- X – solicitar ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município a unificação da jurisprudência administrativa;
- XI – editar enunciados de súmulas administrativas ou instruções normativas, após o pronunciamento conclusivo do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município;
- XII – proferir decisão nas Sindicâncias e nos Processos Administrativos Disciplinares promovidos contra Procuradores Municipais, aplicando-lhes as penalidades cabíveis, salvo a pena de demissão;
- XIII – homologar, juntamente com o Chefe do Poder Executivo Municipal, os resultados de concursos públicos de ingresso na carreira de Procurador Municipal;
- XIV – promover a distribuição dos servidores e dos Procuradores Municipais na estrutura organizacional da Procuradoria-Geral do Município;
- XV – editar atos normativos ou não normativos;
- XVI – sugerir ao Prefeito a designação do Procurador-Geral Adjunto do Município, dos Procuradores Chefes das Procuradorias Especializadas, dos membros das Comissões Permanentes de Inquérito Administrativo e de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas, do Núcleo Especial para Ações Estratégicas e Acompanhamento de Ações e Recursos Relevantes nos Tribunais Superiores, e a nomeação dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão da Procuradoria-Geral do Município;
- XVII – propor ao Prefeito as alterações na carreira dos Procuradores Municipais e nesta Lei Orgânica, após prévio parecer do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município;
- XVIII – propor a criação, a extinção ou a modificação, através de lei, de unidades operacionais da estrutura da Procuradoria-Geral do Município;
- XIX – promover e coordenar o assessoramento e a consultoria jurídicos, bem como a representação judicial e extrajudicial da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional;
- XX – coordenar, supervisionar e orientar a atuação dos órgãos da Procuradoria-Geral do Município;
- XXI – elaborar o Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Município, a ser instituído por Decreto;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

XXII – propor ao Prefeito a revogação ou a anulação de atos emanados da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional;

XXIII – delegar a Procuradores Municipais o exercício de funções de sua competência, segundo as necessidades do serviço;

XXIV – dirimir entendimentos divergentes no âmbito das Procuradorias Especializadas e destas com as Procuradorias Setoriais;

XXV – dirimir conflitos de competência entre as Procuradorias Especializadas;

XXVI – exercer outras atribuições necessárias, nos termos do Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Município, ou que lhe forem atribuídas por lei.

Art. 22. Salvo nos casos autorizados por lei, dependem de prévia autorização do Prefeito, devidamente justificada na supremacia do interesse público e nos princípios constitucionais que regem a Administração, as seguintes condutas a serem adotadas pelo Procurador-Geral do Município:

I – transação judicial e extrajudicial;

II – renúncia ao direito sobre que se fundamenta a ação;

III – assunção de compromisso arbitral.

Art. 23. O Procurador-Geral do Município não poderá integrar as Comissões Permanentes de Inquérito Administrativo e de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas, e o Núcleo Especial para Ações Estratégicas e Acompanhamento de Ações e Recursos Relevantes nos Tribunais Superiores.

Art. 24. Aplica-se ao Procurador-Geral do Município as disposições sobre prerrogativas, garantias, deveres, proibições e impedimentos previstos no Título IV desta Lei.

Parágrafo único. Em qualquer caso de proibição e/ou impedimento, o Procurador-Geral do Município dará ciência do fato ao Procurador-Geral Adjunto do Município, para os devidos fins.

Art. 25. O Procurador-Geral do Município poderá, a seu critério e observada a necessidade do serviço, integrar os recursos humanos necessários ao desempenho das funções do seu Gabinete, mediante a escolha de pessoal do apoio administrativo para auxílio das atividades do seu Gabinete.

Parágrafo único. A designação de servidores, nos termos do *caput* deste artigo, dar-se-á por Portaria do Procurador-Geral do Município, publicada no Diário Oficial do Município de Maceió.

Seção II
DO PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO MUNICÍPIO

Art. 26. Ao Procurador-Geral Adjunto do Município, escolhido dentre os Procuradores efetivos do Município de Maceió, e que tenham adquirido a Estabilidade no citado Cargo, e que tenham cumprido o Estágio Probatório, cabe o assessoramento imediato e especializado do titular da Procuradoria-Geral do Município, em matérias de sua competência.

Parágrafo único. O Procurador do Município investido nas funções de Procurador-Geral Adjunto do Município, fará jus à Gratificação de Função prevista no artigo 137, I, desta Lei.

Art. 27. Ao Procurador-Geral Adjunto do Município são conferidas as mesmas prerrogativas e vantagens asseguradas ao Procurador-Geral do Município, quando no exercício da titularidade da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 28. Compete ao Procurador-Geral Adjunto do Município:



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

- I – coordenar as atividades dos órgãos operativos da Procuradoria-Geral do Município;
- II – receber e distribuir, para as diversas unidades operativas, conforme a competência de cada uma, processos ou consultas administrativas para elaboração de informações ou pareceres, bem assim os expedientes para propositura de ações ou defesa em juízo dos interesses do Município de Maceió;
- III – propor ao Procurador-Geral do Município medidas que entenda necessárias à melhoria dos serviços afetos à Procuradoria-Geral do Município;
- IV – editar, quando autorizado pelo Procurador-Geral do Município, atos normativos do interesse da Procuradoria-Geral do Município;
- V – promover a uniformização de procedimentos e a cooperação entre os diversos órgãos operativos da Procuradoria-Geral do Município;
- VI – exercer, por delegação do Procurador-Geral do Município, as atribuições de caráter correicional de fiscalização, disciplinamento e orientação das atividades da Procuradoria-Geral do Município;
- VII – exercer, por delegação do Procurador-Geral do Município, outras atribuições compatíveis.

Art. 29. As funções correicionais atribuídas ao Procurador-Geral Adjunto do Município serão exercidas nos limites que lhe forem definidos por ato do Procurador-Geral do Município, podendo abranger:

- I – a fiscalização das atividades dos Procuradores do Município;
- II – a realização de correição ordinária anual em cada uma das Procuradorias Especializadas, nas Comissões Permanentes de Inquérito Administrativo e de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicos, e no Núcleo Especial para Ações Estratégicas e Acompanhamento de Ações e Recursos Relevantes nos Tribunais Superiores;
- III – a proposição, ao Procurador-Geral do Município, para expedição de instruções visando à regularidade e ao aperfeiçoamento da atividade dos Procuradores do Município e órgãos de apoio;
- IV – o recebimento e processamento de reclamações e representações contra os Procuradores do Município, para apuração preliminar da procedência e encaminhamento à Comissão Permanente de Inquérito Administrativo para o respectivo processamento;
- V – a realização de inspeções periódicas nas diversas dependências da Procuradoria-Geral do Município e dos setores jurídicos da Administração Autárquica e Fundacional;
- VI – a avaliação do desempenho profissional de cada Procurador do Município, inclusive daqueles em estágio probatório, com emissão de parecer fundamentado para apreciação do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município.

Seção III

DA CHEFIA DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 30. O cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral do Município (Símbolo DAS-5) é de livre nomeação pelo Prefeito, por indicação do Procurador-Geral do Município.

Parágrafo único. O Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral do Município será escolhido dentre profissionais com formação superior.

Art. 31. Compete ao Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral do Município:

- I – auxiliar o Procurador-Geral do Município e o Procurador-Geral Adjunto do Município nas rotinas administrativas de suas funções;
- II – responder pelo protocolo e tramitação de processos e documentos encaminhados ao Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

- III – elaborar expedientes e comunicações oficiais do Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município com os demais órgãos e entidades da Administração Municipal;
- IV – elaborar a resenha diária dos atos do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município;
- V – organizar a agenda de compromissos do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município;
- VI – atender o público no horário de atendimento e compromissos do Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município;
- VII – auxiliar o Procurador-Geral do Município e o Procurador-Geral Adjunto do Município em seus compromissos e reuniões;
- VIII – organizar e controlar as publicações do Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município no Diário Oficial do Município;
- IX – cumprir as demais determinações pertinentes ao serviço.

Seção IV

**DA ASSESSORIA SUPERIOR DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO E DO
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO MUNICÍPIO**

Art. 32. A Assessoria Superior do Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município será exercida por Procuradores do Município integrantes da carreira, escolhidos livremente pelo Procurador-Geral do Município dentre os Procuradores em efetivo exercício.

Parágrafo único. A designação de Procurador do Município para composição da Assessoria Superior do Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município dar-se-á por Portaria do Procurador-Geral do Município, publicada no Diário Oficial do Município.

Art. 33. Compete à Assessoria Superior do Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município apreciar todos os casos que lhe forem determinados, em quaisquer matérias jurídicas submetidas ao exame da Procuradoria-Geral do Município, especialmente:

- I – o assessoramento direto ao Procurador-Geral do Município e ao Procurador-Geral Adjunto do Município, na apreciação das matérias jurídicas já analisadas pelas Procuradorias Especializadas;
- II – apreciar previamente os casos submetidos à manifestação final do Procurador-Geral do Município, que extrapolam a competência de mais de uma Procuradoria Especializada, ou que eventualmente não se enquadram na competência de qualquer delas;
- III – sugerir ao Procurador-Geral do Município:
 - a) o reexame de matérias já apreciadas anteriormente, para adequação do entendimento jurídico à nova legislação ou diretrizes tomadas pela gestão do órgão jurídico;
 - b) a reavaliação de matérias jurídicas para fins de uniformização, consolidação de entendimentos ou compatibilização com novos pronunciamentos jurisprudenciais;
- IV – sugerir diligências complementares nos casos analisados pelas Procuradorias Especializadas, antes do pronunciamento final do Procurador-Geral do Município ou do Procurador-Geral Adjunto do Município.

Seção V



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

**DA ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO E DO
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO MUNICÍPIO**

Art. 34. A Assessoria Especial do Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município será exercida pelo cargo de provimento em comissão de Assessor Especial (Símbolo DAS-6), de livre nomeação pelo Prefeito, por indicação do Procurador-Geral do Município.

Parágrafo único. É requisito para a nomeação no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial o diploma de Bacharel em Direito.

Art. 35. Compete à Assessoria Especial do Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município o assessoramento técnico ao Procurador-Geral do Município, ao Procurador-Geral Adjunto do Município e à Assessoria Superior de seu Gabinete.

Seção VI

**DA ASSISTÊNCIA DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO E DO PROCURADOR-GERAL
ADJUNTO DO MUNICÍPIO**

Art. 36. A Assistência do Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município será exercida pelo cargo de provimento em comissão de Assistente de Gabinete II (Símbolo DAS-2), de livre nomeação pelo Prefeito, por indicação do Procurador-Geral do Município.

Art. 37. Compete ao Assistente de Gabinete II auxiliar o Procurador-Geral do Município, o Procurador-Geral Adjunto do Município, a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral do Município, as Assessorias Superior e Especial do Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município no desempenho de suas atribuições.

Parágrafo único. O Procurador-Geral do Município, mediante Portaria publicada no Diário Oficial do Município, poderá designar o Assistente de Gabinete II para desempenhar suas atribuições nos diversos setores da Procuradoria-Geral do Município, de acordo com as necessidades do serviço e os interesses da Administração Pública.

CAPÍTULO V

DAS PROCURADORIAS ESPECIALIZADAS

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS PROCURADORIAS ESPECIALIZADAS

Subseção I

Da Organização Administrativa

Art. 38. Além das atribuições fixadas nesta Lei para cada uma das Procuradorias Especializadas, é competência comum a todas:

- I – orientar os órgãos e as entidades da Administração Municipal acerca de matérias de sua competência;
- II – elaborar anteprojeto de leis e regulamentos sobre matérias de sua competência, encaminhando-os, como sugestão, ao Procurador-Geral do Município;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

III – sugerir ao Procurador-Geral do Município providências para a declaração de nulidade de atos administrativos ou a propositura de ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, nas matérias de sua competência;

IV – emitir pronunciamentos jurídicos sobre matérias de sua competência;

V – indicar ao Procurador-Geral do Município as orientações dominantes que possam resultar em súmulas da jurisprudência administrativa, nas matérias de sua competência.

Parágrafo único. As Procuradorias Especializadas, no âmbito de suas competências, exercerão o juízo de avaliação dos casos decididos pelas Procuradorias Setoriais.

Art. 39. O Procurador-Geral do Município, em casos específicos, poderá alocar o acompanhamento judicial de determinadas causas a determinadas Procuradorias Especializadas, assim como decidir, em qualquer hipótese, conflitos de competência para fixação da Procuradoria Especializada incumbida do acompanhamento das ações de interesse do Município de Maceió.

Art. 40. Sem prejuízo de sua competência advocatória relativamente a quaisquer processos administrativos ou judiciais de interesse do Município de Maceió, ato do Procurador-Geral do Município definirá as matérias que, apreciadas pelas Procuradorias Especializadas, deverão obrigatoriamente ser submetidas à sua avaliação final.

Subseção II
Das Chefias das Procuradorias Especializadas

Art. 41. A investidura nas funções de Procuradores Chefes das Procuradorias Especializadas é privativa dos Procuradores do Município efetivos da carreira, mesmo que ainda não tenham cumprido o Estágio Probatório, e mesmo que ainda não tenham adquirido a Estabilidade no Cargo de Procurador do Município.

Parágrafo único. O Procurador do Município investido nas funções de Procurador Chefe de Procuradoria Especializada, mesmo que ainda não tenha cumprido o Estágio Probatório, e mesmo que ainda não tenha cumprido o Estágio Probatório, fará jus à Gratificação de Função prevista no artigo 137, II, desta Lei, uma vez que essa Gratificação é uma vantagem pecuniária inerente à natureza do Cargo de Procurador do Município, visto ser uma função cujo exercício é privativa desse Cargo.

Art. 42. Havendo recusa ou desinteresse dos integrantes da carreira em assumir a chefia de Procuradoria Especializada, a designação do Procurador do Município que por ela responderá, ainda que transitoriamente, dar-se-á por ato do Procurador Geral do Município, sendo vedada a recusa ao seu exercício.

Art. 43. Não poderá ser nomeado para a função de Procurador Chefe de Procuradoria Especializada o Procurador do Município:

I – em situação idêntica à que a Lei Orgânica do Município vedar aos agentes públicos para o exercício de cargo de Secretário Municipal;

II – punido com suspensão aplicada por decisão transitada em julgado decorrente de apuração pela Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, até o prazo de 05 (cinco) anos posteriores ao cumprimento da pena;

III – punido com pena de suspensão aplicada por decisão transitada em julgado decorrente de infração ético-disciplinar, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil, até o prazo de 05 (cinco) anos posteriores ao cumprimento da pena;

IV – que esteja respondendo judicialmente por improbidade administrativa, crimes contra a Administração Pública ou ação de ressarcimento por danos ao erário ou ao patrimônio público.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. A superveniência de quaisquer das situações previstas nos incisos do *caput* deste artigo, ao Procurador do Município que estiver no exercício da função de Procurador Chefe de Procuradoria Especializada, autorizará automaticamente a sua destituição.

Art. 44. O exercício da função de Procurador Chefe de Procuradoria Especializada se configura, para todos os efeitos, como exercício de função pública relevante.

Art. 45. Os Procuradores Chefes das Procuradorias Especializadas exercerão regularmente a representação judicial e extrajudicial da Administração Municipal.

Art. 46. No âmbito de suas respectivas competências, os Procuradores Chefes das Procuradorias Especializadas consolidarão os seus entendimentos jurídicos sobre as matérias que lhes forem submetidas.

Art. 47. Os Procuradores do Município, mediante a concordância do Procurador Chefe da Procuradoria Especializada, ficam dispensados de impugnar e de interpor recursos, bem como podem desistir dos já interpostos, quando se tratar de questão sobre a qual exista jurisprudência pacífica, no mesmo sentido do pleito do particular ou quando o recurso for manifestamente inadmissível.

§ 1º. São entendidos como jurisprudência pacífica, para fins deste artigo, os seguintes casos:

- I – súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;
- II – acórdão de Órgão Plenário do Supremo Tribunal Federal ou Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça;
- III – decisão proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal de Justiça de Alagoas;
- IV – decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça sob a sistemática de repercussão geral ou de recurso repetitivo;
- V – outras situações previstas em ato do Procurador-Geral do Município.

§ 2º. No caso de recurso manifestamente inadmissível, caberá ao Procurador Chefe da Procuradoria Especializada, em despacho fundamentado, reconhecer esta condição, submetendo-o à aprovação do Procurador-Geral do Município.

Seção II
DA PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA

Art. 48. Compete à Procuradoria Especializada Administrativa o assessoramento jurídico na esfera de sua competência ao Prefeito de Maceió, ao Procurador-Geral do Município, aos Secretários Municipais e dirigentes das entidades da Administração Municipal Indireta, e:

I – responder, mediante pareceres opinativos, às consultas formuladas em tese ou em casos concretos, pelas autoridades referidas no *caput* deste artigo, nas questões de Direito Administrativo afetas às suas atribuições, especialmente sobre:

- a) organização da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;
- b) agentes públicos, cargos e funções públicas, planos de cargos e carreiras e remuneração dos agentes públicos;
- c) concursos públicos, provimentos e vacância de cargos;
- d) regime jurídico, direitos e deveres dos servidores públicos municipais e regime disciplinar;
- e) atos administrativos;
- f) responsabilidade administrativa civil e criminal dos agentes públicos;



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔBO SILVA, Advogado

Data e hora da assinatura: 20/07/2023 20:02:28

Identificador: 4058000.13317110

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.trf4.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

Via Desembargador Almeida Guimarães, 87 - Pajuçara - Maceió

CEP: 57030-016 | Fone: +55 (82) 3315-5070



23072018094942400000013404742



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

- g) regime próprio de previdência social dos servidores municipais, aposentadorias e pensões;
- II – exercer orientação normativa, em área de sua competência, para as Procuradorias Setoriais dos órgãos e entidades da Administração Municipal, após avaliação do conjunto de seus pronunciamentos;
- III – prestar assessoria jurídica:
 - a) às unidades de recursos humanos dos órgãos e entidades da Administração Municipal Direta e Indireta;
 - b) em caráter suplementar, nos casos de relevante interesse público, quando assim decidido pelo Procurador-Geral do Município ou Procurador-Geral Adjunto do Município, à unidade gestora do regime próprio de previdência social dos servidores municipais;
- IV – analisar os casos que lhe forem submetidos pelo Procurador-Geral do Município ou Procurador-Geral Adjunto do Município;
- V – outras atividades correlatas com a natureza das matérias que lhe forem submetidas.

Seção III
DA PROCURADORIA ESPECIALIZADA LEGISLATIVA

Art. 49. Compete à Procuradoria Especializada Legislativa o assessoramento jurídico na esfera de sua competência ao Prefeito de Maceió, ao Procurador-Geral do Município, aos Secretários Municipais e dirigentes das entidades da Administração Municipal Indireta, e:

- I – responder, mediante pareceres opinativos, às consultas formuladas em tese ou em casos concretos, pelas autoridades referidas no *caput* deste artigo, nas questões pertinentes à legislação e ao Direito Municipal;
- II – organizar e consolidar a legislação municipal de Maceió segundo critérios oficiais de indexação, para fins de orientação aos órgãos e entidades da Administração Municipal;
- III – analisar a constitucionalidade e a compatibilidade da legislação local com a Constituição Federal, a Constituição Estadual de Alagoas, a Lei Orgânica do Município de Maceió e a legislação nacional;
- IV – acompanhar o processo legislativo municipal;
- V – opinar sobre as minutas de Projetos de Lei, Decretos e outros atos normativos no âmbito da Administração Municipal;
- VI – analisar o cumprimento dos requisitos legais para o envio, ao Poder Legislativo, dos Projetos de Lei:
 - a) do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;
 - b) do Plano Diretor e dos Códigos Municipais;
 - c) que criem despesas para o Poder Executivo Municipal;
- VII – analisar os Projetos de Lei aprovados pelo Poder Legislativo e submetidos ao Poder Executivo para sanção ou veto;
- VIII – exercer orientação normativa, em área de sua competência, para as Procuradorias Setoriais dos órgãos e entidades da Administração Municipal, após avaliação do conjunto de seus pronunciamentos;
- IX – analisar os casos que lhe forem submetidos pelo Procurador-Geral do Município ou Procurador-Geral Adjunto do Município;
- X – outras atividades correlatas com a natureza das matérias que lhe forem submetidas.

Seção IV
DA PROCURADORIA ESPECIALIZADA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

Art. 50. Compete à Procuradoria Especializada de Licitações, Contratos e Convênios o assessoramento jurídico na esfera de sua competência ao Prefeito de Maceió, ao Procurador-Geral do Município, aos Secretários Municipais e dirigentes das entidades da Administração Municipal Indireta, e:

I – responder, mediante pareceres opinativos, às consultas formuladas em tese ou em casos concretos, pelas autoridades referidas no *caput* deste artigo, nas questões de afetas às suas atribuições, especialmente sobre:

- a) procedimentos licitatórios e chamadas públicas;
- b) documentos, minutas de atos ou negócios jurídicos, convênios ou quaisquer ajustes que envolvam obrigação a ser contraída pelo Município;
- c) hipóteses de dispensa, inexigibilidade de licitação e contratação direta;
- d) editais e instrumentos convocatórios, fases interna e externa das licitações e chamadas públicas;
- e) concessão e permissão da prestação de serviços públicos;
- f) terceirização de serviços públicos;
- g) legalidade de planos de trabalho, contratos, convênios, termos e quaisquer espécies de instrumentos representativos de ajustes da Administração Municipal com terceiros;

II – exercer orientação normativa, em área de sua competência, para as Procuradorias Setoriais dos órgãos e entidades da Administração Municipal, após avaliação do conjunto de seus pronunciamentos;

III – pronunciar-se na fase externa dos procedimentos licitatórios e dos processos de dispensa em razão do valor, bem como nos de inexigibilidade que não ultrapassem este valor, quando o titular da pasta solicitar a emissão de parecer invocando justificativa excepcional;

IV – representar e defender os interesses do Município perante o Tribunal de Contas da União e do Estado, nos assuntos de sua competência especializada;

V – analisar os casos que lhe forem submetidos pelo Procurador-Geral do Município ou Procurador-Geral Adjunto do Município;

VI – outras atividades correlatas com a natureza das matérias que lhe forem submetidas.

Seção V
DA PROCURADORIA ESPECIALIZADA DA FAZENDA MUNICIPAL

Art. 51. Compete à Procuradoria Especializada da Fazenda Municipal o assessoramento jurídico na esfera de sua competência ao Prefeito de Maceió, ao Procurador-Geral do Município, aos Secretários Municipais e dirigentes das entidades da Administração Municipal Indireta, e:

I – responder, mediante pareceres opinativos, às consultas formuladas em tese ou em casos concretos, pelas autoridades referidas no *caput* deste artigo, nas questões afetas às suas atribuições;

II – promover a inscrição e cobrança extrajudicial dos débitos tributários e não tributários na Dívida Ativa do Município, podendo essas competências ser delegadas para a Secretaria Municipal de Finanças, através de ato próprio do Procurador-Geral do Município;

III – efetuar a cobrança judicial dos créditos do Município de Maceió inscritos na Dívida Ativa;

IV – exercer orientação normativa, em área de sua competência, para as Procuradorias Setoriais dos órgãos e entidades da Administração Municipal, após avaliação do conjunto de seus pronunciamentos;

V – defender em Juízo, em qualquer instância ou tribunal, os interesses do Município de Maceió e das entidades da Administração Municipal Indireta, nas causas em que o Poder Público Municipal figure como autor, réu, litisconsorte ou terceiro interessado, ou de qualquer modo tenha interesse, ainda que indireto, no objeto das demandas afetas à sua área de competência;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

VI – cooperar com as Procuradorias Setoriais ou, na ausência destas, elaborar as informações a serem prestadas pelo Prefeito, Secretários Municipais e dirigentes de entidades da Administração Indireta, em ações de mandado de segurança, *habeas data*, mandado de injunção ou ações correlatas, nas demandas afetas à sua área de competência;

VII – organizar e manter atualizados os registros de tramitação dos processos judiciais em que o Município de Maceió ou entidades da Administração Municipal Indireta figurem como parte ou terceiro interessado, nas demandas afetas à sua área de competência;

VIII – praticar todos os atos processuais no acompanhamento das demandas de interesse do Município e suas entidades, nas demandas afetas à sua área de competência;

IX – apreciar processos administrativos com implicações diretas ou decorrentes de processos judiciais de interesse do Município de Maceió e de suas entidades, nas demandas afetas à sua área de competência;

X – adotar todas as medidas judiciais para a defesa dos interesses do Município de Maceió e das entidades integrantes da Administração Municipal Indireta, nas demandas afetas à sua área de competência;

XI – responder a consultas tributárias formuladas à Procuradoria-Geral do Município;

XII – acompanhar, em processos judiciais com interesse direto, indireto ou mera implicação aos interesses jurídicos da municipalidade, a oitiva do Prefeito, do Vice-Prefeito, de Secretários Municipais e dirigentes de entidades da Administração Municipal Indireta, quando o mérito das ações envolver matérias de interesse público do Município de Maceió ou interesses difusos e coletivos com implicações à atuação do Poder Público Municipal, nas demandas afetas à sua área de competência;

XIII – apreciar feitos administrativos relativos à constituição, modificação ou extinção de créditos tributários ou de qualquer natureza passíveis de inscrição em Dívida Ativa do Município, inclusive sobre casos concretos de prescrição e decadência;

XIV – atuar perante o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas da União, nos feitos de interesse da Administração Municipal Direta e Indireta, nas demandas afetas à sua área de competência;

XV – atuar perante o Ministério Público Estadual e/ou Federal na defesa dos interesses do Município de Maceió e de suas entidades, nas questões afetas à sua competência;

XVI – atuar em quaisquer instâncias administrativas, por determinação do Prefeito ou Procurador-Geral do Município, em questões de interesse da Administração Municipal Direta e Indireta, nas demandas afetas à sua área de competência;

XVII – analisar os casos que lhe forem submetidos pelo Procurador-Geral do Município ou Procurador-Geral Adjunto do Município;

XVIII – outras atividades correlatas com a natureza das matérias que lhe forem submetidas.

Seção VI
DA PROCURADORIA ESPECIALIZADA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

Art. 52. Compete à Procuradoria Especializada Trabalhista e Previdenciária o assessoramento jurídico na esfera de sua competência ao Prefeito de Maceió, ao Procurador-Geral do Município, aos Secretários Municipais e dirigentes das entidades da Administração Municipal Indireta, e:

I – defender em Juízo, em qualquer instância da Justiça do Trabalho, os interesses do Município de Maceió e das entidades da Administração Municipal Indireta, nas causas trabalhistas e previdenciárias do regime geral de previdência social em que o Poder Público Municipal figure como autor, réu, litisconsorte ou terceiro interessado, ou de qualquer modo tenha interesse, ainda que indireto, no objeto das demandas;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

II – cooperar com as Procuradorias Setoriais ou, na ausência destas, elaborar as informações a serem prestadas pelo Prefeito, Secretários Municipais e dirigentes de entidades da Administração Indireta, em ações de mandado de segurança, *habeas data*, mandado de injunção ou ações correlatas, de competência da Justiça do Trabalho;

III – organizar e manter atualizados os registros de tramitação das reclamações trabalhistas e demais ações em tramitação na Justiça do Trabalho que o Município de Maceió ou entidades da Administração Municipal Indireta figurem como parte ou terceiro interessado;

IV – praticar todos os atos processuais no acompanhamento das demandas trabalhistas e previdenciárias do regime geral de previdência social de interesse do Município de Maceió e de suas entidades;

V – apreciar processos administrativos com implicações diretas ou decorrentes de reclamações trabalhistas e demais ações em tramitação na Justiça do Trabalho de interesse do Município de Maceió e de suas entidades;

VI – adotar todas as medidas judiciais para a defesa dos interesses do Município de Maceió e das entidades integrantes da Administração Municipal Indireta, na esfera de sua competência;

VII – acompanhar, em processos judiciais com interesse direto, indireto ou mera implicação aos interesses jurídicos da municipalidade, a oitiva do Prefeito, do Vice-Prefeito, de Secretários Municipais e dirigentes de entidades da Administração Municipal Indireta, quando o mérito das ações envolver matérias de interesse público do Município de Maceió ou interesses difusos e coletivos com implicações à atuação do Poder Público Municipal nas questões trabalhistas e previdenciárias do regime geral de previdência social;

VIII – atuar perante o Ministério Público do Trabalho na defesa dos interesses do Município de Maceió e de suas entidades;

IX – atuar perante o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas da União, nos feitos de interesse da Administração Municipal Direta e Indireta, nas demandas trabalhistas e previdenciárias do regime geral de previdência social;

X – atuar em quaisquer instâncias administrativas, por determinação do Prefeito ou Procurador-Geral do Município, em questões de interesse da Administração Municipal Direta e Indireta, quando envolver matéria trabalhista e/ou previdenciária do regime geral de previdência social;

XI – exercer orientação normativa, em área de sua competência, para as Procuradorias Setoriais dos órgãos e entidades da Administração Municipal, após avaliação do conjunto de seus pronunciamentos;

XII – analisar os casos que lhe forem submetidos pelo Procurador-Geral do Município ou Procurador-Geral Adjunto do Município;

XIII – outras atividades correlatas com a natureza das matérias que lhe forem submetidas.

Parágrafo único. A defesa dos interesses jurídicos em reclamações trabalhistas ou quaisquer outras ações ajuizadas na Justiça do Trabalho contra sociedade de economia mista ou empresa pública da Administração Municipal Indireta será exercida pelos respectivos advogados empregados da entidade reclamada.

Seção VII
DA PROCURADORIA ESPECIALIZADA URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Art. 53. Compete à Procuradoria Especializada Urbanística e Ambiental o assessoramento jurídico na esfera de sua competência ao Prefeito de Maceió, ao Procurador-Geral do Município, aos Secretários Municipais e dirigentes das entidades da Administração Municipal Indireta, e:

I – responder, mediante pareceres opinativos, às consultas formuladas em tese ou em casos concretos, pelas autoridades referidas no *caput* deste artigo, nas questões afetas às suas atribuições, especialmente sobre:

- a) ordenamento territorial, planejamento e controle do uso do solo;
- b) parcelamento e ocupação do solo urbano;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

- c) direito urbanístico e ambiental, direito de construir e regime jurídico das edificações no solo urbano;
 - d) desapropriações e outras formas de intervenção no domínio;
 - e) bens públicos, afetação e utilização dos espaços públicos;
 - f) desobstrução de áreas e bens públicos;
 - g) aprovação e fiscalização de empreendimentos urbanísticos e edifícios;
 - h) plano diretor e seus instrumentos, legislação edilícia, urbanística, ambiental e de posturas;
 - i) licenciamento urbanístico e ambiental;
 - j) direito de construir, restrições de vizinhança e ao direito de propriedade imobiliária;
 - k) gestão do patrimônio público mobiliário e imobiliário;
 - l) regularização fundiária, direito de moradia, melhoramentos urbanos e planos de urbanificação;
- II – exercer orientação normativa, em área de sua competência, para as Procuradorias Setoriais dos órgãos e entidades da Administração Municipal, após avaliação do conjunto de seus pronunciamentos;
- III – representar o Município de Maceió nos atos de alienação, escrituração e registro de bens imóveis adquiridos, cedidos ou alienados à Administração Municipal;
- IV – opinar nos processos de alienação de próprios municipais;
- V – defender em Juízo, em qualquer instância ou tribunal, os interesses do Município de Maceió e das entidades da Administração Municipal Indireta, nas causas em que o Poder Público Municipal figure como autor, réu, litisconsorte ou terceiro interessado, ou de qualquer modo tenha interesse, ainda que indireto, no objeto das demandas afetas à sua área de competência;
- VI – prestar consultoria aos órgãos de planejamento urbano, controle do convívio urbano e meio ambiente;
- VII – cooperar com as Procuradorias Setoriais ou, na ausência destas, elaborar as informações a serem prestadas pelo Prefeito, Secretários Municipais e dirigentes de entidades da Administração Indireta, em ações de mandado de segurança, *habeas data*, mandado de injunção ou ações correlatas, nas demandas afetas à sua área de competência;
- VIII – organizar e manter atualizados os registros de tramitação dos processos judiciais em que o Município de Maceió ou entidades da Administração Municipal Indireta figurem como parte ou terceiro interessado, nas demandas afetas à sua área de competência;
- IX – praticar todos os atos processuais no acompanhamento das demandas de interesse do Município de Maceió e suas entidades, nas demandas afetas à sua área de competência;
- X – apreciar processos administrativos com implicações diretas ou decorrentes de processos judiciais de interesse do Município de Maceió e de suas entidades, nas demandas afetas à sua área de competência;
- XI – adotar todas as medidas judiciais para a defesa dos interesses do Município de Maceió e das entidades integrantes da Administração Municipal Indireta, nas demandas afetas à sua área de competência;
- XII – acompanhar, em processos judiciais com interesse direto, indireto ou mera implicação aos interesses jurídicos da municipalidade, a oitiva do Prefeito, do Vice-Prefeito, de Secretários Municipais e dirigentes de entidades da Administração Municipal Indireta, quando o mérito das ações envolver matérias de interesse público do Município de Maceió ou interesses difusos e coletivos com implicações à atuação do Poder Público Municipal, nas demandas afetas à sua área de competência;
- XIII – atuar perante o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas da União, nos feitos de interesse da Administração Municipal Direta e Indireta, nas demandas afetas à sua área de competência;
- XIV – atuar perante o Ministério Público Estadual e/ou Federal na defesa dos interesses do Município de Maceió e de suas entidades, nas questões afetas à sua competência;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

XV – atuar em quaisquer instâncias administrativas, por determinação do Prefeito ou Procurador-Geral do Município, em questões de interesse da Administração Municipal Direta e Indireta, nas demandas afetas à sua área de competência;

XVI – analisar os casos que lhe forem submetidos pelo Procurador-Geral do Município ou Procurador-Geral Adjunto do Município;

XVII – outras atividades correlatas com a natureza das matérias que lhe forem submetidas.

Seção VIII
DA PROCURADORIA ESPECIALIZADA JUDICIAL

Art. 54. Compete à Procuradoria Especializada Judicial o assessoramento jurídico na esfera de sua competência ao Prefeito de Maceió, ao Procurador-Geral do Município, aos Secretários Municipais e dirigentes das entidades da Administração Municipal Indireta, e:

I – defender em Juízo, em qualquer instância ou tribunal, os interesses do Município de Maceió e das entidades da Administração Municipal Indireta, nas causas em que o Poder Público Municipal figure como autor, réu, litisconsorte ou terceiro interessado, ou de qualquer modo tenha interesse, ainda que indireto, no objeto das demandas;

II – cooperar com as Procuradorias Setoriais ou, na ausência destas, elaborar as informações a serem prestadas pelo Prefeito, Secretários Municipais e dirigentes de entidades da Administração Indireta, em ações de mandado de segurança, *habeas data*, mandado de injunção ou ações correlatas;

III – organizar e manter atualizados os registros de tramitação dos processos judiciais em que o Município de Maceió ou entidades da Administração Municipal Indireta figurem como parte ou terceiro interessado;

IV – praticar todos os atos processuais no acompanhamento das demandas de interesse do Município de Maceió e suas entidades;

V – apreciar processos administrativos com implicações diretas ou decorrentes de processos judiciais de interesse do Município de Maceió e de suas entidades;

VI – adotar todas as medidas judiciais para a defesa dos interesses do Município de Maceió e das entidades integrantes da Administração Municipal Indireta;

VII – acompanhar, em processos judiciais com interesse direto, indireto ou mera implicação aos interesses jurídicos da municipalidade, a oitiva do Prefeito, do Vice-Prefeito, de Secretários Municipais e dirigentes de entidades da Administração Municipal Indireta, quando o mérito das ações envolver matérias de interesse público do Município de Maceió ou interesses difusos e coletivos com implicações à atuação do Poder Público Municipal;

VIII – atuar perante o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas da União, nos feitos de interesse da Administração Municipal Direta e Indireta;

IX – atuar perante o Ministério Público Estadual e/ou Federal na defesa dos interesses do Município de Maceió e de suas entidades, nas questões afetas à sua competência;

X – atuar em quaisquer instâncias administrativas, por determinação do Prefeito ou Procurador-Geral do Município, em questões de interesse da Administração Municipal Direta e Indireta;

XI – exercer orientação normativa, em área de sua competência, para as Procuradorias Setoriais dos órgãos e entidades da Administração Municipal, após avaliação do conjunto de seus pronunciamentos;

XII – analisar os casos que lhe forem submetidos pelo Procurador-Geral do Município ou Procurador-Geral Adjunto do Município;

XIII – outras atividades correlatas com a natureza das matérias que lhe forem submetidas.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

§ 1º. Excluem-se da competência da Procuradoria Especializada Judicial os feitos judiciais cujas matérias sejam de competência das Procuradorias Especializadas da Fazenda Municipal, Trabalhista e Previdenciária, e Urbanística e Ambiental.

§ 2º. Diante da existência da cumulação de pedidos em demandas judiciais, estando qualquer um deles no âmbito de atribuições de outra Procuradoria Especializada ou Procuradoria Setorial, o patrocínio do feito ficará a cargo destas.

**CAPÍTULO VI
DAS PROCURADORIAS SETORIAIS**

Art. 55. As Procuradorias Setoriais são unidades avançadas constituídas por designação do Procurador-Geral do Município, instituídas nas Secretarias Municipais e nas Entidades Autárquicas e Fundacionais da Administração Municipal, segundo as necessidades do serviço e a conveniência das atividades jurídicas da Procuradoria-Geral do Município.

§ 1º. A constituição de Procuradoria Setorial, nos termos do *caput* deste artigo, será considerada sempre como atividade transitória, embora não sujeita à determinação de prazo no ato que a instituir.

§ 2º. Caberá ao Procurador-Geral do Município, no ato de constituição da Procuradoria Setorial, definir as matérias, atribuições e procedimentos de competência da respectiva setorial.

Art. 56. As Procuradorias Setoriais serão compostas privativamente por Procuradores do Município em efetivo exercício, a serem designados, através de Portaria, pelo Procurador-Geral do Município.

Art. 57. Compete às Procuradorias Setoriais:

I – assessorar os titulares das pastas no controle interno da legalidade dos atos dos órgãos das Secretarias do Município e das Autarquias e Fundações;

II – assessorar os titulares das pastas na interpretação de atos normativos, de atos editados pelo Poder Público, de contratos e outros instrumentos celebrados pela Administração;

III – colaborar na elaboração de minutas de atos administrativos, de anteprojetos de lei, decretos e atos normativos de interesse das respectivas Pastas;

IV – examinar e aprovar, previamente, observadas as minutas padronizadas pela Procuradoria-Geral do Município, as minutas de editais de concursos públicos, de licitação, de contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive de natureza trabalhista;

V – opinar, previamente, sobre os atos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação;

VI – defender os interesses do órgão em contenciosos administrativos;

VII – assessorar os titulares das Secretarias, Autarquias e Fundações da Administração Municipal, na elaboração e protocolo de informações em ações de mandado de segurança e *habeas data*, bem como enviar à Procuradoria-Geral do Município todos os elementos documentais para que a Fazenda Pública integre essas demandas como parte interessada.

§ 1º. As informações necessárias à defesa do Município de Maceió, nos processos em que haja atuação dos Procuradores Setoriais na forma do disposto no inciso VII do *caput* deste artigo, poderão ser requeridas e prestadas por meio eletrônico, na forma da regulamentação a ser aprovada pelo Procurador-Geral do Município, que disporá sobre os requisitos técnicos exigidos.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º. Ressalvados os casos de matérias já disciplinadas em súmulas e pareceres normativos da Procuradoria-Geral do Município, os Pareceres Jurídicos das Procuradorias Setoriais serão encaminhados diretamente ao Procurador Chefe da Procuradoria Especializada pertinente à matéria nele versada, para apreciação final.

Art. 58. Serão necessariamente submetidas à apreciação do Procurador-Geral do Município todas as manifestações dos Procuradores Chefes das Procuradorias Especializadas, que tenham reformado pronunciamentos das Procuradorias Setoriais que:

I – contrariem orientações já consolidadas nos enunciados e em pareceres da Procuradoria-Geral do Município, aos quais se tenha atribuído eficácia normativa, devendo essa divergência ser explicitada no pronunciamento;

II – concluam pela inconstitucionalidade de Lei ou Decreto, ou pela ilegalidade deste último;

III – contrariem ou indiquem a necessidade de alteração substancial de minutas padronizadas pela Procuradoria-Geral do Município;

IV – refiram-se a matérias de grande importância, impacto ou possibilidade de repercussão geral para a Administração Pública Municipal, a juízo da autoridade administrativa competente e conforme prévia manifestação dos Procuradores Chefe das Procuradorias Especializadas.

Parágrafo único. O Procurador-Geral do Município poderá avocar, em qualquer hipótese, o processo administrativo para que seja proferido parecer no âmbito da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 59. É condição para a instituição de Procuradoria Setorial em Secretarias, Autarquias e Fundações da Administração Municipal que o titular dos órgãos e entidades beneficiários forneçam toda a estrutura administrativa e de pessoal para assessoramento direto às atividades da Procuradoria Setorial.

CAPÍTULO VII
DAS SÚMULAS, DOS PARECERES NORMATIVOS, DOS PARECERES E DOS DESPACHOS

Seção I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60. Os pedidos de dados, informações e documentos, formulados pela Procuradoria-Geral do Município, a quaisquer órgãos ou entidades da Administração Municipal, bem como as diligências solicitadas pelos Procuradores do Município, serão atendidos no prazo assinalado.

§ 1º. Nos casos de urgência, as requisições poderão ser feitas pessoalmente.

§ 2º. Serão responsabilizados cível, criminal e administrativamente os servidores e agentes públicos municipais que deixarem de atender aos pedidos de informações, diligências ou requisições da Procuradoria-Geral do Município.

§ 3º. Sem prejuízo das competentes apurações ético-disciplinares e penais relativas à prevaricação, será punido com suspensão de até 05 (cinco) dias, dobrada a cada reincidência, até o limite de 20 (vinte) dias, o servidor ou agente público que:

I – dificultar ou se recusar a fornecer dados, informações, diligências ou documentos requisitados pela Procuradoria-Geral do Município;

II – prestar, em cumprimento à requisição, dados, informações ou documentos sabidamente falsos, ou fornecê-los de forma incompleta.

Art. 61. Os processos ou procedimentos administrativos encaminhados à Procuradoria-Geral do Município serão respondidos, conforme o caso, em Pareceres Jurídicos ou Despachos.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

Art. 62. É da competência do Procurador-Geral do Município baixar regulamentos sobre a indexação de Pareceres Jurídicos ou Despachos emitidos pelas Procuradorias Especializadas.

**Seção II
DAS SÚMULAS**

Art. 63. A Súmula da Procuradoria-Geral do Município tem caráter obrigatório em face das Procuradorias Especializadas e das Procuradorias Setoriais.

Art. 64. A edição do enunciado de Súmula poderá ser provocada por qualquer Procurador do Município, ao Procurador-Geral do Município, através de memorando interno.

§ 1º. O enunciado da Súmula editado pelo Procurador-Geral do Município, após aprovação pelo Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município, será publicado no Diário Oficial do Município, por três dias consecutivos.

§ 2º. No início de cada ano, os enunciados existentes serão consolidados e publicados no Diário Oficial do Município.

§ 3º. Somente por determinação do Prefeito Municipal ou por provocação de Secretário Municipal, de titular de entidade da Administração Indireta, do Procurador-Geral do Município, de qualquer Procurador ou do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município será procedido reexame de súmula.

**Seção III
DOS PARECERES NORMATIVOS**

Art. 65. Os pareceres dos Procuradores do Município, uma vez homologados e publicados pelo Procurador-Geral do Município, têm força normativa, sendo de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração do Município de Maceió.

Art. 66. Os pareceres exaurientes de matérias jurídicas sedimentadas no âmbito da Procuradoria-Geral do Município, baseados em precedentes cuja consolidação de entendimento importe eficiência na prestação das atividades jurídicas do órgão, poderão ser encaminhados pelo Procurador-Geral do Município ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município para aprovação e homologação como Pareceres Normativos, os quais serão publicados no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. Os Pareceres Normativos da Procuradoria-Geral do Município serão numerados em ordem sequencial, datados e arquivados no Gabinete do Procurador-Geral do Município pela sua Chefia de Gabinete.

Art. 67. Somente por determinação do Prefeito Municipal ou por provocação de Secretário Municipal, de titular de entidade da Administração Indireta, do Procurador-Geral do Município, de qualquer Procurador ou do Conselho de Procuradores da Procuradoria-Geral do Município será procedido reexame de processo em que se tenha dado força normativa ao respectivo parecer.

**Seção IV
DOS PARECERES**

Art. 68. Os Pareceres da Procuradoria-Geral do Município serão numerados em ordem sequencial ou indexada, no âmbito das Procuradorias Especializadas, datados e arquivados na unidade pelo serviço de apoio administrativo ou Assessoria Técnica.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

Art. 69. Os pareceres dos Procuradores serão submetidos ao Procurador Chefe da respectiva Procuradoria Especializada, que o aprovará ou reformará o entendimento, neste último caso mediante novo parecer fundamentado.

§ 1º. Serão obrigatoriamente submetidos ao Procurador-Geral do Município os processos em que o Parecer do Procurador Chefe da Procuradoria Especializada seja contrário ao entendimento do Procurador encarregado da apreciação inicial.

§ 2º. Os processos em que o pronunciamento do Procurador Chefe da Procuradoria Especializada homologar o parecer do Procurador do Município encarregado de apreciá-lo serão encaminhados diretamente aos órgãos ou entidades solicitantes, salvo se, pela natureza, implicações ou repercussões da matéria, o titular da Especializada julgar por bem submetê-lo ao Procurador-Geral do Município.

§ 3º. Os Pareceres emitidos, dependentes de posterior regularização formal do Processo Administrativo ou do cumprimento de novas diligências, são reputados não conclusivos ou condicionados, devendo as condicionantes constantes do Parecer ser cumpridas pelos órgãos e setores responsáveis; só havendo necessidade de novo pronunciamento da Procuradoria-Geral do Município caso haja pedido justificado do titular da pasta.

Art. 70. Os Pareceres emitidos pelos Procuradores do Município serão impressos em duas vias, a primeira a integrar o respectivo processo, e, a segunda, a ser arquivada na respectiva Procuradoria Especializada, com cabeçalho padrão da Procuradoria-Geral do Município de Maceió, e conterão obrigatoriamente, observada a ordem adiante disposta:

- I – o número do processo em que foi exarado;
- II – o nome do interessado;
- III – o assunto versado no processo;
- IV – a designação "PARECER", grafada em letras maiúsculas;
- V – a ementa com expressões de referência e conteúdo resumido da conclusão;
- VI – a exposição, com o relato da matéria ou enunciado da consulta;
- VII – a fundamentação legal, doutrinária e/ou jurisprudencial;
- VIII – a conclusão.

§ 1º. Quando a consulta for formulada em perguntas, a conclusão preferencialmente deverá reproduzir as questões com as devidas respostas alcançadas.

§ 2º. A submissão ao Procurador-Geral do Município, das matérias objeto de Pareceres Jurídicos das Procuradorias Especializadas, observará o disposto no artigo 69 desta Lei Orgânica, assegurado, todavia, o direito do Procurador-Geral do Município avocar quaisquer processos para sua apreciação, após a manifestação do respectivo Procurador Chefe da Procuradoria Especializada.

§ 3º. Salvo em casos de relevante urgência, devidamente justificados por interesse público superior e para que não haja prejuízos à Administração, nenhuma consulta ou processo administrativo será respondido pelo Procurador-Geral do Município sem a prévia manifestação das Procuradorias Especializadas vinculadas à matéria.

**Seção V
DOS DESPACHOS**

Art. 71. Despacho é a manifestação por meio da qual o Procurador do Município:

- I – responde, de forma breve, clara, concisa e conclusiva, às questões postas em assuntos de menor complexidade;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

II – dá encaminhamentos concisos ao cumprimento de diligências ou medidas afins, com o objetivo de instrução processual;

III – remete o processo para setores específicos, ao cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. Exarado Despacho com diligências requeridas por Procurador do Município, o processo será imediatamente enviado ao setor, servidor ou agente público responsável pela sua realização, através do protocolo da Procuradoria-Geral do Município, dispensando-se a remessa prévia ao Gabinete do Procurador-Geral do Município e do Procurador-Geral Adjunto do Município.

Art. 72. Os Despachos serão datados e assinados pelo Procurador do Município que o exarar e:

I – são dispensados de conter citações doutrinárias, transcrições de acórdãos ou das respectivas ementas, as quais poderão ser mencionadas por simples referências;

II – serão emitidos em 02 (duas) vias, a primeira a integrar o respectivo processo, e, a segunda, a ser arquivada na respectiva Procuradoria Especializada;

III – prescindem da chancela de qualquer superior hierárquico do Procurador do Município que o emitiu, para o seu envio aos órgãos ou entidades destinatários.

**CAPÍTULO VIII
DAS COMISSÕES PERMANENTES DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 73. São Comissões Permanentes da Procuradoria-Geral do Município, com abrangência de atribuições para apurações em todas as esferas da Administração Municipal de Maceió:

I – de Inquérito Administrativo;

II – de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas.

Art. 74. As Comissões Permanentes referidas no artigo anterior funcionarão junto à Procuradoria-Geral do Município, como órgãos integrantes desta, e terão como membros privativos os Procuradores do Município efetivos.

Parágrafo único. Um mesmo Procurador Municipal não poderá participar das 02 (duas) Comissões Permanentes concomitantemente.

Art. 75. As Presidências das Comissões Permanentes referidas no artigo 73 desta Lei, serão livremente escolhidas pelo Procurador-Geral do Município, dentre os Procuradores do Município que as compõem, e indicadas nos atos de suas constituições.

**Seção II
DA COMISSÃO PERMANENTE DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**

Art. 76. A Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, órgão permanente de deliberação coletiva, terá como atribuição a apuração da responsabilidade de Servidor Público Municipal, tanto da Administração Direta como da Administração Indireta, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do Cargo que ocupe.

Art. 77. A Comissão Permanente de Inquérito Administrativo é constituída por 10 (dez) Procuradores do Município, que tenham adquirido a Estabilidade no citado Cargo e que já tenham cumprido o Estágio Probatório, sob



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

a presidência de um deles, dividindo-se em 03 (três) turmas de 03 (três) membros cada, que serão designadas de 1ª, 2ª e 3ª Turmas, indicados pelo Procurador-Geral do Município e designados pelo Prefeito Municipal, mediante Portaria publicada no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. O Procurador do Município designado como membro da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, fará jus à Gratificação prevista no artigo 139, desta Lei.

Art. 78. A revisão dos Processos Administrativos Disciplinares processados pela Comissão Permanente de Inquérito Administrativo será exercida, nos casos e formas estabelecidos pela legislação municipal, da seguinte maneira:

I – os Processos Administrativos Disciplinares processados pela 1ª Turma da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo serão revisados pela sua 2ª Turma;

II – os Processos Administrativos Disciplinares processados pela 2ª Turma da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo serão revisados pela sua 3ª Turma;

III – os Processos Administrativos Disciplinares processados pela 3ª Turma da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo serão revisados pela sua 1ª Turma.

§ 1º - Em hipótese alguma os membros da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo que participaram do processamento do Processo Administrativo Disciplinar poderão participar da sua revisão.

§ 2º - O membro da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo que tenha integrado a Turma que processou o Processo Administrativo Disciplinar, que esteja posteriormente integrando a Turma responsável pela sua revisão, não poderá participar dessa revisão, conforme o parágrafo acima, devendo ser substituído, exclusivamente para esse Processo de Revisão, por um membro de outra Turma, que também não tenha participado do processamento do Processo Administrativo Disciplinar objeto de revisão, a ser indicado pelo Presidente da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo.

Art. 79. O pedido de revisão dos Processos Administrativos Disciplinares será dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, que o distribuirá para a Turma competente, nos moldes do artigo anterior.

Seção III

DA COMISSÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS

Art. 80. A Comissão de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas, órgão permanente de deliberação coletiva, terá como atribuição a apuração dos casos de acumulação remunerada de Cargos, Empregos e Funções Públicas, tanto da Administração Direta como da Administração Indireta.

Art. 81. A Comissão de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas é constituída por 16 (dezesesseis) Procuradores do Município, sob a presidência de um deles, dividindo-se em 05 (cinco) turmas de 03 (três) membros cada, que serão designadas de 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Turmas, indicados pelo Procurador-Geral do Município e nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante Portaria publicada no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. O Procurador do Município designado como membro da Comissão de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas, mesmo que ainda não tenha adquirido a Estabilidade no citado Cargo, e mesmo que ainda não tenha cumprido o Estágio Probatório, fará jus à Gratificação de Função prevista no artigo 139, desta Lei, uma vez que essa Gratificação é uma vantagem pecuniária inerente à natureza do Cargo de Procurador do Município, visto ser uma função cujo exercício é privativa desse Cargo.

CAPÍTULO IX



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

**DO NÚCLEO ESPECIAL PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS E ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES E RECURSOS
RELEVANTES NOS TRIBUNAIS SUPERIORES**

Art. 82. O Núcleo Especial para Ações Estratégicas e Acompanhamento de Ações e Recursos Relevantes nos Tribunais Superiores tem como objetivo tomar as medidas administrativas e judiciais necessárias para o acompanhamento das ações estratégicas assim definidas pelo Procurador-Geral do Município, dentre aquelas que tenham grande repercussão jurídica, econômica, política ou perante a opinião pública, visando sempre a celeridade na sua resolução, além de efetuar o acompanhamento das ações e recursos relevantes para os interesses da Municipalidade que tramitem nos tribunais superiores.

§ 1º. O Núcleo Especial para Ações Estratégicas e Acompanhamento de Ações e Recursos Relevantes nos Tribunais Superiores será composto por 10 (dez) Procuradores Municipais, escolhidos pelo Procurador-Geral do Município, que serão coordenados por esse, e designados pelo Prefeito Municipal, através de Portaria publicada no Diário Oficial do Município.

§ 2º. O Procurador do Município designado como membro desse Núcleo Especial, mesmo que ainda não tenha adquirido a Estabilidade no citado Cargo, e mesmo que ainda não tenha cumprido o Estágio Probatório, fará jus à Gratificação prevista no artigo 139 desta Lei, uma vez que a mesma é uma vantagem pecuniária inerente à natureza do Cargo de Procurador do Município, visto que apenas os ocupantes desse Cargo podem ser membros desse Núcleo Especial.

Art. 83. O Núcleo Especial para Ações Estratégicas e Acompanhamento de Ações e Recursos Relevantes nos Tribunais Superiores deverá elaborar seu Regimento, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município.

CAPÍTULO X
DO CENTRO DE ESTUDOS DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 84. Ao Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município, coordenado por um Procurador do Município especialmente designado para a função pelo Procurador-Geral do Município, compete:

- I – promover o aperfeiçoamento intelectual do pessoal técnico e administrativo da Procuradoria-Geral do Município;
- II – editar e distribuir a Revista de Direito da Procuradoria-Geral do Município, bem como outras publicações de interesse do Sistema Jurídico Municipal;
- III – promover estudos de temas jurídicos do interesse do Município de Maceió;
- IV – adquirir livros e revistas jurídicas, assim como manter intercâmbio com entidades congêneres, nacionais ou estrangeiras, acerca das matérias jurídicas de interesse da Administração Municipal;
- V – realizar cursos e seminários, aulas, palestras e conferências de caráter jurídico;
- VI – organizar os serviços de documentação e informação jurídicas, mantendo sempre atualizado o serviço de informação legislativa e jurisprudencial;
- VII – organizar ementário dos pareceres de entendimentos predominantes na Procuradoria-Geral do Município;
- VIII – promover pesquisas bibliográficas e de catalogação de obras jurídicas;
- IX – divulgar toda matéria de natureza jurídico-administrativa de interesse da Procuradoria-Geral do Município e do Sistema Jurídico Municipal;
- X – coordenar concursos públicos para os quadros da Procuradoria-Geral do Município;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

XI – coordenar e promover o processo seletivo simplificado para contratação de estagiários pela Procuradoria-Geral do Município;

XII – realizar outras aplicações, previamente autorizadas pelo Procurador-Geral, de interesse da Procuradoria-Geral do Município;

XIII – elaborar o projeto de seu Regimento Interno, o qual deverá ser aprovado pelo Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município.

Parágrafo único. As funções do Coordenador do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município serão exercidas privativamente por Procurador do Município, sem prejuízo das suas funções, salvo deliberação do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município, por decisão fundamentada, tomada por maioria absoluta de seus membros, em sessão extraordinária exclusivamente convocada para esse fim.

CAPÍTULO XI
DA DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Seção I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 85. Compete à Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira, no âmbito da Procuradoria-Geral do Município, superintender as atividades administrativas do órgão, em seus diversos setores, especialmente a gestão:

I – das atividades de organização interna e distribuição de tarefas administrativas, protocolo e fluxos de processos e expedientes internos e externos;

II – do planejamento e administração orçamentária e financeira do órgão e controle de balanços patrimoniais;

III – do apoio administrativo prestado ao Gabinete do Procurador-Geral e do Procurador-Geral Adjunto, das Procuradorias Especializadas e demais setores operacionais e administrativos;

IV – das diretrizes de acompanhamento, controle e fiscalização de recursos humanos;

V – das compras e aquisições de bens e serviços do órgão, entrada, saída, almoxarifado, manutenção e consumo racional de bens e materiais de expediente;

VI – do controle e zelo do patrimônio mobiliário e imobiliário;

VII – do uso de veículos e equipamentos postos à disposição do órgão;

VIII – dos fluxos financeiros e orçamentários, bem assim das receitas e despesas do órgão e do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município;

IX – das ações necessárias ao pleno e eficaz funcionamento da estrutura administrativa da Procuradoria-Geral do Município, segundo suas atividades institucionais.

Art. 86. A Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira será exercida pelo cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão Administrativa e Financeira (Símbolo DAS-5), privativo de profissional de nível superior, de livre nomeação pelo Prefeito, por indicação do Procurador-Geral do Município.

Art. 87. A Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira terá a seguinte composição:

I – Coordenadoria Setorial de Administração;

II – Coordenadoria Setorial de Recursos Humanos;

III – Coordenadoria Setorial de Orçamento e Finanças;

IV – Coordenadoria Setorial de Tecnologia da Informação.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

Art. 88. Serão diretamente subordinados à Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira a Coordenadoria Setorial de Administração, a Coordenadoria Setorial de Recursos Humanos, a Coordenadoria Setorial de Orçamento e Finanças e a Coordenadoria Setorial de Tecnologia da Informação.

Art. 89. As diretrizes de funcionamento da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira serão estabelecidas pelo Procurador-Geral do Município e coordenadas as suas atividades pelo Procurador-Geral Adjunto do Município.

Art. 90. Os titulares das Coordenadorias Setoriais mencionadas no artigo 87 ocuparão cargos de provimento em comissão, na forma das Seções subsequentes, indicados pelo Procurador-Geral do Município e nomeados pelo Prefeito de Maceió.

Art. 91. As atribuições do pessoal, a organização e a competência das Coordenadorias Setoriais mencionadas no artigo 87 serão disciplinadas no Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Município, observadas as prescrições desta Lei.

Seção II
DA COORDENADORIA SETORIAL DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 92. Compete à Coordenadoria Setorial de Administração gerenciar e coordenar as atividades de controle do patrimônio, almoxarifado e compras, execução e fiscalização de serviços gerais e protocolo, sendo responsável:

I – pelas atividades de compra e aquisição de bens e serviços e de controle de almoxarifado e pelo controle e gestão dos bens móveis, imóveis e veículos do acervo da Procuradoria-Geral do Município ou postos à sua disposição;

II – pela supervisão e controle dos serviços gerais prestados aos diversos setores que integram a Procuradoria-Geral do Município;

III – pelas atividades de protocolo, controle de fluxos de informações, documentos e processos na Procuradoria-Geral do Município.

Art. 93. A Coordenadoria Setorial de Administração será exercida pelo cargo de provimento em comissão de Coordenador Setorial de Administração (Símbolo DAS-4), de livre nomeação pelo Prefeito, por indicação do Procurador-Geral do Município.

Art. 94. O cargo de provimento em comissão de Coordenador Setorial de Administração tem como requisito a formação de nível superior.

Seção III
DA COORDENADORIA SETORIAL DE RECURSOS HUMANOS

Art. 95. Compete à Coordenadoria Setorial de Recursos Humanos gerenciar e coordenar a distribuição, o controle e o aproveitamento dos recursos humanos da Procuradoria-Geral do Município, e, especialmente:

I – efetuar o controle diário da frequência dos servidores administrativos, efetivos e comissionados, e estagiários da Procuradoria-Geral do Município;

II – efetuar o controle e o registro das férias e licenças dos Procuradores do Município, servidores administrativos, efetivos e comissionados, e estagiários da Procuradoria-Geral do Município;

III – manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos Procuradores do Município e servidores administrativos, efetivos e comissionados, e estagiários da Procuradoria-Geral do Município.



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔBO SILVA, Advogado

Data e hora da assinatura: 20/07/2023 20:02:28

Identificador: 4058000.13317111

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jf.al.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

Rua Embargador Almeida Guimarães, 87 - Pajuçara - Maceió

CEP: 57030-016 | Fone: +55 (82) 3315-5070



23072018094942400000013404743



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

Art. 96. A Coordenadoria Setorial de Recursos Humanos será exercida pelo cargo de provimento em comissão de Coordenador Setorial de Recursos Humanos (Símbolo DAS-4), privativo de profissional de nível superior, de livre nomeação pelo Prefeito, por indicação do Procurador-Geral do Município.

Seção IV
DA COORDENADORIA SETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Art. 97. Compete à Coordenadoria Setorial de Orçamento e Finanças:

I – a execução e o controle das atividades de planejamento e administração orçamentário-financeira, inclusive com a elaboração e impactos financeiro-orçamentários, contabilidade, movimentação financeira e gestão de cotas;

II – fornecer os balancetes, o balanço geral, as posições orçamentárias, financeiras e patrimoniais e os relatórios referentes aos resultados obtidos na aplicação de recursos públicos consignados à Procuradoria-Geral do Município;

III – a elaboração da prestação de contas da Procuradoria-Geral do Município e do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município aos órgãos de controle interno e externo;

IV – a apreciação das prestações de contas de terceiros entes, públicos ou privados, beneficiários de recursos consignados à Procuradoria-Geral do Município e ao Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município, que lhe tenham sido destinados;

V – o auxílio nas recuperações de receitas públicas inerentes à Procuradoria-Geral do Município;

VI – prestar apoio à Gestão do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município de Maceió, por meio das atribuições que lhe são inerentes.

Art. 98. A Coordenadoria Setorial de Orçamento e Finanças será exercida pelo cargo de provimento em comissão de Coordenador Setorial de Orçamento e Finanças (Símbolo DAS-4), privativo de profissional de nível superior com formação em Ciências Contábeis, de livre nomeação pelo Prefeito, por indicação do Procurador-Geral do Município.

Seção V
DA COORDENADORIA SETORIAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Art. 99. Compete à Coordenadoria Setorial de Tecnologia da Informação:

I – planejar, implementar e manter os sistemas informatizados da Procuradoria-Geral do Município, tornando disponíveis os recursos de *hardware* e *software*, bem como administrar as redes internas de informática e transmissão de dados;

II – controlar, administrar, customizar, instalar e realizar *backup* da rede lógica de dados da Procuradoria-Geral do Município, criar estrutura e modelo de banco de dados e tabelas relacionadas que garantam o bom desempenho necessário ao funcionamento dos Sistemas informatizados;

III – manter uma política de segurança em tempo real, que possibilite confiança no uso dos recursos da rede e do banco de dados, bem como manter atualizado normas e padrões de procedimentos para o bom desempenho das atividades da Procuradoria-Geral do Município;

IV – controlar a localização dos equipamentos, identificar problemas, realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, atender chamadas dos usuários e prestar apoio no uso dos aplicativos, configurar equipamentos, instalar *softwares* e treinar usuários no uso dos recursos de informática;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

V – identificar e descrever necessidades de desenvolvimento de novos sistemas ou de aperfeiçoamento dos já existentes;

VI – manter em funcionamento sistemas existentes, estudos e identificação das regras de negócios da Procuradoria-Geral do Município;

VII – elaborar projetos de transformação, projetos lógicos e físicos e codificar sistemas de programação;

VIII – desenvolver técnicas de publicação das informações na *web*, inclusive manutenção e alimentação de dados em *site* oficial da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 100. A Coordenadoria Setorial de Tecnologia da Informação será exercida pelo cargo de provimento em comissão de Coordenador Setorial de Tecnologia da Informação (Símbolo DAS-4), privativo de profissional de nível superior com formação em Ciências da Computação ou área afim, de livre nomeação pelo Prefeito, por indicação do Procurador-Geral do Município.

CAPÍTULO XII
DA ASSESSORIA TÉCNICA DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 101. A Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral do Município tem como atribuição o assessoramento aos diversos setores da Procuradoria-Geral do Município, e a mesma será exercida pelos cargos de provimento em comissão de Assessor Técnico V (Símbolo DAS-5), Assessor Técnico IV (Símbolo DAS-4) e Assessor Técnico III (Símbolo DAS-3), de livre nomeação pelo Prefeito, por indicação do Procurador-Geral do Município ou da chefia imediata do setor onde o mesmo exercerá suas atribuições.

Parágrafo único. É requisito para a nomeação no cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico, em qualquer de seus Níveis, a formação de nível superior.

Art. 102. O Procurador-Geral do Município, através de Portaria publicada no Diário Oficial do Município, designará o Assessor Técnico, em qualquer de seus Níveis, para desempenhar suas atribuições em qualquer dos setores da Procuradoria-Geral do Município, de acordo com as necessidades do serviço e os interesses da Administração Pública.

Art. 103. Compete à Assessoria Técnica da Procuradoria-Geral do Município:

I – organizar os processos administrativos e judiciais submetidos à análise dos diversos setores da Procuradoria-Geral do Município;

II – controlar a distribuição dos processos aos Procuradores integrantes da Procuradoria Especializada;

III – organizar e arquivar cópias dos Pareceres, Despachos e demais atos dos Procuradores do Município lotados no setor, para fins de controle e memória administrativa;

IV – controlar as informações relativas ao fluxo de quantitativos e estatísticas de processos administrativos, por espécie, que tramitam pelos diversos setores da Procuradoria-Geral do Município;

V – realizar pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência correlatas aos expedientes dos diversos setores da Procuradoria-Geral do Município;

VI – prestar auxílio ao Procurador Chefe da Procuradoria Especializada e demais Procuradores do Município que a integram, no exercício de suas atividades, bem como às chefias imediatas dos diversos setores da Procuradoria-Geral do Município;

VII – cumprir outras funções correlatas às suas atividades, que lhe foram conferidas pelo Procurador Chefe da Procuradoria Especializada ou pela chefia imediata de algum dos setores da Procuradoria-Geral do Município a que esteja vinculado.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

**TÍTULO III
DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**CAPÍTULO I
DOS RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Art. 104. O Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município, criado pela Lei nº 5220, de 09/07/2002, passa a ser regido por esta Lei Orgânica.

Art. 105. Constituem recursos do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município, além dos valores e créditos já existentes:

- I – os oriundos de convênios, acordos ou ajustes celebrados com organismos nacionais e internacionais;
- II – as dotações consignadas no orçamento do Município de Maceió e os créditos adicionais que lhe sejam destinados;
- III – os valores oriundos dos preços de venda de materiais e publicações dos órgãos que compõem a Procuradoria-Geral do Município;
- IV – as receitas oriundas da gestão e das atividades do Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município;
- V – o excedente das receitas oriundas das taxas de inscrição de concursos públicos para o provimento do cargo de Procurador do Município e seleções públicas para estagiários, bem como dos eventos culturais realizados no âmbito da Procuradoria-Geral do Município;
- VI – os rendimentos provenientes de aplicações financeiras, bem como os saldos apurados em exercícios anteriores;
- VII – as doações feitas diretamente ao fundo por pessoas físicas ou jurídicas, ou de organismos públicos ou privados, nacionais e internacionais;
- VIII – os repasses oriundos da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;
- IX – os honorários advocatícios devidos nas causas de qualquer natureza, judicial ou extrajudicial, em que o Município de Maceió, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, sejam interessados e representados por Procuradores do Município, bem como os decorrentes das cobranças dos créditos inscritos em dívida ativa;
- X – outros recursos resultantes de dotações orçamentárias consignadas em Lei;
- XI – o produto da alienação de bens móveis incluídos no patrimônio do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município, assim como o fornecimento de produtos de informática em impressos ou mídias digitais, por meio de transmissão de dados ou quaisquer outras publicações;
- XII – outras receitas eventuais.

**CAPÍTULO II
DAS DESPESAS DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Art. 106. Os recursos do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município podem ser utilizados para custear despesas com:

- I – a aquisição de bens móveis ou não, assim como materiais permanentes ou de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos planos, programas, projetos ou atividades de qualquer tipo, vinculados às suas



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

finalidades institucionais, de maneira excepcional e complementar à dotação orçamentária da Procuradoria-Geral do Município;

II – a construção, reforma e ampliação de imóvel que seja de propriedade da Procuradoria-Geral do Município, de maneira excepcional e complementar à dotação orçamentária da Procuradoria-Geral do Município;

III – rateio dos valores de honorários advocatícios entre os Procuradores do Município de carreira, ativos e em exercício no cargo há mais de 02 (dois) meses, bem como, entre o ocupante do cargo de Procurador-Geral do Município, em exercício há mais de 02 (dois) meses na data do rateio;

IV – a implementação e o aprimoramento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle de ações, de maneira excepcional e complementar à dotação orçamentária da Procuradoria-Geral do Município;

V – aquisição de livros, periódicos, boletins de jurisprudência informatizada e tudo que se fizer necessário para modernização, atualização, criação e manutenção da Biblioteca da Procuradoria-Geral do Município;

VI – publicação de livros técnicos e manuais de autoria dos Procuradores do Município e dos demais servidores da Procuradoria Geral do Município, cujo tema ou matéria sejam compatíveis com as finalidades institucionais da Procuradoria-Geral do Município;

VII – concessão de bolsas de estudo, integral ou parcial, para o Procurador do Município, para custeio de cursos de especialização, mestrado ou doutorado;

VIII – a realização de eventos acadêmicos, cursos, pesquisas, palestras, simpósios, seminários e congressos sobre questões administrativas e jurídicas relacionadas com a atuação da Procuradoria-Geral do Município;

IX – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

X – melhoria do nível de informatização na tramitação dos processos, mediante aquisição de equipamentos e utilização de novos sistemas, de maneira excepcional e complementar à dotação orçamentária da Procuradoria-Geral do Município;

XI – despesas de custeio relacionadas às atividades do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município.

Parágrafo único. A liberação de recursos a serem utilizados e aplicados pelo Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município, nos termos desse artigo, far-se-á mediante aprovação, por maioria absoluta do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município, a exceção do disposto no inciso III deste artigo, cujo rateio dar-se-á maneira obrigatória e automática, independentemente de autorização expressa, nos moldes do disposto no Capítulo IV deste Título.

CAPÍTULO III

DOS ATIVOS E PASSIVOS DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 107. Constituem ativos do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município:

I – as disponibilidades monetárias em bancos;

II – os bens móveis e imóveis que foram adquiridos com os recursos do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município ou transferidos à sua titularidade;

III – os direitos e créditos que porventura venham a se constituir em benefício do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 108. Constituem passivos do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município as obrigações que venha assumir concernentes à sua manutenção e funcionamento.

CAPÍTULO IV



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Art. 109. Os honorários advocatícios, definidos no artigo 105, IX, desta Lei, arrecadados mensalmente como receita ao Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município, serão rateados igualmente, conforme a regra prevista no inciso III do artigo 106 desta Lei, no mês subsequente à apuração, observadas as seguintes disposições:

I – 80% (oitenta por cento) do montante que passar a ingressar na conta do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município, mensalmente, após a promulgação desta Lei, serão rateados igualmente entre os Procuradores do Município;

II – 5% (cinco por cento) serão destinados à Associação dos Procuradores do Município de Maceió (APMM);

III – 15% (quinze por cento) permanecerão no Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município, em conta específica, para a execução das despesas a ele previstas nesta Lei.

§ 1º. Os percentuais fixados nos incisos I e III do *caput* deste artigo poderão ser alterados, em caráter excepcional e por deliberação do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município, após solicitação do Procurador-Geral do Município.

§ 2º. O percentual fixado no inciso I do *caput* deste artigo poderá ser reduzido, nos moldes do parágrafo anterior, para até 60% (sessenta por cento), acrescendo-se o percentual reduzido, em igual proporção, ao percentual previsto no inciso III do *caput* deste artigo, o qual terá como limite máximo 35% (trinta e cinco por cento).

§ 3º. Salvo estipulação expressa em contrário do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município, o prazo de vigência das alterações previstas nos §§ 1º e 2º deste artigo não será superior a 30 (trinta) dias, aplicando-se apenas ao rateio mensal imediatamente subsequente à decisão de alteração, devendo, caso necessário, ser renovada a alteração por nova deliberação do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 110. Os valores que sobejarem o percentual da quantia rateada permanecerão em conta bancária remunerada, para a realização das demais despesas de responsabilidade do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 111. Enquanto estiver no cargo de Procurador do Município, ainda que transitoriamente afastado de suas funções até o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, não cessará o direito do Procurador na participação no rateio dos honorários advocatícios estabelecidos na forma do artigo 109 desta Lei Orgânica.

§ 1º. Não perderá o direito de integrar o rateio dos honorários advocatícios estabelecidos no artigo 109 desta Lei o Procurador do Município afastado das suas funções em razão de licença:

- I – para capacitação;
- II – para qualificação profissional;
- III – para exercício de mandato classista;
- IV – para tratamento médico próprio ou de pessoa da família, pelo período remunerado;
- V – por acidente de serviço;
- VI – gestante, adotante e paternidade.

§ 2º. Será excluído automaticamente do rateio de honorários advocatícios o Procurador do Município que se enquadrar nas seguintes situações:

- I – em licença para tratar de interesses particulares;
- II – em licença por motivo de doença em pessoa da família, após 60 (sessenta) dias anuais;
- III – em afastamento preliminar à aposentadoria;
- IV – em licença para campanha eleitoral;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

V – no exercício de mandato eletivo;

VI – em afastamento preventivo para averiguação de falta disciplinar;

VII – quando suspenso para cumprimento de penalidade disciplinar;

VIII – quando cedido ou colocado à disposição de outro órgão ou entidade para exercer atividade fora dos objetivos institucionais da Procuradoria-Geral do Município.

§ 3º. A reinclusão do Procurador do Município no rateio de honorários advocatícios, após os afastamentos previstos nesta Lei, dará direito ao recebimento de honorários apenas após o primeiro mês de efetivo exercício das atividades.

§ 4º. A participação no rateio dos honorários advocatícios não é transmissível a título de pensão ou qualquer forma de benefício previdenciário ou administrativo, bem como o mesmo não servirá como base de cálculo de Contribuição Previdenciária.

Art. 112. Havendo pagamento de honorários advocatícios de sucumbência por terceiros em favor da Fazenda Pública Municipal, qualquer que seja a natureza da ação judicial de que tenha resultado a condenação, o Procurador do Município responsável pelo acompanhamento do processo fornecerá à sua chefia imediata as informações relativas ao pagamento ou levantamento realizado, diligenciando perante o Juízo a informação da conta do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município para depósito dos honorários pelo sucumbente.

Parágrafo único. Compete à Chefia da Procuradoria Especializada, a que esteja vinculado o Procurador do Município referido no *caput* deste artigo, informar ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município o ingresso de recursos no Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município de que tenha conhecimento.

Art. 113. Os honorários advocatícios arrecadados pelo Poder Judiciário em favor dos Procuradores do Município, pela Secretaria Municipal de Finanças e demais órgãos da Administração Direta e Indireta, deverão ser repassados diretamente para o Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa.

Art. 114. Os valores recebidos a título de honorários advocatícios não integrarão a remuneração do Procurador do Município, para qualquer efeito.

Art. 115. É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou ato administrativo que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários advocatícios de que trata essa Lei, direito do advogado público em conformidade com o que estabelece a Lei nº 8906, de 04 de julho de 1994.

CAPÍTULO V

DA GESTÃO DOS RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 116. A gestão dos recursos do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município será realizada pelo Procurador-Geral do Município, que será seu administrador, segundo as disposições desta Lei Orgânica e as diretrizes fixadas pelo Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município.

Parágrafo único. O Procurador-Geral Adjunto do Município será o Coordenador Geral do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 117. A Secretaria Municipal de Finanças disponibilizará, mensalmente, ao Procurador-Geral do Município, relatório comprobatório da origem dos valores relativos à arrecadação dos honorários advocatícios devidos nas causas de natureza judicial ou administrativa, em que o Município de Maceió, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista sejam interessados e representados por Procurador do Município, bem como os decorrentes das cobranças extrajudiciais e pagamentos administrativos dos débitos inscritos em dívida ativa.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

Art. 118. O Procurador-Geral do Município disponibilizará, mensalmente, ao Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município, o relatório comprobatório da origem dos recursos do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município, o relatório comprobatório de todas as despesas custeadas pelos recursos do Fundo, e o extrato mensal de suas contas correntes e aplicações financeiras.

Parágrafo único. Qualquer membro do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município pode requerer que sejam apresentados os documentos que comprovem a origem dos recursos, e que comprovem a realização das despesas custeadas pelo Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 119. O Procurador-Geral do Município, em conjunto com o Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município, divulgarão, trimestralmente, o quadro demonstrativo de liquidação de créditos e de pagamento de honorários advocatícios do período.

Art. 120. O Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município terá vigência ilimitada.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CONTÁBEIS DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 121. O orçamento do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município:

I – evidenciará as políticas e programas de trabalho com observância da Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio fiscal;

II – integrará o Orçamento Geral do Município;

III – observará, na sua elaboração e execução, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 122. A contabilidade do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município será realizada pela Coordenadoria Setorial de Orçamento e Finanças da Procuradoria-Geral do Município, e:

I – evidenciará, segundo os regulamentos contábeis específicos, a sua situação financeira, patrimonial e orçamentária, sujeitando-se às normas de controle interno e externo da Administração Pública.

II – será organizada de forma a permitir o exercício de suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente.

TÍTULO IV
DAS PRERROGATIVAS, DAS GARANTIAS,
DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DOS IMPEDIMENTOS DOS PROCURADORES DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I
DAS PRERROGATIVAS E DAS GARANTIAS

Art. 123. São prerrogativas e garantias do Procurador do Município:

I – usar distintivos de acordo com os modelos oficiais;

II – possuir carteira de identidade funcional, conforme modelo aprovado pelo Conselho Superior.

III – não ser constrangido, por qualquer modo ou forma, a agir em desconformidade com a sua consciência ético-profissional;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

IV – requisitar, sempre que necessário, auxílio e colaboração das autoridades públicas para o exercício de suas atribuições;

V – ter vistas de quaisquer processos administrativos, independentemente de sua natureza e do órgão municipal em que esteja tramitando;

VI – ter vistas dos processos fora dos cartórios e dos órgãos municipais;

VII – requisitar a qualquer órgão ou entidade do Poder Executivo, documentos, certidões, diligências e esclarecimentos necessários à análise de processo administrativo ou judicial, que deverão ser fornecidos no prazo assinalado, sob pena de o descumprimento caracterizar infração administrativa;

VIII – ingressar livremente nas salas, secretarias e repartições do Poder Executivo Municipal, mesmo fora do horário de expediente;

IX – irredutibilidade de vencimentos;

X – exclusividade quanto ao desempenho das atividades de representação jurídica do Município de Maceió e de consultoria jurídica ao Prefeito de Maceió e junto aos órgãos da Administração centralizada;

XI – dispensa de revista, franco e livre acesso aos locais sob fiscalização de autoridades municipais, devendo todo e qualquer agente do governo prestar-lhe todo o apoio e auxílio necessários ao desempenho de suas funções;

XII – receber honorários advocatícios decorrentes da sucumbência;

XIII – exercer o direito de livre associação e de greve, nos termos do artigo 37, VI e VII, da Constituição Federal;

XIV – não se sujeitar a controle de ponto de trabalho, em virtude da particularidade de suas atribuições, que exige o deslocamento constante para os diversos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, além do deslocamento para outros órgãos administrativos e judiciais que não fazem parte da Administração Pública Municipal;

XV – utilizar os meios de comunicação ou de locomoção municipal, quando o interesse do serviço o exigir;

XVI – ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela;

XVII – agir, no desempenho de suas funções, em juízo ou fora dele, com dispensa de emolumentos e custas, que não são devidos mesmo que as serventias não sejam oficializadas;

XVIII – estacionar gratuitamente em áreas públicas, ainda que mediante concessão para entes privados, desde que no exercício de suas atribuições.

Art. 124. Nos termos das disposições constitucionais e legais, são assegurados aos Procuradores do Município direitos, garantias e prerrogativas concedidos aos advogados em geral.

Art. 125. Os Procuradores do Município, após 03 (três) anos de exercício e desde que confirmados em estabilidade, não podem ser demitidos, senão:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada ampla defesa.

Parágrafo único. Antes de completar o prazo previsto neste artigo, o Procurador do Município só poderá ser exonerado pela sua não confirmação na carreira, comprovada em procedimento administrativo no qual se lhe assegure o direito de defesa.

Art. 126. A prisão ou a detenção de Procurador do Município, em qualquer circunstância, será imediatamente comunicada ao Procurador-Geral do Município, sob pena de responsabilidade de quem não o fizer, e só será efetuada em sala de Estado Maior, à disposição da autoridade competente.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

**CAPÍTULO II
DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DOS IMPEDIMENTOS**

**Seção I
DOS DEVERES**

Art. 127. O Procurador do Município deve ter irrepreensível conduta pública, zelando pelo prestígio da sua classe e velando pela dignidade de suas funções.

Art. 128. São deveres do Procurador do Município:

- I – desempenhar com zelo, dedicação, assiduidade, eficiência e presteza, as funções sob sua responsabilidade e as que lhe forem atribuídas pelo Procurador-Geral;
- II – cumprir ordens superiores, salvo quando manifestamente abusivas ou ilegais;
- III – respeitar as partes e tratá-las com urbanidade, atendendo ao público com presteza e correção;
- IV – zelar pela regularidade dos feitos e observar sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar;
- V – agir com discrição nas atribuições de seu cargo ou função, guardando sigilo sobre assuntos internos;
- VI – observar as normas legais e regulamentares, zelando pela lealdade às instituições públicas;
- VII – zelar pela boa aplicação dos bens confiados a sua guarda e pela proteção do patrimônio público;
- VIII – representar ao Procurador-Geral do Município sobre irregularidades que afetem o desempenho satisfatório de suas atribuições funcionais;
- IX – levar ao conhecimento do Procurador-Geral do Município as irregularidades de que tiver ciência, em razão do exercício do cargo ou função;
- X – sugerir ao Procurador-Geral do Município providências tendentes à melhoria dos serviços no âmbito de sua atuação;
- XI – manter conduta compatível com a moralidade e a probidade administrativa;
- XII – observar o sigilo profissional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar.

**Seção II
DAS PROIBIÇÕES**

Art. 129. É vedado aos Procuradores do Município:

- I – valer-se da qualidade do cargo que ocupam para obter vantagem indevida, ainda que no desempenho de atividade estranha às suas funções;
- II – empregar em seu expediente expressões ou termo de desrespeito à Justiça e às autoridades constituídas, exceto críticas formuladas sob aspectos jurídico e doutrinário;
- III – referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades e aos atos da Administração, em informe, parecer ou despacho;



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

IV – proceder de forma desidiosa ou cometer à pessoa estranha à repartição ou a seus subordinados ou a qualquer outro servidor, o desempenho de encargos e atribuições que lhe competir ou que sejam de sua responsabilidade;

V – coagir ou aliciar subordinados com objetivos exclusivamente pessoais ou de natureza político-partidária;

VI – participar de gerência ou administração de sociedade empresária, personificada ou não personificada ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

VII – receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo, fora das hipóteses legais;

VIII – ser cedido a órgãos públicos diversos daquele em que for lotado, exceto para fim especial de exercício de cargo de provimento em comissão ou o desempenho de atribuições vinculadas a atividades jurídicas;

IX – fornecer cópias ou, por qualquer outro meio, dar publicidade de parecer da Procuradoria-Geral do Município antes da competente apreciação do Procurador-Geral do Município;

X – advogar contra o Município de Maceió e entes de sua Administração Indireta.

**Seção III
DOS IMPEDIMENTOS**

Art. 130. É defeso ao Procurador do Município exercer as suas funções em processos ou procedimentos da Administração Municipal:

I – em que é parte, ou de qualquer forma, interessado;

II – em que atuou como advogado de qualquer das partes;

III – em que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau do requerente ou de terceiro interessado;

IV – nos demais casos previstos na legislação processual e no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 131. O Procurador do Município não poderá participar de comissão ou banca de concurso, nem intervir no seu julgamento, quando concorrer parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, bem como cônjuge ou companheiro próprios ou de parentes até o terceiro grau.

Art. 132. Não poderão servir, sob chefia imediata de Procurador do Município, o seu cônjuge ou companheiro, parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, exceto em cargos para os quais tenham sido aprovados em concurso público.

Art. 133. O Procurador do Município deverá se declarar por suspeito quando:

I – houver proferido parecer favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa;

II – houver motivo de foro íntimo, ético e profissional que o iniba de atuar;

III – ocorrer qualquer dos casos previstos na legislação processual.

Art. 134. Nas hipóteses previstas nos incisos do artigo anterior, o Procurador Municipal comunicará ao Procurador-Chefe da Especializada de sua lotação, ou ao Procurador-Geral do Município, quando estiver lotado em Procuradoria Setorial, em expediente reservado, os motivos de suspeição, para que este os acolha ou os rejeite.

Art. 135. O Procurador do Município que estiver no exercício do Cargo de Procurador-Geral do Município não poderá integrar as Comissões Permanentes de Inquérito Administrativo e de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas e o Núcleo Especial para Ações Estratégicas e Acompanhamento de Ações e Recursos



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

Relevantes nos Tribunais Superiores; e, caso esteja integrando qualquer das Comissões e/ou o Núcleo, deverá ser afastado enquanto perdurar o exercício do Cargo de Procurador-Geral do Município.

**TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES REMUNERATÓRIAS**

Art. 136. A remuneração do cargo de provimento em comissão de Procurador-Geral do Município dar-se-á pela simbologia NES-1, equiparando-se em todos os direitos e prerrogativas ao cargo de Secretário Municipal.

§ 1º. O servidor efetivo do Poder Executivo Municipal, ocupante do cargo de Procurador-Geral do Município segundo os requisitos exigidos nesta Lei, poderá perceber, a seu critério, os subsídios estabelecidos no *caput* deste artigo ou a remuneração de seu cargo efetivo acrescida de gratificação de função no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

§ 2º. A opção referida no parágrafo anterior será exercida no ato da posse.

§ 3º. Caso o servidor efetivo do Poder Executivo Municipal, que esteja ocupando o cargo de Procurador-Geral do Município, tenha optado pela remuneração de seu cargo efetivo acrescida da gratificação de função no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), sobre esta também incidirá a Contribuição Previdenciária, parte segurado e patronal, em favor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Maceió.

Art. 137. Farão jus:

I – o Procurador-Geral Adjunto, à gratificação de função no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);

II – os Procuradores-Chefes das Procuradorias Especializadas, à gratificação de função no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Parágrafo único. Sobre as gratificações de função estabelecidas nesse artigo, incidirá a Contribuição Previdenciária, parte segurado e patronal, em favor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Maceió.

Art. 138. Os valores referentes às funções dispostas nos artigos antecedentes deste Título serão atualizados de acordo com o índice aplicado à revisão anual da remuneração dos servidores do Município de Maceió.

Art. 139. Os integrantes da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, da Comissão de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas e do Núcleo Especial para Ações Estratégicas e Acompanhamento de Ações e Recursos Relevantes nos Tribunais Superiores, pelo exercício das funções a elas inerentes, perceberão gratificação no percentual de 20% (vinte por cento), incidente sobre os seus respectivos vencimentos.

§ 1º. Ficam assegurados os direitos adquiridos à incorporação da gratificação devida pela participação nas Comissões Permanentes de Inquérito Administrativo, Revisora de Inquérito Administrativo e de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas, na forma da legislação municipal anterior à publicação da presente Lei.

§ 2º. É expressamente proibido o acúmulo da gratificação pelo exercício de função no Núcleo Especial para Ações Estratégicas e Acompanhamento de Ações e Recursos Relevantes nos Tribunais Superiores com a gratificação devida pela participação em qualquer das Comissões Permanentes, mesmo que a gratificação pela participação em qualquer das Comissões já esteja incorporada.

§ 3º. Caso o Procurador do Município já esteja com a gratificação devida pela participação em qualquer das Comissões Permanentes da Procuradoria-Geral do Município de Maceió incorporada em seus vencimentos, a sua continuidade na participação em qualquer dessas Comissões, ou a sua posterior participação em qualquer dessas Comissões, não lhe dará o direito de receber nova gratificação.

§ 4º. Sobre as gratificações estabelecidas nesse artigo, incidirá a Contribuição Previdenciária, parte segurado e patronal, em favor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Maceió.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

Art. 140. São cumuláveis na remuneração dos Procuradores do Município, não podendo, todavia, constituir base de cálculo recíproca, as gratificações de que tratam os artigos 137 e 139 desta Lei.

Parágrafo único. É vedada a cumulação da gratificação a que se refere o artigo 139 desta Lei com outras da mesma natureza.

Art. 141. Os vencimentos dos Procuradores do Município são compostos pelo somatório do vencimento-básico (vencimento fixo) e da verba de representação (representação de Procurador) equivalente a 7,2 vezes o valor do vencimento-básico (vencimento fixo).

**TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 142. Os Cargos de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral do Município são os constantes do Anexo I desta Lei e serão constituídos dos servidores efetivos que já pertenciam ao quadro da Procuradoria-Geral do Município, bem como a partir do remanejamento dos servidores efetivos nomeados para a Secretaria Municipal de Saúde nas vagas criadas pela Lei Municipal nº 6118, de 03/04/2012, alterada pela Lei Municipal nº 6133, de 04/04/2012, ou através da nomeação da reserva técnica do Concurso Público realizado pela Secretaria Municipal de Saúde através do Edital nº 01/2012, de 21/09/2012.

Parágrafo único. Os servidores efetivos nomeados para a Secretaria Municipal de Saúde nas vagas criadas pela Lei Municipal nº 6118, de 03/04/2012, alterada pela Lei Municipal nº 6133, de 04/04/2012, que sejam remanejados para a Procuradoria-Geral do Município, e aqueles que venham a ser nomeados oriundos da reserva técnica do Concurso Público realizado pela Secretaria Municipal de Saúde através do Edital nº 01/2012, de 21/09/2012, passarão a ter lotação definitiva e passarão a pertencer em definitivo ao Quadro de Servidores Efetivos da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 143. O cargo de Assistente/Serviços Operacionais, os 04 (quatro) cargos de Auxiliar/Apoio Administrativo, e os 04 (quatro) cargos de Auxiliar/Serviços Gerais, constantes do Anexo I desta Lei, serão extintos após a vacância dos mesmos por qualquer das hipóteses previstas no artigo 46 da Lei Municipal nº 4973, de 31/03/2000.

Art. 144. A Procuradoria-Geral do Município poderá, mediante autorização do Prefeito, formalizar convênios de cessão de servidores, com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e Federal, inclusive no âmbito do Poder Judiciário, e de outros Municípios, para a realização de serviços indispensáveis às suas funções.

Art. 145. As operações financeiras e movimentações contábeis do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município de Maceió, nelas incluídas o rateio dos valores referidos nos incisos do artigo 109 desta Lei, ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Finanças enquanto a Procuradoria-Geral do Município de Maceió não dispuser de recursos humanos e operacionais para realizar tais atribuições.

Art. 146. As despesas decorrentes da execução desta Lei serão suportadas pelas dotações próprias do Orçamento do Poder Executivo Municipal.

Art. 147. O Poder Executivo baixará Decretos para a regulamentação das disposições desta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, dentre eles:

- I – o Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Município;
- II – os Regimentos Internos da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo e da Comissão de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas;
- III – o Regulamento do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 148. Até que haja nova regulamentação acerca da Comissão de Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas, essa Comissão deverá obedecer a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 6240, de 27/05/2002, naquilo que não for incompatível com a presente Lei Orgânica.



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

Art. 149. Aplica-se aos Procuradores do Município e aos demais servidores pertencentes ao quadro da Procuradoria-Geral do Município, quer sejam efetivos ou comissionados, as disposições constantes da Lei Municipal nº 4973, de 31/03/2000, que não foram expressamente revogadas pelo artigo 152 da presente Lei Orgânica, naquilo que não for incompatível com essa.

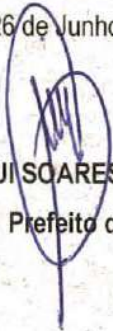
Parágrafo único. Até que haja nova regulamentação acerca da Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, acerca do Processo Administrativo Disciplinar e do pedido de sua revisão, deverá ser obedecida a regulamentação prevista no artigo 174, § 5º do artigo 175, artigos 176 a 201, e artigos 203 a 206, todos da Lei Municipal nº 4973, de 31/03/2000, naquilo que não for incompatível com a presente Lei Orgânica.

Art. 150. Aplica-se aos Procuradores do Município e aos demais servidores pertencentes ao quadro da Procuradoria-Geral do Município as disposições constantes da Lei Municipal nº 4974, de 31/03/2000, naquilo que não for incompatível com a presente Lei.

Art. 151. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 152. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o *caput* do artigo 175, e seus §§ 1º a 4º, e o artigo 202, ambos da Lei Municipal nº 4973, de 31/03/2000; a Lei Municipal nº 5220, de 09/07/2002; o Decreto Municipal nº 6311, de 25/04/2003; o Decreto Municipal nº 6362, de 03/11/2003; o Decreto Municipal nº 6370, de 04/12/2003; os artigos 15, 16 e 17, todos da Lei Municipal nº 5743, de 24/12/2008; a Lei Municipal nº 6123, de 04/04/2012; o Decreto Municipal nº 7570, de 07/11/2013; e o Decreto Municipal nº 7571, de 07/11/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, em, 26 de Junho de 2014.


RUI SOARES PALMEIRA
Prefeito de Maceió

PUBLICADO NO D.O.M
Em 27/06/14
Evandro L. Cabral
Coordenador do DOM - Mat. 941288-3



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

CARGOS	QUANTIDADE
Procurador do Município	40
Agente de Gestão	03
Assistente/Serviços Administrativos	30
Assistente/Serviços Operacionais	01
Auxiliar/Apoio Administrativo	04
Auxiliar/Serviços Gerais	04

ANEXO II

TABELA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

FUNÇÃO GRATIFICADA	QUANTIDADE	GRATIFICAÇÃO
Procurador-Geral do Município	01	R\$ 4.000,00
Procurador-Geral Adjunto	01	R\$ 3.000,00
Procurador-Chefe Administrativo	01	R\$ 2.500,00
Procurador-Chefe Legislativo	01	R\$ 2.500,00
Procurador-Chefe de Licitações, Contratos e Convênios	01	R\$ 2.500,00
Procurador-Chefe da Fazenda Municipal	01	R\$ 2.500,00
Procurador-Chefe Trabalhista e Previdenciário	01	R\$ 2.500,00
Procurador-Chefe Urbanístico e Ambiental	01	R\$ 2.500,00
Procurador-Chefe Judicial	01	R\$ 2.500,00



**PREFEITURA DE
MACEIÓ**
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO III

TABELA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

CARGO	SIMBOLOGIA	QUANTIDADE
Procurador-Geral do Município	NES-1	01
Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral do Município	DAS-5	01
Assessor Especial	DAS-6	04
Assistente de Gabinete II	DAS-2	06
Diretor de Gestão Administrativa e Financeira	DAS-5	01
Coordenador Setorial de Administração	DAS-4	01
Coordenador Setorial de Recursos Humanos	DAS-4	01
Coordenador Setorial de Orçamento e Finanças	DAS-4	01
Coordenador Setorial de Tecnologia da Informação	DAS-4	01
Assessor Técnico V	DAS-5	01
Assessor Técnico IV	DAS-4	01
Assessor Técnico III	DAS-3	15



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔBO SILVA, Advogado

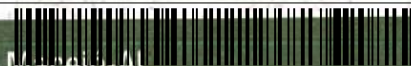
Data e hora da assinatura: 20/07/2023 20:02:28

Identificador: 4058000.13317120

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jf.al.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

Rua Desembargador Almeida Guimarães, 87 - Pajuçara - Maceió, AL

CEP: 57030-016 | Fone: +55 (82) 3315-5070



23072018094942400000013404752

DESPACHO - AUTORIZAÇÃO

Tratam-se os autos do **Ofício nº 141/2023/GPG/PGM**, que versa sobre solicitação do Procurador-Geral de autorização para firmar acordo com a empresa Braskem S/A a respeito da recomposição de danos decorrentes do evento de afundamento de diversos bairros no Município de Maceió.

Diante das informações constantes nos autos, **AUTORIZO** o Procurador-Geral do Município a realizar o acordo citado, bem como termo de adesão ao PAS vinculado ao Processo Judicial nº. 0806577-74.4.05.8000, nos termos do ofício acima referido, tudo em conformidade com o art. 22, da Lei Delegada Municipal nº 02, de 26 de junho de 2014.

Sendo assim, encaminho os autos, a Procuradoria Geral do Município, para conhecimento e as devidas providências.

Maceió (AL), data de assinatura eletrônica.

JHC

Prefeito de Maceió



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://autentica2.maceio.al.gov.br/AutenticaDocumento>, informando o código verificador: IWV822892023 e o Id do documento: 4004028



Documento assinado eletronicamente por JHC, PREFEITO, matrícula 954303-1 em 20 de julho de 2023 às 17:01:07



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO
4ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO Nº: 0808806-65.2023.4.05.8000
CLASSE: HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO: JOÃO LUÍS LÔBO SILVA
REQUERENTE: MUNICIPIO DE MACEIO
REQUERIDO: BRASKEM S/A

Certidão de Distribuição

Tipo da Distribuição: Sorteio.

Concorreu(ram): 1ª VARA FEDERAL, 4ª VARA FEDERAL, 2ª VARA FEDERAL, 3ª VARA FEDERAL, 13ª VARA FEDERAL.

Impedido(s): -

Distribuído para: 4ª VARA FEDERAL.

Requer-se a juntada de petição assinada por ambas as partes, des que o arquivo inicialmente juntado teve as assinaturas suprimidas pelo sistema.



Processo: **0808806-65.2023.4.05.8000**

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔBO SILVA - Advogado

Data e hora da assinatura: 20/07/2023 21:24:36

Identificador: 4058000.13317581

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072021205639300000013405213

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 3ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE ALAGOAS.

**Distribuição por dependência ao
Processo nº 0806577-74.2019.4.05.8000**

O **MUNICÍPIO DE MACEIÓ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ sob nº. 12.200.135/0001-80, por seu Procurador-Geral infra-assinado (*representação decorrente de investidura legal*), com endereço para intimações e comunicações processuais/extraprocessuais de praxe na sede da Procuradoria-Geral do Município, localizada na Rua Dr. Pedro Monteiro, 291, nesta capital, e **BRASKEM S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.150.391/0001-70, com matriz na Rua Eteno, nº 1561, Polo Petroquímico de Camaçari, Camaçari/BA, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar **PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE AUTOCOMPOSIÇÃO EXTRAJUDICIAL**, com fulcro nos arts. 3º, 719 e seguintes do Código de Processo Civil, na Lei delegada municipal 02/2014, e pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir esposados.

Cuida-se o presente de pedido de homologação de autocomposição extrajudicial celebrada entre o município de Maceió e a Braskem S/A, no qual esta empresa se compromete a compensar a municipalidade pelos danos patrimoniais e extrapatrimoniais sofridos em decorrência da extração de sal-gema e da subsidência dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e trechos do Farol.

Saliente-se, por necessário e em princípio, que a composição celebrada pelos requerentes seguiu, estritamente, a linha de **consensualidade** traçada pelo Ministério Público Federal no bojo da Ação Civil Pública nº 0803836-61.2019.4.05.8000 ("ACP dos Moradores"), que tramitou perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Alagoas e no bojo da qual foi celebrado termo de acordo para que a Braskem empregasse os melhores esforços para apoiar a desocupação dos imóveis da área afetada pela subsidência e realocação dos seus moradores, com a consequente indenização destes moradores, proprietários ou possuidores, instituindo o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação ("PCF").

O mesmo procedimento foi adotado pelo *parquet* federal nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.4.05.8000 ("Acordo Socioambiental"), em tramitação também nesta 3ª Vara Federal, na qual foi celebrado acordo para que a Braskem repare, mitigue e

JOAO LUIS
LOBO
SILVA:724
75137487

Assinado de
forma digital por
JOAO LUIS LOBO
SILVA:724751374
87
Dados:
2023.07.20
21:18:59 -03'00'

compense os danos socioambientais decorrentes da extração de sal-gema no município de Maceió, com a previsão de adesão do município ao referido acordo socioambiental.

Nesse entremeio, e a partir do cenário institucional de **consensualidade** inaugurado pelo Ministério Público Federal, o Município de Maceió formalizou, em 20/04/2021, com a Braskem, protocolo de intenções objetivando a abertura de negociação para adesão total ou parcial do Município de Maceió ao Acordo Socioambiental capitaneado pelo MPF nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.4.05.8000, bem como para discussão de outras reparações eventualmente devidas ao município.

Após dois anos de inúmeras reuniões, estudos e discussões, chegou-se, enfim, a um termo definitivo de acordo que tem como escopo a reparação integral ao município de Maceió pelos danos patrimoniais e extrapatrimoniais causados pela exploração de sal-gema, assim como se chegou ao termo final de adesão ao Acordo Socioambiental celebrado na ACP nº 0806577-74.4.05.8000 por parte do município, cuja homologação também se requer, nesta data, incidentalmente naquele feito.

Dessa forma, pois, considerando a estrita conexão deste feito com as duas ações civis retromencionadas, a necessidade coordenação e coerência na execução das medidas — inclusive é condição precedente ao cumprimento de obrigação prevista neste acordo a homologação da adesão integral do Município aos termos do Acordo Socioambiental — é que se busca, também perante esta r. 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas, a homologação desta avença, em processo de jurisdição voluntária, de natureza autônoma, conforme rito estabelecido no art. 719 e seguintes do Código de Processo Civil brasileiro.

Como se sabe, a solução consensual de litígios foi erigida à categoria de princípio fundamental do Código de Processo Civil de 2015, o qual estabelece que é dever do Estado, das partes e do juiz a promoção e o estímulo à autocomposição, seja no curso de processo judicial ou fora dele. Nesse sentido, confira-se:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

§ 2º **O Estado promoverá**, sempre que possível, **a solução consensual dos conflitos.**

§ 3º **A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público**, inclusive no curso do processo judicial.

De forma mais concreta e específica, no capítulo destinado à jurisdição voluntária, como forma de conceder mais segurança jurídica aos acordos celebrados extrajudicialmente – *força de título executivo judicial, coisa julgada material, entre outros*

JOAO LUIS
LOBO
SILVA:724
75137487

Assinado de
forma digital por
JOAO LUIS LOBO
SILVA:724751374
87
Dados: 2023.07.20
21:19:09 -03'00'

efeitos jurídicos de relevo –, se estabeleceu rito específico para a sua homologação, conforme abaixo transcrito:

Art. 719. Quando este Código não estabelecer procedimento especial, regem os procedimentos de jurisdição voluntária as disposições constantes desta Seção.

Art. 720. O procedimento terá início por provocação do interessado, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, cabendo-lhes formular o pedido devidamente instruído com os documentos necessários e com a indicação da providência judicial.

Art. 721. Serão citados todos os interessados, bem como intimado o Ministério Público, nos casos do art. 178, para que se manifestem, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 722. A Fazenda Pública será sempre ouvida nos casos em que tiver interesse.

Art. 723. O juiz decidirá o pedido no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. O juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que considerar mais conveniente ou oportuna.

Art. 725. Processar-se-á na forma estabelecida nesta Seção o pedido de:

[...]

VIII - homologação de autocomposição extrajudicial, de qualquer natureza ou valor.

Com efeito, perfeitamente legal o pedido em baliza, eis que os autos se encontram instruídos com o termo de acordo assinado pelos Requerentes, com a documentação necessária para a providência judicial requestada, as partes são capazes e possuem poderes para transigir¹, estão representadas adequadamente e se trata de direito disponível (quantificável financeiramente e de natureza indenizatória), bem como há ciência e concordância do Ministério Público Federal, uma vez que, como fruto deste acordo, o município de Maceió está, mediante instrumento jurídico próprio, aderindo integralmente ao acordo socioambiental firmado pelo MPF na Ação Civil Pública nº 0806577-74.4.05.8000, que guarda com este conexão, sendo a assinatura de ambos os acordos firmados no mesmo momento na presença dos representantes do Ministério Público Estadual e Federal e das partes Requerentes, conforme ata em anexo.

JOAO LUIS
LOBO
SILVA:724
75137487

Assinado de
forma digital por
JOAO LUIS LOBO
SILVA:724751374
87
Dados: 2023.07.20
21:19:20 -03'00'

POR TODO O EXPOSTO, nos termos das cláusulas 3.2.1, 3.2.2, 3.2.3 e 9.7, requer-se, em conjunto, o recebimento deste pedido, com a prolação de sentença homologatória, bem

¹ Vide art. 22, I, da Lei Delegada Municipal nº 02/2014 (Lei Orgânica da Procuradoria do Município de Maceió).

como, por se tratar de pedido de homologação de autocomposição extrajudicial, a imediata determinação de certificação do trânsito em julgado, tendo em vista que as partes renunciaram ao prazo recursal, como previsto na cláusula 3.2.3.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), meramente para efeitos fiscais, informando, ainda, que não há custas a recolher, pois se trata de procedimento de homologação de transação extrajudicial.

Requer, por fim, que todas as intimações e publicações sejam feitas exclusivamente em nome dos subscritores desta inicial, sob pena de nulidade.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Maceió/AL, 20 de julho de 2023

JOAO LUIS
LOBO
SILVA:7247513
7487
Assinado de forma digital por JOAO LUIS LOBO
SILVA:72475137487
Dados: 2023.07.20 19:19:32 -03'00'
JOÃO LÔBO
Procurador-Geral do Município
Matrícula nº 954271-0 | OAB/AL 5.032

WILSON
FERNANDES
PIMENTEL
Assinado de forma digital por WILSON FERNANDES PIMENTEL
Dados: 2023.07.20 19:19:32 -03'00'
WILSON PIMENTEL
OAB/RJ 122.685

Documentos anexados:

1. Documentos de qualificação das partes.
2. Termo de acordo global.
3. Termo de adesão ao Acordo Socioambiental.
4. Ata da reunião conjunta de assinatura.
5. Lei delegada municipal 02/2014.
6. Despacho de autorização do Chefe do Poder Executivo.



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔBO SILVA - Advogado

Data e hora da assinatura: 20/07/2023 21:24:36

Identificador: 4058000.13317583

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072021234843600000013405215

**PROCESSO Nº: 0808806-65.2023.4.05.8000 - HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO
EXTRAJUDICIAL**
REQUERENTE: MUNICIPIO DE MACEIO
ADVOGADO: João Luís Lôbo Silva
REQUERIDO: BRASKEM S/A
4ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DESPACHO

1. Trata-se de feito decorrente dos autos do processo nº 0806577-74.2019.4.05.8000, que tramita perante a 3ª Vara Federal, devendo este ser distribuído por dependência aos autos principais.
2. Diante do exposto, determino a redistribuição destes autos ao juízo da 3ª Vara Federal em Alagoas, de modo a que aprecie a prevenção daquele juízo para apreciar a causa.

Maceió, na data da assinatura eletrônica.

Juiz Federal em Substituição da 4ª Vara

jmpm



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

RONEY RAIMUNDO LEAO OTILIO - Magistrado

Data e hora da assinatura: 21/07/2023 09:45:42

Identificador: 4058000.13319960

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072106560788200000013407593

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO
3ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO Nº: 0808806-65.2023.4.05.8000
CLASSE: HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO: JOÃO LUÍS LÔBO SILVA
REQUERENTE: MUNICIPIO DE MACEIO
REQUERIDO: BRASKEM S/A

Certidão de Redistribuição

Tipo da Redistribuição: Competência exclusiva.
Motivo de Redistribuição: Alteração de competência do órgão.
Concorreu(ram): 3ª VARA FEDERAL
Impedido(s): -
Redistribuído para: 3ª VARA FEDERAL.

PROCESSO Nº: 0808806-65.2023.4.05.8000 - HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL

REQUERENTE: MUNICIPIO DE MACEIO

ADVOGADO: João Luís Lôbo Silva

REQUERIDO: BRASKEM S/A

3ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

EMENTA: CIVIL, ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO AO MEIO AMBIENTE. REFLEXOS SÓCIO-ECONÔMICO. ACORDO EXTRAJUDICIAL. REQUISITOS FORMAIS. CUMPRIMENTO. HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. CABIMENTO.

1. Uma vez celebrado de acordo entre as partes, atendendo aos princípios nucleares da teoria geral do processo, como a economia processual e a busca da conciliação entre os demandantes, e cumpridos os requisitos legais exigidos por lei, os quais evidenciam a sua regularidade formal, é forçosa a homologação judicial.

2. Acordo extrajudicial homologado , resolvendo o mérito do litígio, nos termos do art. 487, II, "b" do CPC,

S E N T E N Ç A

Vistos etc.

Trata-se de **PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE AUTOCOMPOSIÇÃO EXTRAJUDICIAL** interposto por BRASKEM S.A. e Município de Maceió/AL, com fulcro nos arts 3º, 719 e seguintes do CPC.

Inicialmente distribuído por sorteio para a 4ª Vara desta Seção Judiciária, o eito foi redistribuído para esta 3ª Vara, por dependência ao processo nº **0806577-74.2019.4.05.8000 (id nº 4058000.13319960)**

Segundo a inicial, as partes celebraram "Instrumento Particular de Acordo" (id nº 4058000.13317360), através do qual a BRASKEM se compromete a compensar a municipalidade pelos danos patrimoniais e extrapatrimoniais sofridos em decorrência da extração de sal-gema e da subsidência dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e trechos do Farol, dentre outras determinações.

Foi juntada aos autos, dentre outros documentos, cópia da Ata de Reunião (id

4058000.13317325) devidamente assinada pelos representantes do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, do Município de Maceió e da BRASKEM.

É o que havia de relevante a relatar.

Fundamento e decido.

1. O acordo extrajudicial, cuja homologação judicial aqui se requer, versa sobre: a) o pagamento de compensação pela BRASKEM ao Município de Maceió/AL, pelos danos patrimoniais e extrapatrimoniais sofridos em decorrência da extração de sal-gema e da subsidência dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e trechos do Farol; b) a adesão do Município de Maceió/AL aos termos do Acordo Socioambiental firmado entre BRASKEM, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000; c) definição de compromissos adicionais entre as partes necessárias ao atingimento do referido acordo.
2. Acerca da prevenção este juízo para a análise do referido acordo e sua consequente homologação, registro que, conforme relatado acima, o objetivo desta nova transação é a adoção de uma série de medidas para a adesão do Município de Maceió/AL ao Acordo Socioambiental firmado nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000, em trâmite nesta 3ª Vara, com a consequente compensação financeira pelos danos sofridos pela municipalidade.
3. Além da ACP nº 0806577-74.2019.4.05.8000, também se processa atualmente nesta 3ª Vara o cumprimento do acordo celebrado no processo 0803836-61.2019.4.05.8000 entre o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, o Ministério Público do Estado de Alagoas, a Defensoria Pública do Estado de Alagoas e a BRASKEM, denominado "TERMO DE ACORDO PARA APOIO NA DESOCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO, e seus posteriores aditivos, os quais já ultrapassam mais de 10.000 (dez mil) processos de cumprimentos de sentença.
4. Evidente, portanto, a existência de correlação entre o acordo cuja homologação se pleiteia nos presentes autos e aqueles homologados nos autos dos processos nº 0803836-61.2019.4.05.8000 e 0806577- 74.2019.4.05.8000.
5. É inegável que as medidas e ações conjuntas a serem adotadas para a adesão do Município de Maceió/AL ao Acordo Socioambiental firmado nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000, com a consequente compensação financeira pelos danos sofridos pela municipalidade, são correlatas não só ao processo 0806577-74.2019.4.05.8000 mas também às medidas adotadas no âmbito dos acordos homologados nos autos nº 0803836-61.2019.4.05.8000, devendo ser o mais homogêneas possíveis para todos os moradores afetados pelo fenômeno geológico da subsidência do solo, daí porque a tramitação do presente feito nesta 3ª Vara é medida que se impõe.
6. Destarte, reconheço a prevenção do Juízo da 3ª Vara Federal de Alagoas para o processamento do presente feito.
7. Nesta perspectiva, inobstante a forma predominante de solução de conflitos de interesse, em nosso ordenamento jurídico, seja a jurisdição, inexistente vedação às partes de uma relação processual para que consigam dirimir a sua lide de forma diversa, como, neste caso, através da autocomposição.

8. No caso em tela, as partes juntaram aos autos o "Instrumento Particular de Acordo" (id nº 4058000.13317360), e expressamente requereram a sua homologação.

9. Destaco que foi juntada aos autos cópia da Ata de Reunião (id 4058000.13317325) realizada no dia 20/07/2023 na sede da Procuradoria da República em Alagoas entre os representantes do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, do Município de Maceió e da BRASKEM, devidamente assinada por todos os participantes, da qual consta expressamente que a referida ata já retrata a anuência do MPF e MPE no tocante as aspectos formais do acordo celebrado entre a BRASKEM e o Município de Maceió/AL, e que seriam desnecessárias novas manifestações nos processos judiciais como condição à homologação.

10. Sigo, então, analisando o mencionado acordo extrajudicial, daí vejo que este foi redigido em conformidade com a Lei 13.140/2015, a lei Municipal 02/2014 e as disposições do CPC sobre a matéria, além de terem sido observadas as previsões constantes do Acordo Socioambiental e Plano de Ações Urbanísticas homologado nos autos do processo nº 0806577-74.2019.4.05.8000.

11. Assim, reputo que o acordo celebrado entre as partes atende aos princípios nucleares da teoria geral do processo, como o da economia processual e da busca da conciliação entre os demandantes e não encontra qualquer óbice formal para a sua homologação judicial.

12. Em face do exposto, **HOMOLOGO** , por sentença, o acordo firmado entre as partes (id nº 4058000.13317360), para que produza seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 487, II, "b" do CPC.

13. Intimações e providências necessárias.



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

André Luís Maia Tobias Granja - Magistrado

Data e hora da assinatura: 21/07/2023 15:30:25

Identificador: 4058000.13322292

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072111535465700000013409925

PROCESSO Nº: 0808806-65.2023.4.05.8000 - HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL

REQUERENTE: MUNICIPIO DE MACEIO

ADVOGADO: João Luís Lôbo Silva

REQUERIDO: BRASKEM S/A

3ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

EMENTA: CIVIL, ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO AO MEIO AMBIENTE. REFLEXOS SÓCIO-ECONÔMICO. ACORDO EXTRAJUDICIAL. REQUISITOS FORMAIS. CUMPRIMENTO. HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. CABIMENTO.

1. Uma vez celebrado de acordo entre as partes, atendendo aos princípios nucleares da teoria geral do processo, como a economia processual e a busca da conciliação entre os demandantes, e cumpridos os requisitos legais exigidos por lei, os quais evidenciam a sua regularidade formal, é forçosa a homologação judicial.

2. Acordo extrajudicial homologado , resolvendo o mérito do litígio, nos termos do art. 487, II, "b" do CPC,

S E N T E N Ç A

Vistos etc.

Trata-se de **PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE AUTOCOMPOSIÇÃO EXTRAJUDICIAL** interposto por BRASKEM S.A. e Município de Maceió/AL, com fulcro nos arts 3º, 719 e seguintes do CPC.

Inicialmente distribuído por sorteio para a 4ª Vara desta Seção Judiciária, o eito foi redistribuído para esta 3ª Vara, por dependência ao processo nº **0806577-74.2019.4.05.8000 (id nº 4058000.13319960)**

Segundo a inicial, as partes celebraram "Instrumento Particular de Acordo" (id nº 4058000.13317360), através do qual a BRASKEM se compromete a compensar a municipalidade pelos danos patrimoniais e extrapatrimoniais sofridos em decorrência da extração de sal-gema e da subsidência dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e trechos do Farol, dentre outras determinações.

Foi juntada aos autos, dentre outros documentos, cópia da Ata de Reunião (id

4058000.13317325) devidamente assinada pelos representantes do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, do Município de Maceió e da BRASKEM.

É o que havia de relevante a relatar.

Fundamento e decido.

1. O acordo extrajudicial, cuja homologação judicial aqui se requer, versa sobre: a) o pagamento de compensação pela BRASKEM ao Município de Maceió/AL, pelos danos patrimoniais e extrapatrimoniais sofridos em decorrência da extração de sal-gema e da subsidência dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e trechos do Farol; b) a adesão do Município de Maceió/AL aos termos do Acordo Socioambiental firmado entre BRASKEM, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000; c) definição de compromissos adicionais entre as partes necessárias ao atingimento do referido acordo.
2. Acerca da prevenção este juízo para a análise do referido acordo e sua consequente homologação, registro que, conforme relatado acima, o objetivo desta nova transação é a adoção de uma série de medidas para a adesão do Município de Maceió/AL ao Acordo Socioambiental firmado nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000, em trâmite nesta 3ª Vara, com a consequente compensação financeira pelos danos sofridos pela municipalidade.
3. Além da ACP nº 0806577-74.2019.4.05.8000, também se processa atualmente nesta 3ª Vara o cumprimento do acordo celebrado no processo 0803836-61.2019.4.05.8000 entre o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, o Ministério Público do Estado de Alagoas, a Defensoria Pública do Estado de Alagoas e a BRASKEM, denominado "TERMO DE ACORDO PARA APOIO NA DESOCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE RISCO, e seus posteriores aditivos, os quais já ultrapassam mais de 10.000 (dez mil) processos de cumprimentos de sentença.
4. Evidente, portanto, a existência de correlação entre o acordo cuja homologação se pleiteia nos presentes autos e aqueles homologados nos autos dos processos nº 0803836-61.2019.4.05.8000 e 0806577- 74.2019.4.05.8000.
5. É inegável que as medidas e ações conjuntas a serem adotadas para a adesão do Município de Maceió/AL ao Acordo Socioambiental firmado nos autos da Ação Civil Pública nº 0806577-74.2019.4.05.8000, com a consequente compensação financeira pelos danos sofridos pela municipalidade, são correlatas não só ao processo 0806577-74.2019.4.05.8000 mas também às medidas adotadas no âmbito dos acordos homologados nos autos nº 0803836-61.2019.4.05.8000, devendo ser o mais homogêneas possíveis para todos os moradores afetados pelo fenômeno geológico da subsidência do solo, daí porque a tramitação do presente feito nesta 3ª Vara é medida que se impõe.
6. Destarte, reconheço a prevenção do Juízo da 3ª Vara Federal de Alagoas para o processamento do presente feito.
7. Nesta perspectiva, inobstante a forma predominante de solução de conflitos de interesse, em nosso ordenamento jurídico, seja a jurisdição, inexistente vedação às partes de uma relação processual para que consigam dirimir a sua lide de forma diversa, como, neste caso, através da autocomposição.

8. No caso em tela, as partes juntaram aos autos o "Instrumento Particular de Acordo" (id nº 4058000.13317360), e expressamente requereram a sua homologação.

9. Destaco que foi juntada aos autos cópia da Ata de Reunião (id 4058000.13317325) realizada no dia 20/07/2023 na sede da Procuradoria da República em Alagoas entre os representantes do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, do Município de Maceió e da BRASKEM, devidamente assinada por todos os participantes, da qual consta expressamente que a referida ata já retrata a anuência do MPF e MPE no tocante as aspectos formais do acordo celebrado entre a BRASKEM e o Município de Maceió/AL, e que seriam desnecessárias novas manifestações nos processos judiciais como condição à homologação.

10. Sigo, então, analisando o mencionado acordo extrajudicial, daí vejo que este foi redigido em conformidade com a Lei 13.140/2015, a lei Municipal 02/2014 e as disposições do CPC sobre a matéria, além de terem sido observadas as previsões constantes do Acordo Socioambiental e Plano de Ações Urbanísticas homologado nos autos do processo nº 0806577-74.2019.4.05.8000.

11. Assim, reputo que o acordo celebrado entre as partes atende aos princípios nucleares da teoria geral do processo, como o da economia processual e da busca da conciliação entre os demandantes e não encontra qualquer óbice formal para a sua homologação judicial.

12. Em face do exposto, **HOMOLOGO** , por sentença, o acordo firmado entre as partes (id nº 4058000.13317360), para que produza seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 487, II, "b" do CPC.

13. Intimações e providências necessárias.



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

André Luís Maia Tobias Granja - Magistrado

Data e hora da assinatura: 21/07/2023 15:30:28

Identificador: 4058000.13324239

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072115302799900000013411872



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
3º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: 0808806-65.2023.4.05.8000 - HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO
EXTRAJUDICIAL

Polo ativo		Polo passivo	
MUNICIPIO DE MACEIO	REQUERENTE	BRASKEM S/A	REQUERIDO
JOÃO LUÍS LÔBO SILVA	ADVOGADO	CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR	ADVOGADO
		WILSON FERNANDES PIMENTEL	ADVOGADO
		PAULO EDUARDO LEITE MARINO	ADVOGADO
		ADILSON VIEIRA MACABU FILHO	ADVOGADO
Outros participantes		Sem registros	

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 21/07/2023 15:32, o(a) MUNICIPIO DE MACEIO foi intimado(a) acerca de Sentença registrado em 21/07/2023 15:30 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> , através do código de autenticação nº 23072115302799900000013411872 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 21/07/2023 15:32 - Seção Judiciária de Alagoas.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
3º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: 0808806-65.2023.4.05.8000 - HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO
EXTRAJUDICIAL

Polo ativo		Polo passivo	
MUNICIPIO DE MACEIO	REQUERENTE	BRASKEM S/A	REQUERIDO
JOÃO LUÍS LÔBO SILVA	ADVOGADO	CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR	ADVOGADO
		WILSON FERNANDES PIMENTEL	ADVOGADO
		PAULO EDUARDO LEITE MARINO	ADVOGADO
		ADILSON VIEIRA MACABU FILHO	ADVOGADO
Outros participantes		Sem registros	

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 21/07/2023 15:42, o(a) BRASKEM S/A foi intimado(a) acerca de Sentença registrado em 21/07/2023 15:30 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> , através do código de autenticação nº 23072115302799900000013411872 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 21/07/2023 15:42 - Seção Judiciária de Alagoas.

Petição anexa.



Processo: **0808806-65.2023.4.05.8000**

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔBO SILVA - Advogado

Data e hora da assinatura: 21/07/2023 16:16:47

Identificador: 4058000.13324937

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072116130905200000013412570



PREFEITURA DE
MACEIÓ
PROCURADORIA- GERAL DO MUNICÍPIO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 3ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA CAPITAL –
ESTADO DE ALAGOAS**

REF.: PROCESSO 0808806-65.2023.4.05.8000
RENÚNCIA AO PRAZO RECURSAL

O **MUNICÍPIO DE MACEIÓ/AL**, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, ao conduto de seu Procurador-Geral, que subscreve, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, confirmar a ciência a decisão/sentença homologatória de ID 13322292 e, ato contínuo, informa a **RENÚNCIA AO PRAZO RECURSAL**, requestando-se, por óbvio, o trânsito em julgado do título judicial em espeque.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Maceió/AL, 21 de julho de 2023.

JOÃO LÔBO

Procurador-Geral do Município
Matrícula nº 964066-5 | OAB/AL 5.032



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

JOÃO LUÍS LÔBO SILVA - Advogado

Data e hora da assinatura: 21/07/2023 16:16:47

Identificador: 4058000.13324951

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072116162908400000013412584



Processo: **0808806-65.2023.4.05.8000**

Assinado eletronicamente por:

WILSON FERNANDES PIMENTEL - Advogado

Data e hora da assinatura: 21/07/2023 17:47:59

Identificador: 4058000.13325938

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072117465262700000013413571

A D V O G A D O S

TATIANA FARINA LOPES
RAFAEL VASCONCELLOS DE ARRUDA
BEATRIZ BRITO SANTANA
VIVIAN JOORY
ANTONIO AZIZ
DANIEL HEMERLY FERREIRA
HENRIQUE TIRONI HOLZMEISTER
MATIAS FELIPE MATTOSO BADOFZKY
JOÃO PEDRO VASCONCELLOS
ROBSON LAPOENTE NOVAES
AMANDA PESSOA
MARCELO FERNANDES
INGRID MASCARENHAS GONTUJO NASCIMENTO
MARIA CLARA SAMPAIO
ELIAS NÓBREGA NETO
TATIANA MURTA
PEDRO HENRIQUE BRABO
MARIA VICTORIA LIPS LILIENWALD
ANA CLARA PODESTÁ

CONSULTORES
AMARO MARTINS DE ALMEIDA (1914-1998)
HELIO CAMPISTA GOMES (1925-2004)
JORGE FERNANDO LORETTI (1924-2016)
SALVADOR CÍCERO VELLOSO PINTO
ELENA LANDAU
CAIO LUIZ DE ALMEIDA VIEIRA DE MELLO
PEDRO MARINHO NUNES
MARCUS FAVER
JOSÉ REYNALDO PEIXOTO DE SOUZA

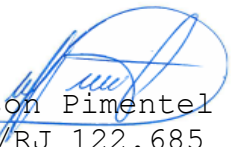
Processo nº 0808806-65.2023.4.05.8000

BELO HORIZONTE
Rua Antônio de Albuquerque, 194 - Sala 1601
CEP 30112-010 | Savassi | Belo Horizonte - MG
Tel 31 3029-7750

prazo recursal, como previsto na cláusula 3.2.3 do Termo de Acordo.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Maceió/AL, 21 de julho de 2023.


Wilson Pimentel
OAB/RJ 122.685



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

WILSON FERNANDES PIMENTEL - Advogado

Data e hora da assinatura: 21/07/2023 17:47:59

Identificador: 4058000.13325939

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23072117473338400000013413572

**PROCESSO Nº: 0808806-65.2023.4.05.8000 - HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO
EXTRAJUDICIAL**

REQUERENTE: MUNICIPIO DE MACEIO

ADVOGADO: João Luís Lôbo Silva

REQUERIDO: BRASKEM S/A

ADVOGADO: Caetano Falcao De Berenguer Cesar e outros

3ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que a Sentença retro transitou em julgado.

O referido é verdade, dou fé.

Maceió-AL, 21 de Julho de 2023.

Sueleide Alves Cantuária

Técnico(a)/Analista Judiciário(a) - 3ª Vara/AL



**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

3º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

PROCESSO: 0808806-65.2023.4.05.8000 - HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Polo ativo		Polo passivo	
MUNICIPIO DE MACEIO	REQUERENTE	BRASKEM S/A	REQUERIDO
JOÃO LUÍS LÔBO SILVA	ADVOGADO	CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR	ADVOGADO
		WILSON FERNANDES PIMENTEL	ADVOGADO
		PAULO EDUARDO LEITE MARINO	ADVOGADO
		ADILSON VIEIRA MACABU FILHO	ADVOGADO
Outros participantes		Sem registros	

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 21/07/2023, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
21/07/2023 16:47	Segredo de Justiça	Alteração	Sim	Não	Sueleide Alves Cantuária
21/07/2023 13:32	Parte - Polo Passivo	Inclusão	WILSON FERNANDES PIMENTEL (ADVOGADO), BRASKEM S/A (REQUERIDO), CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR (ADVOGADO),	WILSON FERNANDES PIMENTEL (ADVOGADO), BRASKEM S/A (REQUERIDO), CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR (ADVOGADO), PAULO EDUARDO LEITE	Sueleide Alves Cantuária

			PAULO EDUARDO LEITE MARINO (ADVOGADO)	MARINO (ADVOGADO), ADILSON VIEIRA MACABU FILHO (ADVOGADO)	
21/07/2023 12:21	Parte - Polo Passivo	Inclusão	BRASKEM S/A (REQUERIDO)	WILSON FERNANDES PIMENTEL (ADVOGADO), BRASKEM S/A (REQUERIDO), CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR (ADVOGADO), PAULO EDUARDO LEITE MARINO (ADVOGADO)	Maria Silvane Leite da Silva
21/07/2023 12:18	Parte - Polo Passivo	Inclusão	BRASKEM S/A (REQUERIDO)	WILSON FERNANDES PIMENTEL (ADVOGADO), BRASKEM S/A (REQUERIDO), CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR (ADVOGADO)	Maria Silvane Leite da Silva
21/07/2023 12:17	Parte - Polo Passivo	Inclusão	BRASKEM S/A (REQUERIDO)	BRASKEM S/A (REQUERIDO), CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR (ADVOGADO)	Maria Silvane Leite da Silva

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS - 3ª VARA
Av. Menino Marcelo, s/n, 3º Andar, Serraria, Maceió/AL, CEP 57046-000
(82) 2122-4237 - www.jfal.jus.br - diretor3@jfal.jus.br

PROCESSO Nº: 0808806-65.2023.4.05.8000 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE MACEIO
ADVOGADO: João Luís Lôbo Silva
EXECUTADO: BRASKEM S/A
ADVOGADO: Caetano Falcao De Berenguer Cesar e outros
3ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

ATO ORDINATÓRIO

DE ORDEM DO MM. JUIZ FEDERAL DA 3A. VARA, E NOS TERMOS DO ART 203, §4 DO CPC, AS PARTES FICAM INTIMADAS:

- 1) Tendo em vista o trânsito em julgado, as partes estão intimadas a requererem o que de direito no prazo de 05 dias.
- 2) Caso decorra o prazo sem manifestação das partes, o processo será **arquivado com baixa na distribuição**.

Maceió (AL), 13 de Setembro de 2023.

Maria Silvane Leite da Silva
Técnico(a) Judiciário(a)/Analista Judiciário(a)



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

Maria Silvane Leite da Silva - Diretor de Secretaria

Data e hora da assinatura: 13/09/2023 13:12:29

Identificador: 4058000.13618170

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23091313114890000000013706717

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS - 3ª VARA
Av. Menino Marcelo, s/n, 3º Andar, Serraria, Maceió/AL, CEP 57046-000
(82) 2122-4237 - www.jfal.jus.br - diretor3@jfal.jus.br

PROCESSO Nº: 0808806-65.2023.4.05.8000 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
EXEQUENTE: MUNICIPIO DE MACEIO
ADVOGADO: João Luís Lôbo Silva
EXECUTADO: BRASKEM S/A
ADVOGADO: Caetano Falcao De Berenguer Cesar e outros
3ª VARA FEDERAL - AL (JUIZ FEDERAL TITULAR)

ATO ORDINATÓRIO

DE ORDEM DO MM. JUIZ FEDERAL DA 3A. VARA, E NOS TERMOS DO ART 203, §4 DO CPC, AS PARTES FICAM INTIMADAS:

- 1) Tendo em vista o trânsito em julgado, as partes estão intimadas a requererem o que de direito no prazo de 05 dias.
- 2) Caso decorra o prazo sem manifestação das partes, o processo será **arquivado com baixa na distribuição**.

Maceió (AL), 13 de Setembro de 2023.

Maria Silvane Leite da Silva
Técnico(a) Judiciário(a)/Analista Judiciário(a)



Processo: 0808806-65.2023.4.05.8000

Assinado eletronicamente por:

Maria Silvane Leite da Silva - Diretor de Secretaria

Data e hora da assinatura: 13/09/2023 13:13:21

Identificador: 4058000.13618175

Para conferência da autenticidade do documento: <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



23091313125800600000013706722

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

3º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

PROCESSO: 0808806-65.2023.4.05.8000 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Polo ativo		Polo passivo	
MUNICIPIO DE MACEIO	EXEQUENTE	BRASKEM S/A	EXECUTADO
JOÃO LUÍS LÔBO SILVA	ADVOGADO	CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR	ADVOGADO
		WILSON FERNANDES PIMENTEL	ADVOGADO
		PAULO EDUARDO LEITE MARINO	ADVOGADO
		ADILSON VIEIRA MACABU FILHO	ADVOGADO
Outros participantes		Sem registros	

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 13/09/2023, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
13/09/2023 13:11	Assunto	Exclusão	12757:DIREITO DO CONSUMIDOR Direito Coletivo Interesses ou Direitos Coletivos em Sentido Estrito		Maria Silvane Leite da Silva
13/09/2023 13:11	Parte - Polo Passivo	Alteração	WILSON FERNANDES PIMENTEL (ADVOGADO), BRASKEM S/A (REQUERIDO), CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR (ADVOGADO), PAULO EDUARDO LEITE MARINO (ADVOGADO),	WILSON FERNANDES PIMENTEL (ADVOGADO), BRASKEM S/A (EXECUTADO), CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR (ADVOGADO), PAULO EDUARDO LEITE MARINO (ADVOGADO), ADILSON VIEIRA	Maria Silvane Leite da Silva

			ADILSON VIEIRA MACABU FILHO (ADVOGADO)	MACABU FILHO (ADVOGADO)	
13/09/2023 13:11	Parte - Polo Ativo	Alteração	JOÃO LUÍS LÔBO SILVA (ADVOGADO), MUNICIPIO DE MACEIO (REQUERENTE)	JOÃO LUÍS LÔBO SILVA (ADVOGADO), MUNICIPIO DE MACEIO (EXEQUENTE)	Maria Silvane Leite da Silva
13/09/2023 13:11	Classe Judicial	Alteração	12374:HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL	156:CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Maria Silvane Leite da Silva
13/09/2023 13:11	Processo Referência	Alteração		0808806-65.2023.4.05.8000	Maria Silvane Leite da Silva



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
3º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: 0808806-65.2023.4.05.8000 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Polo ativo		Polo passivo	
MUNICIPIO DE MACEIO	EXEQUENTE	BRASKEM S/A	EXECUTADO
JOÃO LUÍS LÔBO SILVA	ADVOGADO	CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR	ADVOGADO
		WILSON FERNANDES PIMENTEL	ADVOGADO
		PAULO EDUARDO LEITE MARINO	ADVOGADO
		ADILSON VIEIRA MACABU FILHO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 15/09/2023 12:16, o(a) BRASKEM S/A foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 13/09/2023 13:12 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> , através do código de autenticação nº 23091313125800600000013706722 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 15/09/2023 12:16 - Seção Judiciária de Alagoas.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
3º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
PROCESSO: 0808806-65.2023.4.05.8000 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Polo ativo		Polo passivo	
MUNICIPIO DE MACEIO	EXEQUENTE	BRASKEM S/A	EXECUTADO
JOÃO LUÍS LÔBO SILVA	ADVOGADO	CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR	ADVOGADO
		WILSON FERNANDES PIMENTEL	ADVOGADO
		PAULO EDUARDO LEITE MARINO	ADVOGADO
		ADILSON VIEIRA MACABU FILHO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 23/09/2023 23:59, o(a) MUNICIPIO DE MACEIO foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 13/09/2023 13:12 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> , através do código de autenticação nº 23091313125800600000013706722 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 24/09/2023 00:07 - Seção Judiciária de Alagoas.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0808806-65.2023.4.05.8000 - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
3ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

MUNICIPIO DE MACEIO	EXEQUENTE
JOÃO LUÍS LÔBO SILVA - AL5032 - N	ADVOGADO

Polo passivo

BRASKEM S/A	EXECUTADO
ADILSON VIEIRA MACABU FILHO - RJ135678 -	ADVOGADO
PAULO EDUARDO LEITE MARINO - SP276599 -	ADVOGADO
WILSON FERNANDES PIMENTEL - RJ122685 -	ADVOGADO
CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR - RJ135124 -	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço <https://pje.jfal.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> , através do código de autenticação nº 23101000050864200000013865073 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 10/10/2023 00:05 - Seção Judiciária de Alagoas.

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

3º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

PROCESSO: 0808806-65.2023.4.05.8000 - HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Polo ativo		Polo passivo	
MUNICIPIO DE MACEIO	REQUERENTE	BRASKEM S/A	REQUERIDO
JOÃO LUÍS LÔBO SILVA	ADVOGADO	CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR	ADVOGADO
		WILSON FERNANDES PIMENTEL	ADVOGADO
		PAULO EDUARDO LEITE MARINO	ADVOGADO
		ADILSON VIEIRA MACABU FILHO	ADVOGADO

Outros participantes	
Sem registros	

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 16/10/2023, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
16/10/2023 17:41	Assunto	Inclusão	12756:DIREITO DO CONSUMIDOR Direito Coletivo Interesses ou Direitos Difusos , 12758:DIREITO DO CONSUMIDOR Direito Coletivo Interesses ou Direitos Individuais Homogêneos	12756:DIREITO DO CONSUMIDOR Direito Coletivo Interesses ou Direitos Difusos , 12758:DIREITO DO CONSUMIDOR Direito Coletivo Interesses ou Direitos Individuais Homogêneos , 12757:DIREITO DO CONSUMIDOR Direito Coletivo Interesses ou Direitos Coletivos em Sentido Estrito	Gunnar Dorneles Trennepohl
				12756:DIREITO DO	

16/10/2023 17:41	Assunto	Inclusão	12756:DIREITO DO CONSUMIDOR Direito Coletivo Interesses ou Direitos Difusos	CONSUMIDOR Direito Coletivo Interesses ou Direitos Difusos , 12758:DIREITO DO CONSUMIDOR Direito Coletivo Interesses ou Direitos Individuais Homogêneos	Gunnar Dorneles Trennepohl
16/10/2023 17:41	Assunto	Inclusão		12756:DIREITO DO CONSUMIDOR Direito Coletivo Interesses ou Direitos Difusos	Gunnar Dorneles Trennepohl
16/10/2023 17:40	Parte - Polo Passivo	Alteração	WILSON FERNANDES PIMENTEL (ADVOGADO), BRASKEM S/A (EXECUTADO), CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR (ADVOGADO), PAULO EDUARDO LEITE MARINO (ADVOGADO), ADILSON VIEIRA MACABU FILHO (ADVOGADO)	WILSON FERNANDES PIMENTEL (ADVOGADO), BRASKEM S/A (REQUERIDO), CAETANO FALCAO DE BERENGUER CESAR (ADVOGADO), PAULO EDUARDO LEITE MARINO (ADVOGADO), ADILSON VIEIRA MACABU FILHO (ADVOGADO)	Gunnar Dorneles Trennepohl
16/10/2023 17:40	Parte - Polo Ativo	Alteração	JOÃO LUÍS LÔBO SILVA (ADVOGADO), MUNICIPIO DE MACEIO (EXEQUENTE)	JOÃO LUÍS LÔBO SILVA (ADVOGADO), MUNICIPIO DE MACEIO (REQUERENTE)	Gunnar Dorneles Trennepohl
16/10/2023 17:40	Classe Judicial	Alteração	156:CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	12374:HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL	Gunnar Dorneles Trennepohl